



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
DO RIO GRANDE DO SUL  
*CAMPUS RESTINGA*

**PROJETO PEDAGÓGICO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM  
GESTÃO DESPORTIVA E DE LAZER**

Porto Alegre, dezembro de 2025.

## **Composição Gestora da Instituição**

### **Reitor**

Prof. Júlio Xandro Heck

### **Pró-Reitora de Ensino - PROEN**

Prof. Fábio Azambuja Marçal

### **Pró-Reitora de Administração – PROAD**

Prof.<sup>a</sup> Tatiana Weber

### **Pró-Reitora de Desenvolvimento Institucional - PRODI**

Prof. Lucas Coradini

### **Pró-Reitora de Extensão - PROEX**

Prof.<sup>a</sup> Marlova Benedetti

### **Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação - PROPPi**

Prof.<sup>a</sup> Flávia Twardowski

### **Diretor Geral do *Campus Restinga***

Prof. Rudinei Müller

### **Diretor de Ensino do *Campus Restinga***

Prof. Mário Augusto Correia San Segundo

### **Diretora de Administração e Planejamento do *Campus Restinga***

Thaís Teixeira da Silva

### **Coordenador de Desenvolvimento Institucional do *Campus Restinga***

Davi Jonatas da Silva

### **Coordenador de Extensão do *Campus Restinga***

Prof. Felipe de Sousa Gonçalves

### **Coordenadora de Pesquisa do *Campus Restinga***

Prof.<sup>a</sup> Daniela Nicoletti Fávero

## **Nominata da Comissão de Elaboração do PPC**

<b>Nome</b>	<b>Representação</b>
Luana Goulart Teixeira Ney	Produção e Gestão Cultural / Coordenadora
Roberto Domingues Souza	Artes/Música / Coordenação Eventual
Divane Floreni Soares Leal	Ciências Sociais Aplicadas / NDE
Nilson Varella Rübenich	Ciências Sociais Aplicadas / NDE
Anderson Hakenhoar de Matos	Linguagens / CPA

## Sumário

<b>1. Dados de identificação</b>	<b>6</b>
<b>2. Apresentação</b>	<b>7</b>
<b>3. Histórico e caracterização do Campus</b>	<b>9</b>
3.1. Caracterização do Campus Restinga	12
<b>4. Perfil do Curso</b>	<b>17</b>
<b>5. Justificativa</b>	<b>18</b>
<b>6. Proposta político pedagógica do curso</b>	<b>26</b>
6.1 Objetivo geral:	26
6.2 Objetivos específicos:	26
6.3 Perfil do egresso	27
6.4 Diretrizes e atos oficiais	27
6.5 Formas de acesso ao Curso	29
6.6 Princípios filosóficos e pedagógicos do curso	31
6.7 Representação gráfica do perfil de formação	32
6.8 Matriz Curricular	33
6.9 Programa por Componentes Curriculares	36
6.9.1 Primeiro Semestre	36
6.9.2 Segundo Semestre	43
6.9.3 Terceiro Semestre	51
6.9.4 Quarto Semestre	59
6.9.5 Quinto Semestre	67
6.9.6 Componentes Curriculares Optativos	73
6.10 Prática Profissional	79
6.10.1 Curricularização da Extensão	79
6.10.2 Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão	81
6.10.3 Estágio Não obrigatório	82
6.11 Trabalho de Conclusão de Curso – TCC	84
6.12 Avaliação do processo de ensino e de aprendizagem	85
6.12.1 Da Recuperação Paralela	88
6.13 Metodologias de Ensino	89
6.14 Acompanhamento pedagógico	90
6.15 Política de Assistência Estudantil do IFRS	92
6.16 Acessibilidade e adequações curriculares para estudantes com necessidades específicas	94
6.17 Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no processo de ensino e de aprendizagem	96
6.18 Material Didático	97
6.19 Articulação com o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) e Núcleo de Estudos e Pesquisa em Gênero e Sexualidade (NEPGS)	98
6.20 Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa	101

6.21 Critérios de aproveitamento de estudos e certificação de conhecimentos	102
6.22 Colegiado do Curso e Núcleo Docente Estruturante (NDE)	103
<b>7. Certificados e diplomas</b>	<b>106</b>
<b>8. Quadro de pessoal (docentes e técnicos)</b>	<b>107</b>
<b>9. Infraestrutura</b>	<b>111</b>
9.1. Biblioteca	111
9.1.1. Acervo	111
9.1.3 Serviços oferecidos	112
9.1.4 Portal de Periódicos da CAPES	113
<b>10. Casos omissos</b>	<b>118</b>
<b>11. Referências</b>	<b>119</b>
<b>12. Apêndices</b>	<b>121</b>
APÊNDICE I: Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Desportiva e de Lazer	121
APÊNDICE II: Regulamento do Colegiado de Curso	131
APÊNDICE III: Regulamento do Núcleo Docente Estruturante	135
APÊNDICE IV – Regulamento do Laboratório de Jogos e Dinâmicas de Grupo	139
APÊNDICE V – Regulamento dos Laboratórios de Informática	141
APÊNDICE VI – Regulamento do Laboratório de Turismo, Hospitalidade e Lazer	146

## **1. Dados de identificação**

**1.1 Denominação do curso:** Curso Superior de Tecnologia em Gestão Desportiva e de Lazer

**1.2 Modalidade:** Presencial

**1.3 Grau:** Tecnólogo

**1.4 Título conferido ao concluinte:** Tecnólogo ou Tecnóloga em Gestão Desportiva e de Lazer

**1.5 Local de oferta:** IFRS *Campus* Restinga

**1.6 Eixo tecnológico:** Eixo de Turismo, Hospitalidade e Lazer

**1.7 Área tecnológica:** Recreação e Sociabilidade

**1.8 Código Cine:** 1014G01 Gestão Desportiva e de Lazer

**1.9 Número de vagas anuais autorizadas:** 32 vagas

**1.10 Turno de funcionamento:** Matutino

**1.11 Periodicidade de oferta:** Anual

**1.12 Carga horária (relógio) total:** 1767 horas

**1.13 Duração da hora aula:** 50 minutos

**1.14 Mantida:** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

**1.15 Tempo de integralização:** 5 (cinco) semestres

**1.16 Tempo máximo de integralização:** 10 (dez) semestres

**1.17 Ato de reconhecimento:**

Portaria Seres/MEC 249/2016 – reconhecimento do curso CST em Gestão Desportiva e de Lazer

**1.18 Órgão de registro profissional:** Não possui.

**1.19 Diretor de Ensino:** Mário Augusto Correia San Segundo - E-mail: [direcao.ensino@restinga.ifrs.edu.br](mailto:direcao.ensino@restinga.ifrs.edu.br)

**1.20 Coordenação do Curso:** Luana Goulart Teixeira Ney - E-mail: [coord.gdl@restinga.ifrs.edu.br](mailto:coord.gdl@restinga.ifrs.edu.br)

## 2. Apresentação

O presente documento apresenta o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Desportiva e de Lazer (CST em GDL) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - *Campus* Restinga. O Curso existe no *Campus* desde 2013, tendo sido reconhecido pela Portaria SERES/MEC nº249/2016. O documento possui como embasamento legal o que está disposto na LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), o Projeto Pedagógico Institucional do IFRS, a Organização Didática (2024) do IFRS, a Instrução Normativa PROEN nº 05/2025 e seus anexos, o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância e o Plano Nacional de Educação, bem como o conjunto de leis (decretos, diretrizes, normatizações e referenciais curriculares) que norteiam a Educação Profissional e Tecnológica Brasileira, assim como as orientações do IFRS.

O curso Tecnólogo em Gestão Desportiva e de Lazer está inserido no *Campus* Restinga do IFRS, Instituição que busca promover educação científica, tecnológica e humanística de qualidade, visando à formação de cidadãos críticos e competentes técnica e eticamente, e que entendam a sua atuação no mundo do trabalho em prol de uma sociedade mais justa e igualitária. Para tanto, na Instituição são oferecidos cursos de educação profissional técnica de nível médio, de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação, de formação inicial e continuada e de formação de professores fundamentados na construção multifacetada e interdisciplinar do conhecimento.

Um dos desafios a que esta instituição se propõe é o de formar profissionais que sejam capazes de lidar com a rapidez da geração dos conhecimentos científicos e tecnológicos e de sua aplicação eficaz na sociedade, em geral, e no mundo do trabalho, em particular a formação científico-tecnológica e humanística sólida, flexibilidade e educação continuada.

São princípios norteadores da Educação Profissional oferecidos pelo IFRS, conforme consta em nosso Projeto Pedagógico Institucional: valorização

entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais; articulação com o ensino médio; respeito aos valores estéticos, políticos e éticos; desenvolvimento de competências para o trabalho; flexibilidade, interdisciplinaridade e contextualização. Seguindo esses princípios e atento ao papel de uma instituição de ensino comprometida com o desenvolvimento humano integral, o IFRS entende que o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Desportiva e de Lazer do Campus Restinga vem a atender as demandas regionais por profissionais, técnica e eticamente, qualificados para atuação nos setores de esporte, cultura, turismo e recreação.

De acordo com os dados mais recentes do Censo 2022, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Restinga possui mais de 62 mil habitantes, sem contar os arredores e regiões mais próximas, o que o torna o bairro com maior população da Cidade, superando 93% dos municípios do estado do Rio Grande do Sul em número de moradores. Esse contingente populacional reflete a importância da Restinga como um polo para implementação de políticas públicas locais e desenvolvimento regional. Além disso, indicadores socioeconômicos como os do IDESE (Índice de Desenvolvimento Socioeconômico do Rio Grande do Sul), e do Departamento de Economia e Estatística (DEE), apontam que o bairro Restinga apresenta um índice de desenvolvimento econômico inferior à média do Estado, devido às desigualdades regionais internas. A renda média, com base no Censo de 2014 (dados mais recentes disponíveis), é de 2,10 salários mínimos por domicílio, refletindo desafios socioeconômicos importantes.

Observa-se também que o percentual de jovens e adultos com acesso à educação e que concluem o ensino médio no Bairro Restinga, é inferior a média geral da cidade de Porto Alegre, refletindo desafios educacionais que impactam a mobilidade social. Em contrapartida, o bairro conta com uma infraestrutura significativa de empresas, comércios e prestação de serviços. Conta com mais de 600 empresas locais, rede de saúde, um hospital local e pequenos produtores rurais (voltados para a agricultura familiar), segundo informações do Observatório Econômico do Bairro (OEB), o que evidencia um potencial econômico e social a ser explorado.

### 3. Histórico e caracterização do *Campus*

Criado pela Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) constitui-se como uma instituição pública e multicampi, com reitoria localizada na cidade de Bento Gonçalves. Sua expansão no estado do Rio Grande do Sul possui, atualmente, 17 campi implantados, a saber: Alvorada, Bento Gonçalves, Canoas, Caxias do Sul, Erechim, Farroupilha, Feliz, Ibirubá, Osório, Porto Alegre, Restinga (Porto Alegre), Rio Grande, Rolante, Sertão, Vacaria, Veranópolis e Viamão, além da Reitoria.

Com uma proposta de verticalização de ensino, a fim de melhorar a formação dos estudantes, elevar a escolarização e diversificar a oferta de cursos, o IFRS conta com aproximadamente 26.000 (vinte e seis mil) estudantes em seus cursos presenciais, distribuídos em diversas modalidades de ensino: cursos técnicos integrados ao ensino médio, cursos técnicos integrados ao ensino médio na Educação de Jovens e Adultos, cursos técnicos concomitantes, cursos técnicos subsequentes, cursos superiores e cursos de pós-graduação. Atualmente o IFRS oferta 337 cursos<sup>1</sup>.

Além disso, a instituição dispõe de uma ampla oferta de cursos de extensão e de atividades de pesquisa, destacando-se no cenário acadêmico pela qualidade e pela inovação. O IFRS também contempla programas do governo federal como Mulheres Mil e cursos de Formação Inicial Continuada (FIC).

Aproximadamente 70% do quadro de pessoal da instituição são mestres ou doutores, totalizando 2290 servidores. Assim, são 1330 docentes, destes 1128 são efetivos e 202 são professores substitutos / visitantes, e 960 técnico-administrativos em educação, o que situa a instituição entre os dez maiores Institutos Federais do Brasil em número de estudantes e servidores.

O *Campus* Restinga foi contemplado pela chamada Pública 01/2007 SETEC-MEC, que inaugurou o Plano de Expansão da Rede Federal - Fase II,

---

<sup>1</sup> Dados obtidos a partir da Plataforma Nilo Peçanha - ano base 2023: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiaZDhkNGNiYzqtMjQ0My00OGVILWJjNzYtZWQwYjI2OThhYWYWM1liwidCI6IjllNjgyMzU5LWQxMjgtNGVhYy1iYjU4LTgyYjJhMTUzNDBmZiJ9>, consulta realizada em 02/04/2025.

responsável por implantar 150 novas unidades em todo o país até o final de 2010. Essa conquista constituiu uma grande vitória para o município de Porto Alegre e para o Bairro Restinga, garantindo o fortalecimento de políticas públicas para a educação, a profissionalização e a inclusão social.

Em abril de 2008, o então CEFET-BG assumiu a coordenação da implantação do que seria mais uma de suas Unidades de Ensino Descentralizadas. A valorização do diálogo com a comunidade foi fundamental para o início das atividades de implantação. Parte dessa conversa resultou na realização de um seminário e, posteriormente, de uma Audiência Pública para a definição de cursos a serem oferecidos pela instituição. O resultado da Audiência apontou para o desenvolvimento de 07 (sete) eixos tecnológicos originais: Controle e Processos Industriais, Informação e Comunicação, Turismo, Hospitalidade e Lazer, Infraestrutura, Gestão e Negócios, Recursos Naturais e Produção Cultural (FIC).

No ano de 2009 foram realizados seminários e audiências públicas para definir as áreas de atuação do *Campus Restinga*. Através deste espaço de construção coletiva, foram identificados os arranjos produtivos locais, aprovando os seguintes eixos tecnológicos para o *Campus Restinga*:

- Controle e Processos Industriais;
- Tecnologia da Informação e Comunicação;
- Turismo, Hospitalidade e Lazer;
- Gestão e Negócios;
- Edificações.

Com isso, o *Campus Restinga* constituiu-se uma nova perspectiva para a qualificação e geração de emprego e renda na região da Restinga. Além disso, por meio da verticalização de seus cursos, possibilita à comunidade local perspectivas de estudo em diferentes níveis de ensino, gerando novas oportunidades profissionais.

O dia 26 de junho de 2010 foi o marco oficial de início das atividades do *Campus*, em sede provisória alugada, localizada na Estrada João Antônio da Silveira, enquanto o complexo de prédios de sua sede definitiva permanecia

em obras, no Distrito Industrial da Restinga. Os cursos que deram origem ao *Campus*, no segundo semestre de 2010, foram os técnicos subsequentes ao ensino médio em Administração, Informática para Internet e Guia de Turismo, oferecendo um total de 220 vagas, nos turnos matutino e noturno, para toda a comunidade do bairro e região metropolitana de Porto Alegre. Este é o início de uma caminhada rumo ao objetivo de oferecer mais de mil vagas de educação profissional qualificada.

Em 2011, dois cursos integrados iniciaram no *Campus*: Eletrônica e Informática para Internet. O Projeto Piloto do PRONATEC foi implantado com o curso de Manutenção e Suporte em Informática na modalidade concomitante. Em 2012, houve a abertura do primeiro curso de nível superior, o Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas. Além dos cursos subsequentes já oferecidos, o curso de Manutenção e Suporte em Informática foi a novidade nesta modalidade. Outro diferencial foi a oferta do Técnico em Recursos Humanos, integrado ao ensino médio na educação de jovens e adultos.

O ano de 2012 foi marcado pela mudança do *Campus* para a sede definitiva, com o primeiro dos cinco prédios liberado para o uso, em sua atual localização, na rua Alberto Hoffmann, 285. Novos desafios em função da localização, mobilidade, segurança e etc., passaram a fazer parte do dia a dia da instituição. Também passamos a contar com o dobro de salas de aula, biblioteca, laboratórios de eletrônica e informática e sala de desenho técnico.

Atualmente, os cursos ofertados no *Campus* estão listados abaixo, classificados nos diferentes níveis de conhecimento:

**Curso de Pós-Graduação:**

- a) Especialização em Manufatura Avançada (Indústria 4.0)

**Cursos Superiores:**

- a) Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, iniciado em 2011;
- b) Curso Superior de Tecnologia em Gestão Desportiva e de Lazer, iniciado em 2013;

- c) Curso Superior de Tecnologia em Eletrônica Industrial, iniciado em 2014;
- d) Curso Superior de Licenciatura em Letras, iniciado em 2017;
- e) Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais, iniciado em 2018.
- f) Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia, iniciado em 2025.

**Cursos Técnicos:**

- a) Técnico em Guia de Turismo, modalidade subsequente, iniciado em 2010;
- b) Técnico em Eletrônica Integrado ao Ensino Médio, iniciado em 2011;
- c) Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, iniciado em 2011 como Informática para Internet e readequado para Técnico em Informática Integrado em Ensino Médio, a partir de 2017;
- d) Técnico em Lazer Integrado ao Ensino Médio, iniciado em 2015;
- e) Técnico em Comércio, integrado ao ensino médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional, iniciado em 2017;
- f) Técnico em Agroecologia, integrado ao ensino médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional, iniciado em 2017;
- g) Técnico em Informática, modalidade Concomitante/Subsequente, iniciado em 2022;

### **3.1. Caracterização do *Campus Restinga***

O *Campus Restinga* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul está localizado no Bairro Restinga na região do extremo sul do município de Porto Alegre. Essa região possui características bem peculiares em relação aos demais bairros da cidade. Em seguida pode-se observar um esquema ilustrativo do bairro e da localização do

*Campus Restinga* no município de Porto Alegre. O IFRS campus Restinga está localizado no extremo sul do município de Porto Alegre, no Bairro Restinga (Figura 1).

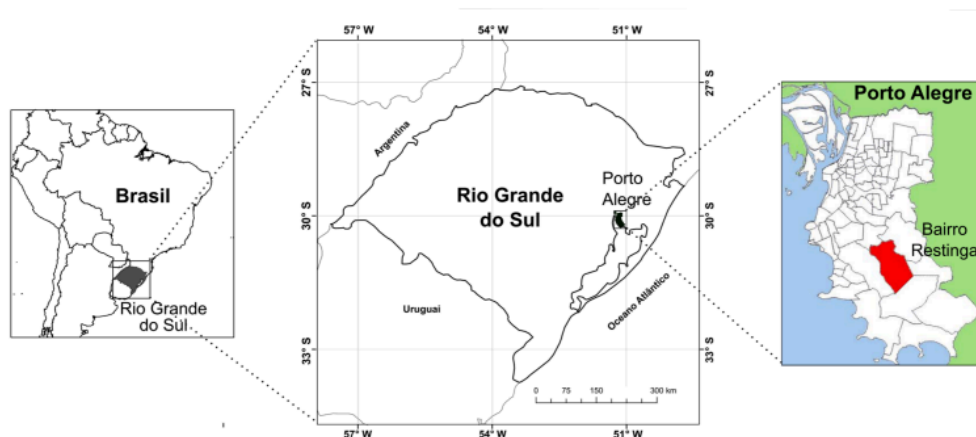


Figura 1. Localização do Bairro Restinga (em vermelho, à direita), onde está situado o IFRS Campus Restinga, na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Mapa elaborado por Luciana Podgaiski.

O Bairro Restinga convive com o grave problema da vulnerabilidade social, resultado de um longo período de negligência do poder público. No final da década de 1960 o modelo de desenvolvimento urbano adotado pelo país e implantado em Porto Alegre promoveu a remoção de significativos contingentes populacionais da região central da cidade. Os grupos que não possuíam condições de adquirir terra naquela região foram deslocados para a região da Restinga, distante, aproximadamente, 25 km do centro da cidade.

A situação dos primeiros moradores era de extrema precariedade, mesmo com a previsão de implantação de conjuntos habitacionais na Restinga no projeto inicial. O intenso deslocamento populacional, aliado ao contexto de processos migratórios, levou ao surgimento de ocupações espontâneas autoconstruídas na região. Assim, a parte planejada pelo poder público veio a ser conhecida popularmente como Restinga Nova, em oposição à Restinga Velha que se constituiu com maiores concentrações de aglomerados de moradias precárias. A Vila Restinga, como foi chamada inicialmente, era uma área alagadiça cercada de mata virgem e desprovida dos recursos mais básicos, tais como redes de água e iluminação, escolas, transporte e postos de saúde.

Foi a partir da mobilização dos moradores que gradualmente a população passou a usufruir de alguns benefícios. Uma característica marcante da comunidade é a contínua reivindicação de seus direitos em favor do desenvolvimento da região. De acordo com o ObservaPOA, baseado em dados do Censo de 2010, a Restinga possui 60.729 habitantes, representando 4,31% da população do município, com área de 38,56 km<sup>2</sup>, representa 8,10% da área do município, sendo sua densidade demográfica de 1.574,92 habitantes por km<sup>2</sup>. A taxa de analfabetismo é de 4,03% e o rendimento médio dos responsáveis por domicílio é de 2,10 salários mínimos (IBGE, 2014). Dados mais recentes do Censo 2022, divulgados pelo IBGE informam que a Restinga possui mais de 62 mil habitantes, sem contar os arredores e regiões mais próximas, o que demonstra um crescimento populacional, comparativamente a 2010, e o torna o bairro mais populoso da cidade. Dados do IDESE e do DEE informam que o índice de desenvolvimento econômico do bairro é inferior à média do Estado, assim como o percentual de jovens e adultos que concluem o ensino médio é inferior à média geral de Porto Alegre. Segundo dados do ObservaPOA, o bairro Restinga conta com uma infraestrutura significativa de empresas, principalmente de comércio e prestação de serviços, além de rede de saúde, hospital local e produtores rurais. Estes dados refletem grandes desafios socioeconômicos e educacionais.

Além disso, a Restinga é um bairro caracterizado por apresentar um amplo e diversificado mosaico cultural, com diversos artistas locais atuantes na música, nas artes visuais e nas artes cênicas. Existem também diferentes associações e entidades civis organizadas com uma forte vocação cultural, o que possibilita considerar o bairro como um importante polo cultural.

Ressalta-se ainda a articulação social de diferentes grupos com vistas à melhoria das condições de vida e da igualdade de direitos. Nesse cenário, destacam-se pautas como a equiparação étnico-racial, assim como a emancipação feminina e os direitos da mulher. Dessa forma, é perceptível que o Bairro Restinga é um local de reflexão e de questionamentos, que serve como um contraponto ao *status quo* e à naturalização da discriminação e do preconceito.

A história do *Campus Restinga* remonta à busca da comunidade pela “Escola Técnica Federal de Porto Alegre na Restinga”, que iniciou em 08 de maio de 2006, com a criação da Comissão Pró-implantação dessa unidade de ensino. Esse grupo foi composto por movimentos sociais com militantes da educação, da economia solidária e das organizações não governamentais (ONG's).

A mobilização da comunidade pela construção da unidade da escola (*Campus*) coincidiu com um contexto nacional de valorização da formação profissional e, também, com investimentos expressivos do Governo Federal. Desde 2005, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação, passou por profunda transformação que abrangeu não somente a reestruturação física – com investimentos em obras, laboratórios, equipamentos e reformas –, mas, também, a ampliação e criação de novas vagas para servidores docentes e técnicos administrativos.

No ano de seu Centenário, a Rede Federal de Educação Tecnológica passou por um processo de reorganização. Com a aprovação da Lei nº 11.892/2008, foram criados 38 Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, que estão presentes em todos os estados, oferecendo ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia, bacharelados, licenciaturas e pós-graduação.

Com o objetivo de fortalecer sua inserção no ensino, pesquisa e extensão, estimular o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas e estender seus benefícios à comunidade, os Institutos Federais devem oferecer metade das vagas ofertadas para os cursos técnicos de nível médio. Como prevê a legislação dos institutos, são ofertados cursos de nível superior, como Licenciaturas (20%) e Cursos Superiores de Tecnologia, além de cursos de Pós-Graduação. Além disso, a educação profissional técnica de nível médio deve ser desenvolvida preferencialmente na forma integrada, além da EJA/EPT (Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica). Os Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) também são ofertados no *Campus Restinga*.

A sede atual do *Campus* tem mais de 6.800 m<sup>2</sup> de área construída

contando com 7 (sete) blocos, sendo que quatro deles alojam as salas de aula, laboratórios, biblioteca, cantina, um bloco destinado às áreas administrativas do *Campus*, um bloco que contempla o laboratório de solos, sala dos professores, sala multiuso e depósito, e um bloco destinado ao almoxarifado, além de quadra poliesportiva e cancha de areia.

## 4. Perfil do Curso

A qualidade do ensino firmado na relação teoria-prática permeia o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Desportiva e de Lazer oferecido pelo Campus Restinga do IFRS. A integralização do curso se efetivará através de atividades teóricas e práticas, visitas técnicas e adequada instrumentalização metodológica e técnica, garantindo um ensino problematizado e contextualizado, além de proporcionar uma formação sólida e ampla, através de atividades que levem o aluno a buscar, interpretar e analisar informações, de forma crítica, ética e embasada em conhecimentos técnicos e humanísticos. Dessa forma, o curso contribui para o desenvolvimento de uma percepção mais integral de sua atuação futura como profissional e cidadão. O curso tem como pressupostos:

- contemplar as exigências do perfil do profissional da Gestão Desportiva e de Lazer, levando em consideração a identificação de problemas e necessidades atuais e perspectivas da sociedade, assim como da legislação vigente;
- garantir uma sólida formação interdisciplinar, bem como multidisciplinar, e adequada instrumentalização técnica e metodológica;
- favorecer a flexibilidade curricular, de forma a contemplar interesses e necessidades específicas dos alunos e do mundo do trabalho;
- garantir um ensino-aprendizagem problematizador e contextualizado, assegurando a indissociabilidade entre teoria e prática;
- estimular outras atividades curriculares e extracurriculares de formação como, estágios, projetos sociais, monitoria, atividades de extensão e de iniciação científica, reforços, entre outras atividades julgadas pertinentes.

## 5. Justificativa

Os cursos oferecidos pelo Campus Restinga inserem-se dentro de uma nova realidade da educação profissional. Dessa forma, propõe-se uma integração entre educação e trabalho, formando não apenas profissionais competentes, mas, principalmente, cidadãos responsáveis e comprometidos consigo e com o outro. Dentro desse contexto, pensar hoje a organização da produção e as novas formas de trabalho passa por rever e criar novas possibilidades de vivenciar o tempo dos indivíduos, estimulando ações de lazer. A ampliação do mercado consumidor dos eventos e experiências de esporte, cultura, turismo e recreação, numa sociedade em acelerado processo de globalização da economia, implica a necessidade de se ter profissionais qualificados para atuar no setor.

Partindo do entendimento do lazer como um fenômeno social e experiência pessoal que integra inúmeros aspectos relacionados ao desenvolvimento humano (CABEZA, 2000), a compreensão do outro e suas necessidades permite construir oportunidades de atuação profissional que envolvam a cultura, o esporte, o turismo e a recreação. Tais atividades são consideradas atualmente uma forma de prestação de serviços, para os quais existe a demanda de grupos diversos por ações de lazer. Segundo Alves (2006), considerando-se que, no Brasil, o esporte e o lazer já possuem um peso social, político e econômico considerável, ainda existem vários problemas, do ponto de vista econômico, que dificultam o desenvolvimento dessa área no país. Dentre eles, o autor aponta o desconhecimento da cadeia produtiva do esporte e, por consequência, da sua força econômica e de sua capacidade de gerar emprego e renda. Outro fato apontado é que a grande maioria dos gestores do esporte não está qualificada para exercer suas funções. Segundo informações levantadas pelo Atlas do Esporte no Brasil, em 2005 existiam 1.585.414 empregos ligados direta ou indiretamente ao esporte, o que representa 2,42% da população empregada. Tendo em vista que o esporte movimenta 1,7% do PIB nacional, pode-se então interpretar que essa é uma atividade econômica com grande captação de mão-de-obra (BOSCHI, 2005). Estes números, aliados aos megaeventos esportivos que ocorreram

recentemente no Brasil, demonstram o potencial gerador de empregos da área do esporte, sendo necessária qualificação e profissionalização para tal.

Na primeira década do século XXI, o crescimento do setor esportivo no Brasil foi de 6,2%, enquanto que o PIB nacional cresceu 3,2%. Em 2016, a expectativa é que o mercado esportivo tenha representado 1,9% do PIB, refletindo a importância da profissionalização do setor no Brasil. Os Estados Unidos, um exemplo quando o assunto é gestão desportiva, o percentual chega a 2,1% do PIB. O setor com maior crescimento foi o de Artigos Esportivos, com destaque para roupas, instrumentos e equipamentos; alimentos, bebidas e vitaminas; além de mochilas, joelheiras e bonés. A taxa de participação do setor de Artigos Desportivos, que passou de 53,50% de participação em 2001, para 59,75% em 2010. (KAZNAR, GRAÇA, 2012). Esses dados permitem projetar algumas tendências do campo econômico do desenvolvimento da atividade esportiva no Brasil: nos próximos anos, estima-se um significativo aumento dos recursos públicos destinados ao esporte no Brasil, principalmente, pela criação de leis de incentivo fiscal para o esporte nos três níveis governamentais; haverá uma maior participação das empresas privadas no financiamento do esporte, por meio de patrocínios e até mesmo como forma de investimento alternativo, em razão não só de futuras leis de incentivo fiscal, como também pelo apelo que o esporte passou a ter no mercado publicitário; acontecerá um aumento da demanda por atividades de lazer e esportivas por parte da população, em razão de uma maior conscientização dos seus benefícios, o que gerará um aumento da demanda por produtos e serviços ligados a estas atividades; um aumento na participação do esporte em toda mídia por consequência da valorização social, mercadológica e política das atividades físicas e esportivas no Brasil.

Segundo Nolasco et al. (2006), apesar da ampliação das opções no mercado de trabalho na área de gestão do esporte brasileiro, o ritmo da capacitação profissional parece não estar atendendo ainda a expectativa da demanda, pelo menos, em termos de qualidade. Isso fica evidenciado no fato de que o primeiro curso em nível de graduação ofertado no Rio Grande do Sul iniciou suas atividades em 2013, no IFRS Campus Restinga. Na sequência,

passou a ser ofertado por duas outras instituições particulares localizadas no estado. Na região nordeste, duas instituições federais ofertam anualmente vagas para o curso de Gestão Desportiva e de Lazer,

É possível pensar que em número de praticantes, as práticas esportivas têm um potencial de crescimento incrível, pois de acordo com estudo Pnad 2015: Prática de Esporte e Atividade Física, que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com dados extraídos a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) daquele ano, entre setembro de 2014 e setembro de 2015, os jovens e adultos com 15 anos ou mais de idade que não praticavam qualquer tipo de esporte ou atividade física eram 122,9 milhões de pessoas, o equivalente a 76% da população de 161,8 milhões de brasileiros nesta faixa etária. Do total, 70,1 milhões eram mulheres, o equivalente a 83,1% da população feminina do país de 15 anos ou mais por ocasião da pesquisa. Os números divulgados revelam também que, em 2015, no Brasil, 61,3 milhões de pessoas de 15 anos ou mais de idade – o equivalente a 37,9% do total de 161,8 milhões de pessoas nessa faixa etária – praticavam algum tipo de esporte ou atividade física, dos quais 53,9% eram homens e 46,1%, mulheres. O estudo constatou que a prática é mais frequente na faixa de idade entre 15 e 17 anos, em que mais de 50% dos entrevistados responderam ter praticado algum esporte ou atividade física no período de 365 dias de referência (setembro de 2014 a setembro de 2015), enquanto na faixa etária de 60 anos ou mais esse percentual era de mais de 27%. (IBGE, 2015).

Sobre o tamanho do esporte na economia brasileira, notícia veiculada em 2014 por uma revista de grande circulação que trata de economia já dizia que o PIB do esporte no país cresceu a taxas anuais de 7,1% entre 2007 e 2011, muito acima dos 4,2% da economia como um todo, e estimavam que o esporte respondia em 2012 por 1,6% do PIB do país – o equivalente a R\$ 67 bilhões, com a expectativa de que essa taxa chegasse a 1,9% até 2016 (ano das Olimpíadas no Brasil). (EXAME, 2014).

Alguns dados apresentados pela pesquisa Diagnóstico Nacional do Esporte realizada pelo Ministério do Esporte, em parceria com universidades federais de vários estados da federação e divulgado em junho de 2015,

apontam que as práticas esportivas no Brasil são sustentadas prioritariamente pelas famílias dos praticantes. Além disso, a maioria dos sedentários no país pertencem às camadas mais pobres da população, o que justifica e muito a existência de um curso voltado a área de Gestão do esporte e lazer numa região periférica de Porto Alegre, não apenas proporcionando formação aos residentes próximos mas tendo o compromisso de estudar e aplicar na comunidade soluções para a área. Essa pesquisa também indica que o consumo das famílias brasileiras com práticas e equipamentos relacionados ao esporte chegou a cerca de R\$43,5 bilhões em 2013. A média mensal de gastos familiares com a prática de esporte era de aproximadamente R\$100. A iniciativa privada financiou cerca de R\$6 bilhões nesse período e as empresas públicas, quase R\$450 milhões. O governo federal investiu cerca de R\$1,4 bilhão na área do esporte em 2013, crescimento insuflado pelos grandes eventos sediados no país. (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2015).

Essas tendências, aqui levantadas, indicam necessidades evidentes, dentre elas, a de priorizar estudos e investigações sobre o mercado esportivo brasileiro e todos os seus componentes, com especial atenção para o consumidor do esporte, em suas várias facetas (praticante, comprador, assistente, etc). Outra necessidade é uma maior profissionalização da gestão das entidades esportivas, públicas e privadas, seja na parte técnica, seja na parte de gerenciamento. Isso conseqüentemente vai demandar uma melhor formação dos profissionais envolvidos na área, com destaque para a formação de gestores capacitados de modo específico para a área do esporte, bem como do lazer, essa última intimamente associada à primeira.

O cenário descrito acima indica a existência de um vasto mercado para os profissionais da área do esporte e lazer. Contudo, o mercado de profissionais qualificados para a gestão do esporte e lazer ainda é bastante limitado. A formação nessa área ainda está restrita, na sua maior parte, aos cursos de especialização (NOLASCO et al., 2006), enquanto que, em diversos países europeus e nos Estados Unidos, há uma crescente tendência para o oferecimento de cursos de formação profissional específica já em nível de graduação, normalmente voltados para a área de Gestão Esportiva (BASTOS,

2003).

Para Azevedo:

No meio da movimentação de recursos financeiros, humanos e físicos que ocorre no negócio esportivo há a necessidade de profissionais que devem assumir o importante papel na administração do clube – o de gestores do esporte – que utilizarão métodos e técnicas para a boa administração dos recursos movimentados em suas organizações, visando sempre os melhores resultados financeiros, sociais e esportivos. (2009, p.933).

Além da área esportiva, outro segmento de destaque associado ao lazer é a cultura. Em 2006, uma pesquisa do IBGE e do Ministério da Cultura mostrou que as empresas culturais eram responsáveis por 5% dos postos de trabalho no país, com salário médio de 5,6 mínimos (para 4,6 de toda a indústria). Em relação aos serviços, os números são ainda mais expressivos: 9% do total de empregos e 5,9 mínimos de salário médio (para 3,2 de todos os serviços). Números do Global Entertainment & Media Outlook 2006-2010, da Price Waterhouse & Coopers, mostram que a 'economia da cultura' no Brasil passou de US\$ 11,5 bilhões, em 2001, para US\$ 14,6, em 2005. Os valores disponibilizados pelo Ministério da Cultura para projetos em diferentes áreas cresceram muito na última década. A expansão do setor de serviços, diagnosticada em várias pesquisas realizadas em nível local, regional e nacional, coloca esse segmento do mundo do trabalho como uma concreta realidade, enquanto gerador de emprego e renda. No Brasil, por exemplo, o setor da cultura oportuniza 800 mil empregos formais e 10 milhões de empregos informais, correspondendo a 1,5% do PIB nacional (MIGUEL, 2011). Dentro do escopo da gestão cultural, vem ganhando espaço a chamada "Economia Criativa", responsável por gerar emprego e renda através da apropriação da cultura pela economia. De acordo com a associação World Creative, enquanto a Europa possui mais de 700 bilhões de dólares de PIB com Economia Criativa, gerando 7,7 milhões de empregos, a América Latina e Caribe correspondem a 124 bilhões de dólares do PIB mundial com Economia Criativa, gerando 1,9 milhões de empregos. Isso demonstra a grande fatia de mercado na área cultural para profissionais com conhecimentos técnicos e de gestão.

A chamada Economia da Cultura é um setor que gera empregos e renda e tem, assim, um papel de grande importância na economia dos países. A emergência de patrocínio às artes e incentivos fiscais para impulsioná-la, o surgimento de fundações e entidades não governamentais na esfera artística, os espetáculos globalizados, são alguns exemplos que Benhamou (2007) cita.

Em relação ao potencial na área da gestão cultural, uma pesquisa do Banco Mundial estimou que a economia gerada pela cultura representou 7% do PIB mundial no ano de 2003. Mais uma vez, os Estados Unidos possuem destaque, com 7,7% do PIB e 4% da força de trabalho no país. Na Inglaterra, as atividades culturais equivaleram a 8,2% do PIB no ano de 2004, registrando crescimento da ordem de 8% ao ano, desde 1997. (BRANT, 2009).

O orçamento, no Brasil, destinado à cultura, aumentou 16% entre 2003 e 2013, chegando a 4,8 bilhões de reais e o número de estabelecimentos da cultura cresceu 37% no ano de 2013 em relação a 2007, com aumento no número de empregos formais. (FGV, 2015).

Outro setor de grande crescimento na área do lazer é o turismo. Segundo dados do Ministério do Turismo, o faturamento das empresas do setor do turismo cresceu para 94% das empresas do mercado, em 2011, com relação a 2010, indo de 7% a 33% dependendo do tipo de negócio. Quanto à mão de obra, a dificuldade de contratação de profissionais qualificados é generalizada, tanto para área administrativa, como operacional.

O potencial turístico do Brasil é muito grande. Em menos de uma década, passamos do 29º lugar no ranking da Organização Mundial do Turismo (2000) ao 13º, segundo estudo divulgado pela World Travel & Tourism Council (2010) durante a ITB, uma das maiores e mais importantes feiras de turismo do mundo. O Brasil ainda está entre os 10 primeiros países que devem produzir o maior volume em termos absolutos de PIB do turismo (10º lugar); na geração de empregos (diretos e indiretos) (7º); na geração de empregos diretos (5º); na rapidez de crescimento dos investimentos no setor (5º). De acordo com o Conselho Mundial de Viagens e Turismo, o setor de turismo no Brasil foi responsável por 9,5% da economia mundial, equivalendo a 9,2% do PIB (quase R\$ 450 bilhões), nos mais diversos setores em que se envolve (alimentação,

transporte, eventos, agências de viagens, etc).

Considerando-se que a área de esporte e lazer foi, por muitos anos, deixada de lado pela administração pública, é fundamental capacitar pessoas para atuar nesses setores, fazendo com que o trabalho contínuo fortaleça o município de Porto Alegre - carente deste tipo de proposta – e a região. A oferta de cursos nessa área ainda é reduzida no Rio Grande do Sul, sendo melhor identificada em estados das regiões sudeste e nordeste, reforçando a necessidade de fomento à qualificação no setor.

Considerando também as possibilidades de verticalização no Campus Restinga, o curso atende ao mesmo tempo, dois eixos tecnológicos - Gestão e Negócios e Turismo, Hospitalidade e Lazer - permitindo que os alunos egressos dos cursos técnicos de Guia de Turismo e Técnico em Administração do Campus tenham oportunidade de prosseguir na sua formação acadêmica, através da oferta de um curso de característica multidisciplinar.

É dentro desse contexto de crescimento e expansão das áreas do lazer no país – no esporte, na cultura, no turismo e na recreação –, da carência de profissionais na área e, também dentro da filosofia dos Institutos Federais de diversificar os setores da formação profissional e verticalizar o ensino, que oferecemos o CST em Gestão Desportiva e de Lazer no IFRS, Campus Restinga. O curso foi apresentado em audiência pública no dia 22 de setembro de 2011, para escolha dos cursos superiores que seriam disponibilizados no Câmpus. Buscando a verticalização do ensino nos eixos Gestão e Negócios e Hospitalidade e Lazer, e o aumento de oportunidades para comunidade da Restinga e grande Porto Alegre, o resultado final foi a aprovação do curso pela comunidade interna e externa.

A demanda por estes profissionais é demonstrada, entre outros aspectos, devido ao aumento nos convênios de estágio firmados pelo Campus Restinga com empreendimentos das áreas de cultura, turismo e esporte, tais como: Associação Atlética do Banco do Brasil, Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, Grêmio Expedicionário Sargento Geraldo Santana, Associação Porto Alegre Rural (Roteiro Turístico Caminhos Rurais), Gravador Pub, Secretaria Estadual de Turismo, Esporte e Lazer, além de muitos outros estabelecimentos

e instituições.

Tal curso foi pensado a partir de uma lógica de melhor aproveitamento de recursos existentes no Campus associado ao crescente número de oportunidades que o mercado de trabalho da região da Grande Porto Alegre disponibiliza nestas áreas de conhecimento, carentes de profissionais qualificados.

## **6. Proposta político pedagógica do curso**

### **6.1 Objetivo geral:**

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Desportiva e de Lazer tem como objetivo geral a formação de profissionais aptos a gerenciar, articular e coordenar atividades nos setores de esporte, cultura, turismo, lazer e recreação.

### **6.2 Objetivos específicos:**

Ainda, por meio de componentes curriculares obrigatórias e componentes curriculares optativas, iniciação científica, atividades de extensão o curso objetiva formar um profissional ético e consciente de suas responsabilidades sociais e cidadãs, que seja capaz de:

- Conhecer as especificidades da gestão de espaços e projetos que envolvam atividades sociais, culturais, turísticas, lúdicas e desportivas, utilizando leis de incentivo e desenvolvimento sustentável;
- Elaborar, implementar e gerir projetos nas áreas de esporte, cultura, turismo e recreação;
- Dominar o uso de mecanismos de elaboração de projetos de gestão nas áreas de esporte, cultura, turismo e recreação;
- Planejar a captação de recursos para a viabilização de projetos de gestão nas áreas de esporte, cultura, turismo e recreação;
- Gerenciar planos estratégicos de inserção nas áreas do curso, em instituições públicas e empresas privadas;
- Elaborar e implementar planos de marketing por meio do uso de estratégias de marketing;
- Desenvolver a capacidade empreendedora nas áreas de esporte, cultura, turismo e recreação;
- Desenvolver projetos de pesquisa acadêmica relacionados aos temas do curso;
- Oportunizar espaços de discussão e práticas em lazer através de temas transversais;

- relacionados com acessibilidade, grupos vulneráveis, diversidade cultural, gênero, Educação Ambiental, Direitos Humanos e cultura afro-brasileira e indígena;
- Propiciar o uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) para qualificação da atuação profissional do Gestor Desportivo e de Lazer.

### **6.3 Perfil do egresso**

O tecnólogo, egresso do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Desportiva e de Lazer do IFRS, estará apto a planejar, organizar, promover, dirigir, captar recursos, coordenar, executar e gerir políticas, programas, projetos e eventos esportivos e de lazer, além de ter capacidade investigativa, empreendedora e interferir positivamente nos espaços de esporte e lazer de uma cidade, com atuação tanto em instituições públicas como privadas.

As habilidades necessárias a esse profissional, que são desenvolvidas por meio da formação proposta pelo Curso Superior de Tecnologia em Gestão Desportiva e de Lazer, são: o conhecimento das especificidades da gestão de espaços e projetos que envolvam atividades sociais, culturais, turísticas, lúdicas e desportivas, utilizando leis de incentivo e desenvolvimento sustentável; o domínio dos mecanismos de elaboração de projetos de gestão nas áreas de esporte, cultura, turismo e recreação; o domínio do planejamento de captação de recursos para a viabilização desses projetos; o domínio das estratégias de marketing; capacidade empreendedora; capacidade de realizar uma pesquisa acadêmica relacionado à área do curso; aptidão para fazer uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) para qualificação da atuação profissional do Gestor Desportivo e de Lazer; consciência sobre temas relacionados com acessibilidade, grupos vulneráveis, diversidade cultural e gênero; capacidade investigativa no que tange ao envolvimento dos indivíduos no esporte e lazer.

### **6.4 Diretrizes e atos oficiais**

- ◆ Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases

da educação nacional (atualizada);

- ◆ Resolução CNE/CP nº 1/2021 de 5 janeiro de 2021 - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica;
- ◆ Portaria MEC nº 514, de 4 de junho de 2024, que aprova o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia;
- ◆ Instrumento de avaliação de cursos de graduação (INEP);
- ◆ Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 e dá outras providências;
- ◆ Resolução CNE/CP n. 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira.
- ◆ Política Nacional de Extensão Universitária/FORPROEX (2012);
- ◆ Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais;
- ◆ Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências;
- ◆ Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental;
- ◆ Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;
- ◆ Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena. Conforme Lei nº 9.394/96, com redação dada pelas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 e pela Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004;
- ◆ Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista;
- ◆ Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes;
- ◆ Lei n. 13.425, de 30 de março de 2017 que estabelece diretrizes gerais e ações complementares sobre prevenção e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público;
- ◆ Lei n. 12.605, de 03 de abril de 2012 que determina o emprego obrigatório

da flexão de gênero para nomear profissão ou grau em diplomas;

- ◆ Decreto No 12.456, de 19 de maio de 2025, que dispõe sobre a oferta de educação a distância por instituições de educação superior em cursos de graduação e altera o Decreto no 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.
- ◆ Portaria MEC No 378, de 19 de maio de 2025, que dispõe sobre os formatos de oferta dos cursos superiores de graduação.
- ◆ Resolução IFRS nº 064/2024, que altera a Resolução nº 53/2022;
- ◆ Lei nº 13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e é destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais pela pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania;
- ◆ Instrução Normativa conjunta PROEN/PROEX nº 02/2024, que estabelece os fluxos e procedimentos de submissão, aprovação, validação e registro de ações de extensão nos componentes curriculares dos cursos de graduação do IFRS;
- ◆ Resolução IFRS nº 01/2024 de 23 de janeiro de 2024, que trata da Organização Didática do IFRS.

## **6.5 Formas de acesso ao Curso**

O ingresso de novos estudantes no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Desportiva e de Lazer é anual e se dá por meio de processo seletivo institucional, com vagas previstas no PPC e em editais específicos, de acordo com a legislação vigente, a política nacional de ações afirmativas, a política de ingresso discente nos cursos do IFRS e a Organização Didática desta IES (aprovada pelo Conselho Superior, conforme Resolução nº 1, de 23 de janeiro de 2024). Os interessados deverão atender às determinações do(s) respectivo(s) edital(is), observando-se também a possibilidade de ingresso através de transferência e ingresso de diplomados.

Todos os processos de preenchimento das vagas têm ampla divulgação de editais a partir de datas previstas no calendário acadêmico, ressaltando-se que o processo seletivo do IFRS é unificado.

A matrícula garante ao estudante sua vinculação formal com a instituição, por um único período letivo. Conforme a Organização Didática (2024) do IFRS, Capítulo II, Artigo 8o. §2o.: § 2º: A cada novo período letivo o estudante realizará a opção de matrícula em componentes curriculares integrantes da matriz curricular, dentre aqueles que estiverem sendo oferecidos. O § 6o do mesmo artigo diz: quando o estudante for ingressante será permitido o trancamento de até 2 (dois) componentes curriculares matriculados.

Os processos de efetivação, renovação, trancamento, cancelamento da matrícula e reingresso estão regulamentados na Organização Didática do IFRS, aprovada pela Resolução Consup-REI/IFRS nº 01, de 23 de janeiro de 2024, e de acordo com a Política de Ingresso Discente do Instituto Federal do Rio Grande do Sul aprovada pelo Conselho Superior, conforme Resolução nº 053, de 11 de julho de 2017 e alterada pelo Conselho Superior, conforme Resolução nº 042, de 28 de junho de 2022, que regulamentam as normas para o Processo Seletivo de estudantes aos Cursos de Educação Profissional no diferentes níveis de ensino no IFRS. A ocupação das vagas será em um único Sistema de Ingresso através de Exame de Seleção, aplicação de prova com questões objetivas, observando-se a reserva de vagas de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) para candidatos(as) egressos(as) de escola pública e de, no mínimo, 5% (cinco por cento) para Pessoa com Deficiência que se enquadre na classificação apresentada no Decreto nº 3.298/99, alterado pelo Decreto nº 5.296/04 e pela Lei no 12.764/12.

Entende-se por transferência o processo em que o(a) estudante(a) formaliza a solicitação de troca de curso, de *Campus* ou de instituição de ensino, aproveitando vagas disponíveis. O processo de transferência é possibilitado apenas para estudantes em situação regular na instituição de origem e entre cursos no mesmo nível. O processo de transferência deverá ser encaminhado junto à Coordenadoria de Registros Escolares do *Campus*

Restinga, a qualquer tempo. O deferimento da solicitação de transferência será concedido mediante a possibilidade de adaptação curricular necessária. Este processo obedece aos critérios estabelecidos na Organização Didática (2024) do IFRS. As vagas disponíveis para processos de transferência e/ou ingresso de diplomados são obtidas pela desistência dos (as) estudantes de cada um dos cursos por semestre. Cabe à Direção de Ensino a responsabilidade de divulgar, com a necessária antecedência, as datas e os locais de inscrição para o preenchimento das vagas disponíveis, bem como as informações relacionadas ao processo de classificação para as mesmas. O processo de preenchimento das vagas disponíveis dar-se-á anualmente, em período a ser determinado pela coordenação do curso. Este processo deverá obedecer aos critérios estabelecidos nas resoluções cabíveis estabelecidas pelo *Campus* e na Organização Didática (2024) do IFRS.

## **6.6 Princípios filosóficos e pedagógicos do curso**

Os princípios que norteiam o Projeto Político Pedagógico e o currículo do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Desportiva e de Lazer contemplam as orientações da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96; as resoluções que tratam das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos superiores de tecnologia e o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (2024), e em conformidade com as definições do Projeto Pedagógico Institucional (PPI), do Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) e da Organização Didática (2024) do IFRS.

O IFRS é uma instituição cuja finalidade é qualificar e formar profissionais no âmbito da educação tecnológica, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, para diversos setores da economia. O *Campus* Restinga segue a função social expressa no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) do IFRS, em consonância com as necessidades de formação identificadas a partir da compreensão do cenário regional, nacional e internacional. Assim, essa unidade de ensino profissional e tecnológico entende ser fundamental uma ação educativa que possibilite e permita o desenvolvimento de um processo de inserção do estudante na sociedade de

forma participativa, ética e autônoma.

Os princípios pedagógicos do IFRS permitem pensar os projetos de curso de forma flexível, com uma ampla rede de significações, e não apenas como um lugar de transmissão do saber. Vislumbra-se, assim, a oferta de uma educação que possibilite a aprendizagem de valores e de atitudes necessários a uma sociedade formada por seres humanos autônomos.

## 6.7 Representação gráfica do perfil de formação

A Figura 2 a seguir apresenta uma matriz gráfica ilustrativa dos componentes curriculares do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Desportiva e de Lazer. A matriz curricular do curso exposta no item seguinte está estruturada a partir de dois eixos de formação: a formação básica, na cor lilás e a formação nas áreas técnicas na cor rosa. A conexão entre os componentes do quarto e quinto semestre estão representadas também no gráfico abaixo que contém no final o itinerário de componentes optativos disponíveis para escolha do estudante:

1º semestre	2º Semestre	3º Semestre	4º Semestre	5º Semestre
Leitura e produção textual	Comportamento e aprendizagem organizacional	Estratégia e gestão de projetos	Gestão de Pessoas	Acessibilidade e lazer
Fundamentos do esporte	Fundamentos de Gestão	Esportes individuais e coletivos	Políticas e legislação cultural	Políticas e legislação desportiva
Fundamentos do lazer	Fundamentos do Turismo	Gestão de eventos	Gestão socioambiental e da qualidade	Empreendedorismo
Informática instrumental	Estatística descritiva	Gestão de Marketing	Gestão financeira	Optativa (s)
Arte, cultura e lazer	Metodologia da pesquisa	Saúde e qualidade de vida	Trabalho de conclusão de curso I	Trabalho de conclusão de curso II
Atividades recreativas e de lazer	Manifestações da cultura popular	Higiene e Segurança do Trabalho	Extensão em gestão desportiva e de lazer I	Extensão em gestão desportiva e de lazer II



Figura 2 - Itinerário formativo do Curso Superior em Tecnologia em Gestão Desportiva e de Lazer, demonstrando sua distribuição ao longo dos semestres.

## 6.8 Matriz Curricular

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Desportiva e de Lazer está organizado em regime semestral com uma carga horária de componentes curriculares de 1.767 horas, distribuídas em 05 (cinco) semestres letivos matutinos. O curso é dispensado do ENADE<sup>2</sup> conforme Portaria MEC nº840/2018. O quadro a seguir descreve a matriz curricular do curso.

Sem	Componente Curricular OBRIGATÓRIOS	Carga-horária (hora-relógio)			Hora Aula	Aulas por seman a	Pré- requisitos
		Total	Presencial		Total		
			Ensino	Extensão			
1º	Fundamentos do Lazer	66	66	-	80	4	-
	Fundamentos do Esporte	66	66	-	80	4	-
	Atividades Recreativas e de Lazer	66	66	-	80	4	-
	Leitura e Produção Textual	66	66	-	80	4	-
	Arte, Cultura e Lazer	33	33	-	40	2	-
	Informática Instrumental	33	33	-	40	2	-
	<b>TOTAL DA CARGA HORÁRIA DO SEMESTRE</b>	<b>330</b>	<b>330</b>	<b>0</b>	<b>400</b>	<b>20</b>	
2º	Fundamentos da Gestão	66	66	-	80	4	-
	Fundamentos do Turismo	66	66	-	80	4	-
	Comportamento e	66	66	-	80	4	-

<sup>2</sup> O ENADE é componente curricular obrigatório conforme a Lei no. 10.861/2004, no entanto, momentaneamente, o presente curso não participa do exame conforme Portaria Normativa MEC nº840/2018.

	Aprendizagem Organizacional						
	Estatística Descritiva	66	66	-	80	4	-
	Metodologia da Pesquisa	33	33	-	40	2	-
	Manifestações da Cultura Popular	33	33	-	40	2	-
	<b>TOTAL DA CARGA HORÁRIA DO SEMESTRE</b>	<b>330</b>	<b>330</b>	<b>0</b>	<b>400</b>	<b>20</b>	
<b>3º</b>	Estratégia e Gestão de Projetos	66	66	-	80	4	-
	Gestão de Eventos	66	66	-	80	4	-
	Gestão de Marketing	66	66	-	80	4	-
	Esportes Individuais e Coletivos	66	66	-	80	4	-
	Saúde e Qualidade de Vida	33	33	-	40	2	-
	Higiene e Segurança do Trabalho	33	33	-	40	2	-
	<b>TOTAL DA CARGA HORÁRIA DO SEMESTRE</b>	<b>330</b>	<b>330</b>	<b>0</b>	<b>400</b>	<b>20</b>	
<b>4º</b>	Políticas e Legislação Cultural	66	66	-	80	4	-
	Extensão em Gestão Desportiva e de Lazer I	83	-	83	100	5	-
	Gestão de Pessoas	66	66	-	80	4	-
	Gestão Socioambiental e da Qualidade	66	66	-	80	4	-
	Gestão Financeira	66	66	-	80	4	-
	Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC I)	33	33	-	40	2	Metodologia da Pesquisa
	<b>TOTAL DA CARGA HORÁRIA DO SEMESTRE</b>	<b>380</b>	<b>297</b>	<b>83</b>	<b>460</b>	<b>23</b>	
<b>5º</b>	Políticas e Legislação Desportiva	66	66	-	80	4	
	Extensão em Gestão Desportiva e de Lazer II	83	-	83	100	5	
	Acessibilidade e Lazer	66	66	-	80	4	
	Optativa(s)	66	66	-	80	4	
	Empreendedorismo	83	66	17	100	5	
	Trabalho de Conclusão de	33	33	-	40	2	Trabalho de Conclusão de

	Curso II (TCC II)						Curso I (TCC I)
	<b>TOTAL DA CARGA HORÁRIA DO SEMESTRE</b>	<b>397</b>	<b>297</b>	<b>100</b>	<b>480</b>	<b>24</b>	
	<b>CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO</b>	<b>1767</b>	<b>1584</b>	<b>183</b>	<b>2140</b>	<b>107</b>	
	<b>PERCENTUAL</b>	<b>100%</b>	<b>89,64%</b>	<b>10,36%</b>			

Semestre	Componente Curricular OPTATIVOS	Carga-horária (hora-relógio)			Hora Aula	Aulas por semana	Pré-requisitos
		Total	Presencial		Total		
			Ensino	Extensão			
5º	Língua Brasileira de Sinais	66	66	-	80	4	-
	Turismo de Aventura	66	66	-	80	4	-
	Seminários em Gestão Desportiva e de Lazer	66	66	-	80	4	-
	Elaboração de Projetos	66	66	-	80	4	-
	Primeiros Socorros	33	33	-	40	2	-

<b>QUADRO SÍNTESE DA MATRIZ CURRICULAR</b>	
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	66 h
Extensão	183 h
Componentes optativos	66 h

## 6.9 Programa por Componentes Curriculares

### 6.9.1 Primeiro Semestre

<b>Componente Curricular: Fundamentos do Lazer</b>	<b>Carga Horária (hora-relógio): 66 horas</b>
<b>Carga horária presencial (hora-relógio): 66 horas</b>	<b>Carga horária a distância (hora-relógio): zero</b>
<b>Carga horária de extensão (hora-relógio): zero</b>	
<b>Objetivo geral do componente curricular</b> Conhecer e analisar as principais teorias do lazer, compreendendo os aspectos socioculturais e a percepção sobre o lazer na atualidade.	
<b>Ementa:</b> Contextualização do lazer enquanto fenômeno histórico; Reflexão teórica conceitual; classificações do lazer; tempo livre, trabalho e lazer; recreação, lazer e desenvolvimento, ludicidade e lazer na sociedade contemporânea; barreiras do lazer; produção e consumo. Direitos Humanos e lazer. Propiciar relação entre teoria e prática a partir da utilização de diversos espaços de aprendizagem como salas de aula, laboratório de turismo, hospitalidade e lazer, laboratório de jogos e dinâmicas de grupo e quadras poliesportivas.	

**Referências:****Básicas:**

GOMES, Christianne Luce. FRUI VITA – A Alquimia do lazer. Ponta Grossa – PR: Atena, 2023.

MARCELLINO, Nelson Carvalho (org.). Lazer e Cultura. Campinas: Alínea, 2007.

MELO, V. A.; ALVES JÚNIOR, E. D. Introdução ao lazer. 2ª edição. São Paulo: Manole, 2012.

**Complementares:**

GOMES, Christianne Luce; ISAYAMA, Hélder Ferreira Isayama. O Direito Social ao Lazer no Brasil. Campinas, SP : Autores Associados, 2015. – (Coleção educação física e esportes).

GOMES, Christianne Luce. Lazer: Necessidade humana e dimensão da cultura. Revista Brasileira de Estudos do Lazer. Belo Horizonte, v. 1, n.1, p.3-20, jan./abr. 2014.

DUMAZEDIER, Joffre. Lazer e cultura popular. 4.ed. São Paulo, SP: Perspectiva, 2012.

MARCELLINO, N. C. Estudos do lazer: uma introdução. 5. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

MAYBORODA, Fabiana Gazzotti; GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi Santos. A política pública dos Jardins de Recreio como espaço civilizador no contexto urbano de Porto Alegre (1920-1950). História da Educação, v. 23, p. e77050, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/2236-3459/77050>

**Pré-requisitos:**

Não há.

<b>Componente Curricular: Fundamentos do Esporte</b>	<b>Carga Horária (hora-relógio): 66 horas</b>
<b>Carga horária presencial (hora-relógio): 66 horas</b>	<b>Carga horária a distância (hora-relógio): zero</b>
<b>Carga horária de extensão (hora-relógio): zero</b>	
<b>Objetivo geral do componente curricular</b>	

Compreender o esporte como fenômeno histórico-cultural e as diferentes dimensões sociais relacionadas.

**Ementa:**

Fundamentos históricos e aspectos socioculturais do jogo e do esporte. Estudo de temas contemporâneos sobre práticas corporais, esporte e lazer. Dimensões sociais do esporte: rendimento, participação e educação. Estudo dos principais eventos esportivos locais, regionais, nacionais e internacionais. Neste componente curricular serão utilizados os espaços da sala de aula, laboratório de jogos e dinâmicas de grupo e quadras poliesportivas e de areia.

**Referências:**

**Básicas:**

TUBINO, M. J. G. Dimensões sociais do esporte. 3 ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2011.

MELO, V. A. de. Esporte e lazer: conceitos. Rio de Janeiro, RJ: Apicuri, 2010.

JUNIOR ROSSETTO, A. J. Esporte: reflexões sobre educação, política e mercado. 1 ed. Várzea Paulista, SP : Fontoura, 2018.

**Complementares:**

BARBANTI, V.J. Dicionário de Educação física e esporte. Manole, 2011.

PRONI, M. E LUCENA, R. Esporte: história e sociedade. Coleção Educação Física e Esportes, Ed. Autores Associados, 2002.

MAZZEI, L. C. E BASTOS, F. Da C. (orgs). Gestão do esporte no Brasil : desafios e perspectivas. São Paulo, SP : Ícone, 2012.

STUBBS, R. O livro dos esportes. Editora Nova Fronteira, 2012.

TUBINO, M. J. G. O que é esporte. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

**Pré-requisitos:**

Não há.

<b>Componente Curricular: Atividades Recreativas e de Lazer</b>	<b>Carga Horária (hora-relógio): 66 horas</b>
<b>Carga horária presencial (hora-relógio): 66 horas</b>	<b>Carga horária a distância (hora-relógio): zero</b>
<b>Carga horária de extensão (hora-relógio): zero</b>	

**Objetivo geral do componente curricular**

Refletir sobre os conceitos de recreação, lazer e jogos através de atividades práticas ligadas à recreação e lazer.

**Ementa:**

Vivências teórico-práticas em atividades recreativas e de lazer. Planejamento e aplicação das atividades recreativas e de lazer em diferentes ambientes e para diferentes grupos. Propiciar relação entre teoria e prática a partir da utilização de diversos espaços de aprendizagem como salas de aula, laboratório de turismo, hospitalidade e lazer, laboratório de jogos e dinâmicas de grupo e quadras poliesportivas.

**Referências:****Básicas:**

LARIZZATTI, M. F. O que todo recreador precisa conhecer sobre o lazer. 2 ed. São Paulo, SP : Phorte, 2014.

PAÇOCA, T. A.; GONÇALVES, K. Manual de lazer e recreação: o mundo lúdico ao alcance de todos. São Paulo: Phorte Editora, 2010.

SILVA, M.R. da; SCHWARTZ, G. M. e PIMENTEL, G.G. de A. Dimensões teórico-práticas da recreação e do lazer. 1.ed. Curitiba : Intersaberes, 2021.

**Complementares:**

ANDERSON, D.M. et al. Introduction to Recreation and Leisure With Web Resource-2nd Edition Book, 2013.

FRITZEN, J. S. Jogos dirigidos: para grupos, recreação e aulas de educação física. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARCELLINO, N. C. Repertório de atividades de recreação e lazer. São Paulo: Papirus, 2002.

SCHWARTZ, G.M. (Org.). Atividades recreativas. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2004.

SOLER, R. Brincando e aprendendo com os jogos cooperativos. Rio de Janeiro: Sprint, 2005.

**Pré-requisitos:**

Não há.

<b>Componente Curricular: Leitura e Produção Textual</b>	<b>Carga Horária (hora-relógio): 66 horas</b>
<b>Carga horária presencial (hora-relógio): 66 horas</b>	<b>Carga horária a distância (hora-relógio): zero</b>
<b>Carga horária de extensão (hora-relógio): zero</b>	
<p><b>Objetivo geral do componente curricular</b></p> <p>Desenvolver a capacidade de ler, de compreender e de produzir diferentes gêneros textuais da área acadêmica e profissional, observando as normas técnicas e a correção da linguagem.</p>	
<p><b>Ementa:</b></p> <p>Leitura, interpretação e produção de textos. Coesão e coerência textual. Normas gramaticais usuais (aplicáveis aos textos). Estrutura e características de diferentes gêneros textuais do âmbito acadêmico e profissional: resumo, ensaio, pôster/banner, projeto de pesquisa, resenha, artigo científico, relatório. Referenciação e citação bibliográfica de acordo com as normas da ABNT. Neste componente serão utilizados como espaços de ensino, além da sala de aula, os laboratórios de informática.</p>	
<p><b>Referências:</b></p> <p><b>Básicas:</b></p> <p>ABAURRE, Maria Luiza Marques; ABAURRE, Maria Bernardete Marques. Produção de texto: interlocução e gêneros. São Paulo: Moderna, 2007.</p> <p>KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2006.</p> <p>ECHARA, Evanildo. Gramática escolar da língua portuguesa. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2010.</p>	

**Complementares:**

FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Lições de texto: leitura e redação. 5. ed. São Paulo: Ática, 2006.

KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e escrever: estratégias de produção textual. 2. ed. São Paulo, SP: Contexto, 2010.

GARCEZ, Lucília Helena do Carmo. Técnica de redação: o que é preciso saber para bem escrever. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

BITTENCOURT, Guida Fernanda Proença. Linguística Textual. Curitiba: Contentus, 2020.

Acervo virtual: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/182642/pdf/0>

MARTINS, Dileta Silveira; ZILBERKNOP, Lúbia Scliar. Português Instrumental. 30. ed. São Paulo: Atlas, 2023. Acervo virtual:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597020113>

**Pré-requisitos:**

Não há.

<b>Componente Curricular: Informática Instrumental</b>	<b>Carga Horária (hora-relógio): 33 horas</b>
<b>Carga horária presencial (hora-relógio): 33 horas</b>	<b>Carga horária a distância (hora-relógio): zero</b>
<b>Carga horária de extensão (hora-relógio): zero</b>	
<b>Objetivo geral do componente curricular</b> Possibilitar o desenvolvimento da autonomia dos estudantes no processo de ensino e aprendizagem, incluindo a utilização de Ambientes Virtuais de Aprendizagem, além de aprender operações básicas com softwares, aplicativos e utilitários de produtividade.	
<b>Ementa:</b> Uso do computador pessoal e de dispositivos móveis nas atividades acadêmicas e profissionais. Noções de sistemas operacionais. Educação a distância. Ambientes virtuais de aprendizagem. Noções de internet. Computação em nuvem e ferramentas. Aplicativos de produtividade pessoal: editor de texto, editor de apresentações e planilhas eletrônicas on-line. Neste componente serão utilizados como espaços de aprendizagem a sala de aula	

e os laboratórios de informática.

**Referências:**

**Básicas:**

CAPRON, H. L.; Johnson, J. A. Introdução à Informática - 8 ed. Editora Pearson, 2004.

MARÇULA, Marcelo. Informática: conceitos e aplicações. São Paulo: Érica, 2019.

MESQUITA, Deleni. Ambiente virtual de aprendizagem: conceitos, normas, procedimentos e práticas pedagógicas no ensino a distância. São Paulo: Érica, 2014.

**Complementares:**

BARRETO, J. S. et al. Fundamentos de segurança da informação. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

LAUREANO, Marcos Aurelio Pchek. Fundamentos de software: desempenho de sistemas computacionais. São Paulo: Érica, 2019.

MACHADO, Francis Berenger. Fundamentos de sistemas operacionais. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

SORDI, José Osvaldo de. Administração de sistemas de informação. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

TURBAN, Efraim. Tecnologia da informação para gestão em busca de um melhor desempenho estratégico e operacional. 8 ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.

**Pré-requisitos:**

Não há.

<b>Componente Curricular: Arte, Cultura e Lazer</b>	<b>Carga Horária (hora-relógio): 33 horas</b>
<b>Carga horária presencial (hora-relógio): 33 horas</b>	<b>Carga horária a distância (hora-relógio): zero</b>
<b>Carga horária de extensão (hora-relógio): zero</b>	
<b>Objetivo geral do componente curricular</b> Compreender os fundamentos conceituais de arte, cultura e lazer em suas inter-relações com identidade, diversidade e relações humanas, promovendo uma escuta sensível, crítica e reflexiva que contribua para a formação do gestor no campo cultural e do lazer.	

**Ementa:**

Estudos introdutórios sobre cultura, arte e lazer e seus vínculos com a sociedade. Concepções de patrimônio material e imaterial. Cultura brasileira e identidades coletivas. Expressões artísticas e culturais: diversidade étnico-racial, afro-brasileira, indígena e periférica. A arte e o lazer como formas de expressão, resistência e pertencimento. Indústria cultural, cultura de massa e entretenimento. Vivências culturais e experiências estéticas em diferentes linguagens. Neste componente, a fim de proporcionar uma integração entre teoria e prática no aprendizado serão utilizados como espaços de ensino, além da sala de aula, o ateliê de artes e a sala de música.

**Referências:****Básicas:**

BAUMAN, Zygmunt. Ensaio sobre o conceito de cultura. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. A cultura-mundo: resposta a uma sociedade desorientada. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

**Complementares:**

CANDAU, Vera. Educação intercultural: mediações necessárias. Petrópolis: Vozes, 2008.

DUMAZEDIER, Joffre. Lazer e cultura popular. São Paulo: Perspectiva, 2012.

Bibliografia Complementar:

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Cultura é patrimônio: um guia. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

**Pré-requisitos:**

Não há.

**6.9.2 Segundo Semestre**

<b>Componente Curricular: Fundamentos da Gestão</b>	<b>Carga Horária (hora-relógio): 66 horas</b>
<b>Carga horária presencial (hora-relógio):</b>	<b>Carga horária a distância (hora-relógio):</b>

66 horas	zero
<b>Carga horária de extensão (hora-relógio): zero</b>	
<p><b>Objetivo geral do componente curricular</b></p> <p>Proporcionar ao estudante os elementos conceituais basilares na área da Ciência Administrativa, buscando a reflexão teórico-empírica da evolução do pensamento Administrativo, do papel do Administrador em suas diversas áreas de atuação, bem como acerca dos processos e ferramentas de Gestão Organizacional, demonstrando a importância da teoria na prática da Administração, bem como a importância da prática na superação da teoria.</p>	
<p><b>Ementa:</b></p> <p>Os primórdios, as influências históricas e a consolidação da ciência da Administração. As principais abordagens da Teoria Geral da Administração (TGA), escolas tradicionais e modelos contemporâneos de Gestão. O papel do Administrador e da Administração. As habilidades do Administrador. O Processo Administrativo. Constituição e Funções Organizacionais. Noções sobre ambiente organizacional. Como espaço de aprendizagem será utilizado o laboratório de Gestão e Negócios.</p>	

**Referências:****Básicas:**

LACOMBE, Francisco; HEILBORN, Gilberto. Administração: princípios e tendências. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Teoria geral da administração da revolução urbana à revolução digital. 8. São Paulo Atlas 2017 1 recurso online ISBN 9788597012460.

MOTTA, Fernando C. Prestes. Teoria geral da administração. 4. São Paulo Cengage Learning Brasil 2021 1 recurso online ISBN 9786555583885.

**Complementares:**

AFFONSO, Ligia Maria, F. et al. Teoria geral da administração 1. Porto Alegre: SAGAH, 2018. ISBN 9788595024663.

ARAÚJO, Luis César Gonçalves de. Teoria geral da administração aplicação e resultados nas empresas brasileiras. 2. São Paulo Atlas 2014 1 recurso online ISBN 9788522491278.

CHIAVENATO, I. Introdução à Teoria Geral de Administração. 8. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2011.

DRUCKER, P. F. Introdução a Administração. São Paulo: Cengage, 2010.

FERRARI, Fernanda da, L. et al. Teoria geral da administração 2. Porto Alegre: SAGAH, 2018. ISBN 9788595024496.

MAXIMIANO, A. C. A. Fundamentos da Administração: Manual compacto para as disciplinas de Teoria Geral da Administração e Introdução à Administração. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

**Pré-requisitos:**

Não há.

<b>Componente Curricular: Fundamentos do Turismo</b>	<b>Carga Horária (hora-relógio): 66</b>
<b>Carga horária presencial (hora-relógio): 66</b>	<b>Carga horária a distância (hora-relógio): zero</b>
<b>Carga horária de extensão (hora-relógio): zero</b>	
<b>Objetivo geral do componente curricular</b> Compreender a evolução histórico-conceitual do turismo, conhecendo fundamentos básicos da atividade turística, seus prestadores de serviços e a sua relação com atuação do	

profissional gestor desportivo e de lazer.

**Ementa:**

Antecedentes históricos das viagens e do turismo. Conceito de turismo e turista. Oferta e demanda turística. Segmentação da atividade turística no Rio Grande do Sul. Legislação básica aplicada a atividade turística – Lei 11.771/2008. Prestadores de serviços turísticos. Política de Regionalização do Turismo no Rio Grande do Sul. Tendências e novas modalidades de turismo. Atuação profissional do gestor de desporto e lazer nos diferentes segmentos do turismo. Este componente terá suas atividades desenvolvidas em sala de aula e laboratório de hospitalidade, lazer e turismo, além de contar com saídas técnicas.

**Referências:**

**Básicas:**

BRASIL. Ministério do Turismo. Lei 11.771/2008, dispõe sobre a Política Nacional de Turismo.. Brasília. 2008.

BARRETTO, M. Manual de iniciação ao estudo do turismo. 20 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2011.

PANOSSO NETTO, A. Teoria do turismo: conceitos, modelos e sistemas. São Paulo: Aleph, 2008.

**Complementares:**

ASSUNÇÃO. P. História do turismo no Brasil entre os séculos XVI e XX: viagens, espaço e cultura. São Paulo : Manole, 2012.

BENI, M. C. Análise estrutural do turismo.12 ed. São Paulo: SENAC, 2007.

BRASIL. Ministério do Turismo. Segmentação do turismo e o mercado. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

REJOWSKI, M. (Org.) Turismo no percurso do tempo. São Paulo: Aleph, 2002. (Coleção Turismo).

**Pré-requisitos:**

Não há.

<b>Componente Curricular: Comportamento e Aprendizagem Organizacional</b>	<b>Carga Horária (hora-relógio): 66 horas</b>
<b>Carga horária presencial (hora-relógio): 66 horas</b>	<b>Carga horária a distância (hora-relógio): zero</b>

**Carga horária de extensão (hora-relógio):** zero

**Objetivo geral do componente curricular**

Proporcionar ao estudante condições para compreender os fundamentos do comportamento organizacional nos níveis individual, grupal e organizacional, apresentando conceitos, metodologias e ferramentas para o estudo e análise da conduta humana no ambiente de trabalho e suas implicações para o processo gerencial.

**Ementa:**

O que é o comportamento organizacional. Retrospectiva histórica do comportamento organizacional e as principais perspectivas teóricas do comportamento organizacional. O indivíduo: personalidade, valores, emoções, atitudes e satisfação. O grupo: estágios de desenvolvimento, estrutura, equipes, comunicação, conflitos e negociação. A organização: cultura, clima e mudança organizacional. Neste componente, além da sala de aula será utilizado o espaço do laboratório de gestão e negócios.

**Referências:**

**Básicas:**

MCSHANE, Steven L; GLINOW, Von. Comportamento organizacional. 6. Porto Alegre: AMGH 2014.

ROBBINS, S. P. Comportamento organizacional. 18ª. Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2020.

SCHEIN, E. H. e SCHEIN, P. Cultura Organizacional e Liderança. 5ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2022.

**Complementar:**

BERGAMINI, C. W. Psicologia aplicada à administração de empresas. São Paulo, Atlas, 2015.

LANZER, F. Clima e cultura organizacional: entender, manter e mudar. 2ª. Ed. Editora Createspace Independent Publishing Platform, 2017.

PORRAS, J. I. e COLLINS, J. Feitas para durar: práticas bem-sucedidas de empresas visionárias. Rio de Janeiro: Alta Books, 2019.

SIQUEIRA, M. M. Novas Medidas do comportamento organizacional – ferramentas de diagnóstico e de gestão. Porto Alegre: Artmed, 2014.

SROUR, R. H. Poder, cultura e ética nas organizações. 3ª. Ed. São Paulo: GEN Atlas, 2012.

TAMAYO, A. Cultura e saúde nas organizações. Porto Alegre: Artmed, 2004.

**Pré-requisitos:**

Não há.

<b>Componente Curricular: Metodologia da Pesquisa</b>	<b>Carga Horária (hora-relógio): 33 horas</b>
<b>Carga horária presencial (hora-relógio): 33 horas</b>	<b>Carga horária a distância (hora-relógio): zero</b>
<b>Carga horária de extensão (hora-relógio): zero</b>	
<b>Objetivo geral do componente curricular</b> Desenvolver o potencial criativo e reflexivo por meio da pesquisa científica preparando o estudante para elaboração de seu Trabalho de Conclusão de Curso.	
<b>Ementa:</b> Introdução à pesquisa. Objeto e justificativa de projetos de pesquisa; objetivos e avaliação de problemas; hipóteses e questões de pesquisa. Revisão da literatura e o papel da teoria na pesquisa em ciências sociais. Métodos e desenhos de pesquisa. Técnicas de coleta de dados. Análise e interpretação de resultados. Tipos de pesquisa. Pesquisas recentes. Bases de dados secundários e grupos de pesquisa. Veículos de publicação na área. Estruturação de projetos de pesquisa. Neste componente serão utilizados como espaços de ensino, além da sala de aula, os laboratórios de informática.	

<p><b>Referências:</b></p> <p><b>Básicas:</b></p> <p>MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 297 p.</p> <p><b>Complementares:</b></p> <p>FLICK, Uwe. Introdução à metodologia de pesquisa um guia para iniciantes. Porto Alegre: Pearson, 2012.</p> <p>HAIR. Análise multivariada de dados. 6. Porto Alegre: Bookman, 2009.</p> <p>MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. NIQUE, Walter. Pesquisa de marketing. 2. São Paulo: Atlas, 2017.</p>
<p><b>Pré-requisitos:</b></p> <p>Não há.</p>

<b>Componente Curricular:</b>	<b>Estatística Descritiva</b>	<b>Carga Horária (hora-relógio):</b> 66 horas
<b>Carga horária presencial (hora-relógio):</b> 66 horas		<b>Carga horária a distância (hora -relógio):</b> zero
<b>Carga horária de extensão (hora-relógio):</b> zero		
<p><b>Objetivo geral do componente curricular</b></p> <p>Compreender os princípios que norteiam o uso de procedimentos estatísticos em estudos científicos e nas organizações, utilizando ferramentas que permitam efetuar uma análise estatística.</p>		
<p><b>Ementa:</b></p> <p>Introdução a Estatística. Séries Estatísticas. Variáveis e Dados. Planejamento de um Estudo Estatístico. Tabelas e Gráficos. Distribuição de Frequências. Medidas de Posição. Medidas de Dispersão. Medidas de Assimetria. Neste componente curricular serão utilizados os espaços de sala de aula e laboratório de informática,</p>		

**Referências:****Básicas:**

BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. Estatística Básica. 7 ed. Editora Saraiva. São Paulo, 2013.

CRESPO, A. Estatística Fácil. 19 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

TRIOLA, M. F. Introdução à Estatística. 10 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

**Complementares:**

BARBETTA, P. A. Estatística aplicada às ciências sociais. 7 ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2010. COSTA, G. O. Curso de Estatística Básica: Teoria e Prática, São Paulo: Editora Atlas, 2011.

LEVIN, J. , FOX, J.A. Estatística para Ciências Humanas. 9 ed. Editora Pearson Hall. 2006.

LEVINE, D. M.; STEPHAN, D.; KREHBIEL, T. C.; BERENSON, M. L. Estatística: teoria e aplicações - usando Microsoft Excel em Português. 5 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

SOARES, J. F., FARIAS, A. A., CESAR, C. C. Introdução à Estatística, 2 ed., Rio de Janeiro: LTC, 2003.

**Pré-requisitos:**

Não há.

<b>Componente Curricular: Manifestações da Cultura Popular</b>	<b>Carga Horária (hora-relógio): 33 horas</b>
<b>Carga horária presencial (hora-relógio): 33 horas</b>	<b>Carga horária a distância (hora-relógio): zero</b>
<b>Carga horária de extensão (hora-relógio): zero</b>	
<b>Objetivo geral do componente curricular</b> Analisar as manifestações da cultura popular brasileira por meio de mídias, narrativas e saberes tradicionais, reconhecendo os mestres da cultura e elaborando, de forma prática e participativa, um inventário das expressões culturais presentes nos territórios dos estudantes.	
<b>Ementa:</b>	

Estudo das manifestações da cultura popular brasileira. Saberes tradicionais e mestres da cultura. Cultura oral, visual, corporal e musical. Diálogos entre cultura popular e mídias digitais: redes sociais, cinema, músicas, documentários e vídeos online. Patrimônio imaterial e memória social. Identidade cultural e pluralidade. Elaboração de inventário participativo de expressões culturais locais e práticas de valorização do patrimônio cultural comunitário. Abordagens investigativas e reflexivas sobre a cultura popular. Propiciar relação entre teoria e prática a partir da utilização de diversos espaços de aprendizagem como salas de aula, laboratório de turismo, hospitalidade e lazer, laboratório de jogos e dinâmicas de grupo, ateliê de artes e sala de música.

**Referências:**

**Básicas:**

ARAUJO, Alceu Maynard. Cultura popular brasileira. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CANCLINI, Néstor García. Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EDUSP, 2015.

DUMAZEDIER, Joffre. Lazer e cultura popular. São Paulo: Perspectiva, 2012.

**Complementares:**

BARROS, José Flávio Pessoa de. Mestres da cultura popular brasileira. São Paulo: Terceiro Nome, 2007.

IPHAN. Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC). Disponível em: <https://portal.iphan.gov.br>

THOMPSON, Edward. Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

UNESCO. Patrimônio cultural imaterial: diretrizes e experiências. Disponível em: <https://ich.unesco.org>

**Pré-requisitos:**

Não há.

6.9.3 Terceiro Semestre

<b>Componente Curricular: Estratégia e Gestão de Projetos</b>	<b>Carga Horária (hora-relógio): 66 horas</b>
---	---

<b>Carga horária presencial (hora-relógio): 66</b>	<b>Carga horária a distância (hora-relógio): zero</b>
<b>Carga horária de extensão (hora-relógio): zero</b>	
<p><b>Objetivo geral do componente curricular</b></p> <p>Conhecer o funcionamento e aplicação da medição de desempenho organizacional Balanced Scorecard (BSC), bem como o conceito de mapa estratégico e a execução do mesmo através da gestão de projetos, considerando as melhores práticas aplicáveis ao ciclo de vida de um projeto.</p>	
<p><b>Ementa:</b></p> <p>Balanced Scorecard (BSC). As perspectivas do BSC. Objetivos estratégicos. Mapas Estratégicos. Indicadores de Ocorrência e de Tendência. Portfólio, Programas e Projetos. Gerenciamento de Projetos (Guia PMBOK). Estudo dos grupos de processos. Estudo das nove áreas de conhecimento.</p>	
<p><b>Referências:</b></p> <p><b>Básicas:</b></p> <p>KAPLAN, R. S.; NORTON, D. P. A estratégia em ação: Balanced Scorecard. 7 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.</p> <p>KAPLAN, R. S.; NORTON, D. P. Mapas estratégicos – Balanced Scorecard: convertendo ativos intangíveis em resultados tangíveis. 6 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.</p> <p>PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE. Um guia do conhecimento em gerenciamento de projetos – guia PMBOK. 4a ed. 2009.</p> <p><b>Complementares:</b></p> <p>KAPLAN, R. S.; NORTON, D. P. Organização orientada para a estratégia: como as empresas que adotam o Balanced Scorecard prosperam no novo ambiente de negócios. Rio de Janeiro: Campus, 2000.</p> <p>KAPLAN, R. S.; NORTON, D. P. Alinhamento: utilizando o Balanced Scorecard para criar sinergias corporativas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.</p> <p>KERZNER, Harrold. Project Management: A Systems Approach to Planning, Scheduling, and Controlling, 8a edição, John Wiley &amp; Sons Inc, 2003.</p> <p>36</p> <p>LUECKE, R. Estratégia. Harvard Business Essentials. 1 ed. Record, 2009.</p> <p>VARGAS, R. V. Manual Prático do Plano de Projeto – Utilizando o PMBOK Guide. 3a ed. São Paulo: Brasport, 2007.</p>	

**Pré-requisitos:**

Não há.

<b>Componente Curricular: Gestão de Eventos</b>	<b>Carga Horária (hora-relógio): 66 horas</b>
<b>Carga horária presencial (hora-relógio): 66</b>	<b>Carga horária a distância (hora-relógio): zero</b>
<b>Carga horária de extensão (hora-relógio): zero</b>	
<b>Objetivo geral do componente curricular</b> Compreender as habilidades e competências de um Gestor de Eventos a partir do planejamento e gestão de projetos de eventos.	
<b>Ementa:</b> Conceito de eventos; Classificação e tipologia; Cerimonial e protocolo; Legislação da área de eventos; Gestão de serviços em eventos (alimentação, sonorização, iluminação, decoração, entre outros); Planejamento de comunicação de eventos; Concepção de projeto de um evento e execução na prática a partir do uso de ferramentas de gestão. Neste componente serão utilizados como espaços de ensino, além da sala de aula, os laboratórios de informática.	

**Referências:****Básicas:**

MATIAS, Marlene. Organização de Eventos: Procedimentos e Técnicas. Barueri: Manole, 2013.

MALLEN, Cheryl; ADAMS, Lorne J. Gestão de Eventos Esportivos, Recreativos e Turísticos. Barueri: Manole, 2012.

ZANELLA, Luiz Carlos. Manual de organização de eventos : planejamento e operacionalização. São Paulo : Atlas, 2006.

**Complementares:**

ARANTES, Sérgio Junqueira. Cerimonial e Protocolo. São Paulo: Reflexão, 2023.

ARANTES, Sérgio Junqueira. Manual de Cerimonial e Protocolo. São Paulo: Reflexão, 2024.

BRASIL, Lei nº 11.771 de 17 de setembro de 2008. Estabelece as diretrizes para a Política Nacional de Turismo. Brasília, 2008.

BRASIL, Lei nº 6.533, de 24 de maio de 1978. Regulamenta as profissões de Artista e Técnico em Espetáculos de Diversões no Brasil. Brasília, 1978.

BRASIL, Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Lei de Direitos Autorais. Brasília, 1998.

BRASIL, Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000. Lei da acessibilidade. Brasília, 2000.

Lei nº 13.425 de 30 de março de 2017. Lei de prevenção e combate a incêndio. Brasília, 2017.

Decreto 70.274 de 9 de março de 1972. Estabelece as normas do Cerimonial Público e Ordem de Precedência. Brasília, 1972.

CESCA, C. G. G. Organização de Eventos. 2 ed. São Paulo: Summus, 1997.

**Pré-requisitos:**

Não há.

<b>Componente Curricular:</b>	<b>Gestão de</b>	<b>Carga Horária (hora-relógio):</b> 66 horas
<b>Marketing</b>		
<b>Carga horária presencial (hora-relógio):</b> 66 horas		<b>Carga horária a distância (hora-relógio):</b> zero
<b>Carga horária de extensão (hora-relógio):</b> zero		

**Objetivo geral do componente curricular**

Possibilitar ao estudante condições para a compreensão e aplicação dos principais conceitos de marketing proporcionando-se assim, o conhecimento do marketing e o desenvolvimento de estratégias voltadas para o mercado.

**Ementa:**

Orientações de mercado; Ambiente de marketing; Segmentação e posicionamento de mercado, Pesquisa de mercado; Mix de Marketing (produto, preço, praça e promoção); Introdução ao Marketing Digital. Neste componente será utilizado o laboratório de Gestão e Negócios.

**Referências:*****Básicas:***

KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. Princípios de marketing. 15. ed. São Paulo: Pearson, 2015.

KOTLER, Philip. Marketing essencial: conceitos, estratégias e casos. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. Administração de marketing. )15ª. São Paulo: Pearson, 2019.

***Complementares:***

COBRA, Marcos. Administração de marketing no Brasil. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

SHIRAIISHI, Guilherme De Farias. Administração de Marketing). São Paulo: Pearson, 2012.

LAS CASAS, A. L. Administração de vendas. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Administração de marketing. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MADRUGA, Roberto Pessoa. Administração de marketing no mundo contemporâneo. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

**Pré-requisitos:**

Não há.

<b>Componente Curricular:</b>	<b>Esportes</b>	<b>Carga Horária (hora-relógio):</b> 66 horas
<b>individuais e coletivos</b>		
<b>Carga horária presencial (hora-relógio):</b> 66 horas		<b>Carga horária a distância (hora-relógio):</b> zero
<b>Carga horária de extensão (hora-relógio):</b> zero		
<b>Objetivo geral do componente curricular</b>		
Conhecer os principais esportes individuais, coletivos e suas características, vivenciando a prática dessas modalidades, suas regras, dinâmicas e as tendências na atualidade.		
<b>Ementa:</b>		
Características gerais dos esportes individuais e coletivos. Diferentes manifestações do esporte individual e coletivo. Iniciação e aprendizagem da teoria e da prática dos fundamentos básicos dos esportes. Organização de competições. Tendências atuais de práticas esportivas. Espaços e vivências de práticas corporais de diferentes modalidades. Neste componente serão utilizados como espaços de ensino, além da sala de aula, os laboratórios de jogos e dinâmicas de grupo, de turismo, hospitalidade e lazer e das quadras poliesportivas e de areia.		
<b>Referências:</b>		
<b><u>Básicas:</u></b>		
GO TANI, BENTO, J.O., PETERSEN, R.D. Pedagogia do desporto. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.		
MONTAGNER, P. C. (org.) Intervenções pedagógicas no esporte : práticas e experiências. São Paulo, SP : Phorte, 2011.		
PEREIRA, E; PAZ, J. R. L. Iniciação esportiva : esportes individuais e coletivos. Porto Alegre: SAGAH, 2019 .		
<b><u>Complementares:</u></b>		
BARBANTI, A.; BENTO, M. Esporte e atividade Física: interação entre rendimento e saúde. Manole. 2002.		
LAMARTINE P. DACOSTA GEORGIOS S. HATZIDAKIS (Org.) Estudos olímpicos. 38. São Paulo: UNIBAN, 2002.		
KRÖGER, C.; ROTH, K. Escola da bola: um abc para iniciantes nos jogos esportivos. São Paulo: Phorte Editora, 2002.		

SCAGLIA, A. Pedagogia do esporte: jogos coletivos de invasão. São Paulo: Phorte, 2009. VAN RAALTE, L. Psicologia do esporte. 2 ed. Editora Santos, 2008.
<b>Pré-requisitos:</b> Não há.

<b>Componente Curricular: Saúde e Qualidade de Vida</b>	<b>Carga Horária (hora-relógio): 33 horas</b>
<b>Carga horária presencial (hora-relógio): 33 horas</b>	<b>Carga horária a distância (hora-relógio): zero</b>
<b>Carga horária de extensão (hora-relógio): zero</b>	
<b>Objetivo geral do componente curricular</b> Compreender os conceitos ligados à saúde e qualidade de vida relacionando a prática de atividade física e lazer com a saúde e qualidade de vida do indivíduo e da população.	
<b>Ementa:</b> Conceitos básicos de saúde, qualidade de vida e aptidão física. Epidemiologia da atividade física. Estudo da relação entre atividade física, qualidade de vida e saúde e sua repercussão na sociedade moderna. Neste componente serão utilizados como espaços de ensino, além da sala de aula, os laboratórios de jogos e dinâmicas de grupo, e quadras poliesportivas e de areia.	
<b>Referências:</b> <b>Básicas:</b> BOUCHARD, C., BLAIR, S. & HASKELL, W. Physical activity and health. HumanKinectics, 2007. HALLAL, R.C.; FLORINDO, A.A. Epidemiologia da atividade física. Rio de Janeiro: Atheneu, 2011. PLOWMAN, S. SMITH, D. Fisiologia do exercício para saúde, aptidão e desempenho. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004. <b>Complementares:</b> BARBANTI, Valdir J. ; BENTO, Jorge O. ; MARQUES, A. T. ; AMADIO, A. C. (Org.). Esporte e atividade física: interação entre rendimento e qualidade de vida . São Paulo: Manole, 2002 DE ROSE JR. Esporte e atividade física na infância e na adolescência: uma abordagem	

<p>multidisciplinar. 2 ed. Porto Alegre: Editora ARTMED, 2009.</p> <p>HELMAN, C.. Cultura, saúde e doença. 5. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2009.</p> <p>SHARKEY, B. J. Condicionamento físico e saúde. 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.</p> <p>TORTORA, G.J. Corpo Humano: fundamentos de anatomia e fisiologia. 4 ed. Porto Alegre: Artmed Editora, 2000.</p>
<p><b>Pré-requisitos:</b></p> <p>Não há.</p>

<b>Componente Curricular: Higiene e Segurança do Trabalho</b>	<b>Carga Horária (hora-relógio): 33 horas</b>
<b>Carga horária presencial (hora-relógio): 33</b>	<b>Carga horária a distância (hora-relógio): zero</b>
<b>Carga horária de extensão (hora-relógio): zero</b>	
<p><b>Objetivo geral do componente curricular</b></p> <p>Reconhecer e avaliar os principais riscos ambientais e de acidentes em empresas e eventos de esporte e lazer.</p>	
<p><b>Ementa:</b></p> <p>Acidentes e doenças do trabalho. Normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho. Conceitos básicos de higiene e segurança do trabalho. Classificação e reconhecimento de riscos ambientais. Programa de prevenção de riscos ambientais. Equipamentos de proteção individual. Segurança em instalações e serviços em eletricidade. Segurança em máquinas e equipamentos. Ergonomia. Proteção contra incêndios. Sinalização de segurança. Segurança em eventos de esporte e lazer.</p>	

**Referências:****Básicas:**

CARDELLA, Benedito. Segurança no trabalho e prevenção de acidentes: uma abordagem holística. São Paulo: Atlas, 2013.

MATTOS, Ubirajara. MÁSCULO, Francisco (orgs.). Higiene e segurança do trabalho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

REVISTA DOS TRIBUNAIS. Segurança e medicina do trabalho: normas regulamentadoras. 4 ed. Editora RT, 2013

**Complementares:**

AYRES, Denis de Oliveira. Manual de prevenção de acidentes do trabalho. São Paulo: Atlas, 2011.

BARBOSA FILHO, Antonio Nunes. Segurança do trabalho e gestão ambiental. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MACEDO, Rui. Segurança, saúde, higiene e medicina do trabalho. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008.

MANUAL DE ERGONOMIA. Manual de aplicação da norma regulamentadora no 17. São Paulo: EDIPRO, 2014.

MATTOS, U.A. MASCULO, F.S. Higiene e segurança do trabalho. Elsevier, 2011.

**Pré-requisitos:**

Não há.

**6.9.4 Quarto Semestre**

<b>Componente Curricular: Políticas e Legislação Cultural</b>	<b>Carga Horária (hora-relógio): 66 horas</b>
<b>Carga horária presencial (hora-relógio): 66 horas</b>	<b>Carga horária a distância (hora-relógio): zero</b>

**Carga horária de extensão (hora-relógio): zero**

**Objetivo geral do componente curricular**

Conhecer a evolução das políticas culturais no Brasil e sua influência na sociedade, identificando as principais fontes de financiamento e legislação pró-cultura em nível estadual e federal, viabilizando projetos culturais.

**Ementa:**

O público e o privado na cultura. Estudo das políticas públicas culturais e suas implicações na sociedade contemporânea. Evolução das políticas culturais no Brasil. Lei Rouanet; Lei de Incentivo à Cultura – LIC; financiamento privado. Outras formas de financiamento da cultura.

**Referências:**

***Básicas:***

CESNIK, F.S. Guia do incentivo à cultura. 3a ed. Manole, 2012.

CHEMIN, B.F. Políticas públicas de lazer: o papel dos municípios na sua implementação. Juruá Editora, 2007

REIS, A. C. F. Marketing cultural e financiamento da cultura. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

**Complementares:**

CHAUÍ, Marilena. Cidadania cultural: o direito à cultura. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. Patrimônio histórico e cultural. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2006.

GUEDES, Carlos Eduardo Paletta. Amor por cultura: do pop ao clássico, uma história de amor à arte. 1.ed. São Paulo, SP: Fundamento educacional, 2009. Fernando. Política, lazer e formação. Brasília, DF: Thesaurus, 2010.

NERI, Ana Amélia; FIGUEIREDO, Pedro Osmar; ATHAYDE, Pedro SILVA, Méri Rosane Santos da; HECKTHEUER, Luiz Felipe Alcantara; SILVEIRA, José Francisco Baroni (Org.). Circo, lazer e esporte: políticas públicas em jogo. Rio Grande, RS: FURG, 2011.

**Pré-requisitos:**

Não há.

<b>Componente Curricular: Extensão em Gestão Desportiva e de Lazer I</b>	<b>Carga Horária (hora-relógio): 83 horas</b>
<b>Carga horária presencial (hora-relógio): 83 horas</b>	<b>Carga horária a distância (hora-relógio): zero</b>
<b>Carga horária de extensão (hora-relógio): 83 horas</b>	
<b>Objetivo geral do componente curricular</b>	
Reconhecer a comunidade como espaço vivo de saberes, promovendo ações extensionistas que respondam às suas demandas por meio da prática cultural e de lazer	
<b>Ementa:</b>	
Conceitos e Histórico da Extensão. Realização de visita(s) técnica(s) e apresentação de dinâmicas participativas a serem realizadas junto à comunidade. Identificação de necessidades da comunidade. Planejamento e execução de abordagem de extensão.	
<b>Referências:</b>	
<b><i>Básicas:</i></b>	
MELLO, C. M.; DE ALMEIDA NETO, J. R. M.;PETRILLO, R. P.. Curricularização da Extensão Universitária. Editora Processo 2022.	
MARCELLINO, Nelson. Lazer e cultura. RJ: Alínea e Atomo, 2007.	
MENEZES, Ana Luisa Teixeira de; HELFER, Carmen Lúcia de Lima (Org.). Integração entre ensino e extensão: aprendizagem e conhecimento. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2011.	
<b><u>Complementares:</u></b>	
TUBINO, M. J. G. Dimensões sociais do esporte. 3 ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2011.	
GAYA, A. MAEQUES, A. TANI, G. Desporto para Crianças e jovens: razões e finalidades. Porto Alegre: UFRGS, 2004.	
CONTADOR, Claudio Roberto. Projetos sociais: avaliação e prática. 5. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2014.	
PAÇOCA, T. A.; GONÇALVES, K. Manual de lazer e recreação: o mundo lúdico ao alcance de todos. São Paulo: Phorte Editora, 2010.	
BOCCHI, Olsen Henrique. O terceiro setor: uma visão estratégica para projetos de interesse público. Curitiba, PR: Ibpe, 2009.	
KAUCHAKJE, Samira. Elaboração e planejamento de projetos sociais. Curitiba: IESDE, 2008	
<b>Pré-requisitos:</b>	

Não há.

<b>Componente Curricular: Gestão de Pessoas</b>	<b>Carga Horária (hora-relógio): 66 horas</b>
<b>Carga horária presencial (hora-relógio): 66 horas</b>	<b>Carga horária a distância (hora-relógio): zero</b>
<b>Carga horária de extensão (hora-relógio): zero</b>	
<b>Objetivo geral do componente curricular</b> Proporcionar ao estudante condições para o aprofundamento dos seus conhecimentos em gestão de pessoas, compreendendo o que é a gestão estratégica e seus processos, as tendências da área, o modelo de gestão por competências, viabilizando melhores condições para o alcance dos resultados organizacionais.	
<b>Ementa:</b> Gestão de pessoas x gestão estratégica de pessoas. Diversidade e inclusão e a gestão de pessoas. A lei nº 13.146 de 06/07/2015: estatuto da pessoa com deficiência. Gestão por competências: conceitos, modelos e tendências. Aplicabilidade das competências: recrutamento e seleção, treinamento e desenvolvimento, avaliação de potencial e avaliação de desempenho, gestão de talentos, remuneração, planejamento de carreira e sucessão. Benefícios. Temas emergentes em gestão de pessoas. O papel do gestor na gestão de pessoas.	
<b>Referências:</b> <b>Básicas:</b> DUTRA, Joel Souza. Gestão de pessoas – realidade atual e desafios futuros. São Paulo: Atlas, 2017. RIBEIRO, Antônio de Lima. Gestão de pessoas. São Paulo: Saraiva Uni, 2018. RUZZARIN, Ricardo; AMARAL, Augusto Prates do; SIMIONOVSKI, Marcelo. Sistema integrado de gestão de pessoas com base em competências. Porto Alegre, RS: AGE, 2006. <b>Complementares:</b> BITENCOURT, Claudia; AZEVEDO, Debora e FROEHLICH, Cristiane (Orgs.). Na trilha das competências: caminhos possíveis no cenário das organizações. Porto Alegre: Bookman, 2015.	

FERRAZ, Deise Luiza da Silva; OLTRAMARI, Andrea Poletto e PONCHIROLLI Osma (Orgs.) Gestão de pessoas e relações de trabalho. São Paulo: Atlas, 2011.

(EBOOK) GRAMIGNA, Maria Rita. Gestão por competências: ferramentas para avaliar e mapear perfis. Rio de Janeiro: Alta Books, 2022.

LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015, disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm), acesso em 30/03/2025.

LEME, Rogério. Gestão do desempenho integrando avaliação e competências com o balanced scorecard: guia para integração dos instrumentos de avaliação de competências, avaliação de desempenho e de estratégia empresarial com o BSC. Rio de Janeiro: Qualitymark Editora, 2008.

MASCARENHAS, André Ofenhejm. Gestão estratégica de pessoas: evolução, teoria e crítica. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

PFEFFER, Jeffrey. Morrendo por um salário: como as práticas modernas de gerenciamento prejudicam a saúde dos trabalhadores e o desempenho da empresa – e o que podemos fazer a respeito. Rio de Janeiro: Alta Books, 2019.

PONTES, Benedito Rodrigues. Planejamento, recrutamento e seleção de pessoal. 8ª. Ed. São Paulo: LTr, 2015.

**Pré-requisitos:**

Não há.

<b>Componente Curricular:</b>	<b>Gestão</b>	<b>Carga Horária (hora-relógio):</b> 66 horas
<b>Socioambiental e da Qualidade</b>		
<b>Carga horária presencial (hora-relógio):</b> 66 horas		<b>Carga horária a distância (hora-relógio):</b> zero
<b>Carga horária de extensão (hora-relógio):</b> zero		
<b>Objetivo geral do componente curricular</b>		
Analisar o desenvolvimento de questões referentes à sustentabilidade, à educação ambiental e à gestão da qualidade no Brasil e no contexto internacional, propondo medidas de intervenção do contexto das organizações.		

<p><b>Ementa:</b></p> <p>Os objetivos de ODS. Princípios de ESG. Sustentabilidade. Educação ambiental. Noções de Legislação Ambiental e Política Nacional de Proteção ao Meio Ambiente. Responsabilidade Social corporativa. Gestão da Qualidade: conceitos, princípios, evolução histórica, Ciclo de PDCA, Metodologia de Análise e solução de problemas. Ferramentas da Qualidade. Normas ISO 9001-2015 e ISO 14000.</p>
<p><b>Referências:</b></p> <p><b>Básicas:</b></p> <p>DONAIRE, Denis. Gestão ambiental na empresa. 2. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010.</p> <p>PALADINI, Edson P. Avaliação estratégica da qualidade. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>TACHIZAWA, Takeshy. Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.</p> <p><b>Complementares:</b></p> <p>BARBIERI, José Carlos. Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos. 3. ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2011.</p> <p>DIAS, Reinaldo. Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade. 2. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Atlas, 2011.</p> <p>LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Qualidade total em serviços: conceitos, exercícios, casos práticos. 6.ed. São Paulo, SP: Atlas, 2008.</p> <p>NASCIMENTO, Luis Felipe Machado do; LEMOS, Ângela Denise da Cunha; MELLO, Maria Celina Abreu de. Gestão socioambiental estratégica. Porto Alegre, RS: Bookman, 2008.</p> <p>SHIGUNOV NETO, Alexandre; CAMPOS, Lucila Maria de Souza; SHIGUNOV, Tatiana. Fundamentos da gestão ambiental. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2009.</p>
<p><b>Pré-requisitos:</b> Não há.</p>

<b>Componente Curricular: Gestão Financeira</b>	<b>Carga Horária (hora-relógio): 66 horas</b>
<b>Carga horária presencial (hora-relógio): 66 horas</b>	<b>Carga horária a distância (hora-relógio): zero</b>
<b>Carga horária de extensão (hora-relógio): zero</b>	

**Objetivo geral do componente curricular**

Proporcionar ao estudante conhecimento dos fundamentos e conceitos da administração financeira, das técnicas para estudo e análise econômica, financeira e patrimonial sob enfoque gerencial e estratégico, bem como as ligações com outras áreas da empresa.

**Ementa:**

O papel e o ambiente da administração financeira. Custos fixos e variáveis. Fluxos de Caixa e Planejamento Financeiro. Financiamento de curto prazo. Introdução a conceitos contábeis básicos (débito e crédito). Demonstrações Financeiras e sua Análise, considerando Balanço Patrimonial, DRE e análise vertical e horizontal. Decisões de financiamento de curto prazo: capital de giro e gestão de ativos circulantes, gestão de passivos circulantes. Formação de preço.

**Referências:****Básicas:**

GITMAN, Lawrence J. Princípios de administração financeira. 12.ed. São Paulo, SP: Pearson Education do Brasil, 2010.

HOJI, M. Administração financeira: uma abordagem prática. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

ZDANOWICZ, J. E. Fluxo de caixa. 10 ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2004.

**Complementares:**

ASSAF NETO, Alexandre; SILVA, César Augusto Tibúrcio. Administração do Capital de Giro. São Paulo: Atlas, 2002.

BRIGHAM, E. ERHARDT, M. Administração financeira: teoria e prática. 13 ed. Cengage Learning, 2012.

SANTOS, E. Administração financeira da pequena e média empresa.1 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SANVICENTE, A. Z. Administração financeira. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1997.

SILVA, J. P. Gestão e análise de risco de crédito. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

VIEIRA, M. V. Administração estratégica do capital de giro. São Paulo: Atlas, 2005.

**Pré-requisitos:**

Não há.

<b>Componente Curricular: Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC I)</b>	<b>Carga Horária (hora-relógio): 33 horas</b>
--	---

<b>Carga horária presencial (hora-relógio):</b> 33 horas	<b>Carga horária a distância (hora-relógio):</b> zero
<b>Carga horária de extensão (hora-relógio):</b> zero	
<b>Objetivo geral do componente curricular</b> Elaborar projeto de pesquisa a ser executado no componente curricular de Trabalho de Conclusão de Curso II.	
<b>Ementa:</b> Projeto de pesquisa. Introdução. Referencial teórico. Procedimentos metodológicos. Referências. Neste componente serão utilizados como espaços de ensino, além da sala de aula, os laboratórios de informática.	
<b>Referências:</b> <b>Básicas:</b> MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 297 p. ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2005. 308 p. ISBN 9788522440498. VERGARA, Sylvia Constant. Métodos de pesquisa em administração. 6. São Paulo Atlas 2015 1 recurso online ISBN 9788522499052. <b>Complementares:</b> FLICK, Uwe. Introdução à metodologia de pesquisa um guia para iniciantes. Porto Alegre: Pearson, 2012. HAIR. Análise multivariada de dados. 6. Porto Alegre: Bookman, 2009. MALHOTRA, Naresh K. [et al.]. Introdução à Pesquisa de Marketing. Editora Pearson, 2005. MATTAR, Fauze Najib. Pesquisa de marketing metodologia, planejamento, execução e análise. 7. São Paulo: GEN Atlas, 2013. MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. NIQUE, Walter. Pesquisa de marketing. 2. São Paulo: Atlas, 2017.	
<b>Pré-requisitos:</b> Metodologia de Pesquisa	

### 6.9.5 Quinto Semestre

<b>Componente Curricular: Políticas e Legislação Desportiva</b>	<b>Carga Horária (hora-relógio): 66 horas</b>
<b>Carga horária presencial (hora-relógio): 66 horas</b>	<b>Carga horária a distância (hora-relógio): zero</b>
<b>Carga horária de extensão (hora-relógio): zero</b>	
<b>Objetivo geral do componente curricular</b> Compreender sobre o público e o privado, conhecendo as políticas públicas de esporte no Brasil e identificando os principais aspectos da legislação federal e estadual direcionada ao desporto, viabilizando projetos na área.	
<b>Ementa:</b> O público e o privado; esporte e lazer como questão de Estado (histórico e conceitos). Estudo das políticas públicas de esporte e suas implicações na sociedade contemporânea. Políticas públicas de esporte no Brasil. Princípios do Direito Desportivo; Política Nacional do Desporto e as principais leis em vigor.	
<b>Referências:</b> <b><u>Básicas:</u></b> ISAYAMA, H. F. (org). Formação e atuação profissional em políticas públicas de esporte e lazer : estudos e pesquisas Belo Horizonte, MG : UFMG, 2018. PROCOPIUCK, M. Políticas públicas e fundamentos da administração pública. Ed. Atlas, 2013. MAZZEI, L.C.; BASTOS, F.C. (Orgs.). Gestão do esporte no Brasil: desafios e perspectivas. Ed. Icone, 2012. <b><u>Complementares:</u></b> CARVALHO, A. (Org.). Políticas públicas. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2002 CASTELANI FILHO, L. Gestão pública e política de lazer. Ed. Autores Associados, 2007 CHEMIN, B.F. Políticas públicas de lazer: o papel das prefeituras em sua implementação. Juruá Editora, 2007 REZENDE, J.R. Manual completo da lei de incentivo ao esporte. 4 ed. All Print, 2012. TUBINO, M. 500 anos de legislação esportiva brasileira: do Brasil Colônia ao início do século	

XXI. Shape, 2002.
<b>Pré-requisitos:</b> Não há.

<b>Componente Curricular: Extensão em</b> <b>Gestão Desportiva e de Lazer II</b>	<b>Carga Horária (hora-relógio): 83 horas</b>
<b>Carga horária presencial (hora-relógio): 83</b> horas	<b>Carga horária a distância (hora-relógio):</b> zero
<b>Carga horária de extensão (hora-relógio): 83 horas</b>	
<b>Objetivo geral do componente curricular</b> Reconhecer a comunidade como espaço vivo de saberes, promovendo ações extensionistas que respondam às suas demandas por meio da prática desportiva e de lazer	
<b>Ementa:</b> Conceitos e Histórico da Extensão. Realização de visita(s) técnica(s) e apresentação de dinâmicas participativas a serem realizadas junto à comunidade. Identificação de necessidades da comunidade. Planejamento e execução de abordagem de extensão.	
<b>Referências:</b> <b>Básicas:</b> CLEYSON DE MORAES MELLO; JOSÉ ROGÉRIO MOURA DE ALMEIDA NETO; REGINA PENTAGNA PETRILLO. Curricularização da Extensão Universitária. Editora Processo 2022. MENEZES, Ana Luisa Teixeira de; HELFER, Carmen Lúcia de Lima (Org.). Integração entre ensino e extensão: aprendizagem e conhecimento. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2011. TUBINO, M. J. G. Dimensões sociais do esporte. 3 ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2011. <b>Complementares:</b> BOCCHI, Olsen Henrique. O terceiro setor: uma visão estratégica para projetos de interesse público. Curitiba, PR: Ibpex, 2009. CONTADOR, Claudio Roberto. Projetos sociais: avaliação e prática. 5. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2014. GAYA, A. MAEQUES, A. TANI, G. Desporto para Crianças e jovens: razões e finalidades. Porto Alegre: UFRGS, 2004. KAUCHAKJE, Samira. Elaboração e planejamento de projetos sociais. Curitiba: IESDE, 2008	

MARCELLINO, Nelson. Lazer e cultura. RJ: Alínea e Atomo, 2007.  
PAÇOCA, T. A.; GONÇALVES, K. Manual de lazer e recreação: o mundo lúdico ao alcance de todos. São Paulo: Phorte Editora, 2010.

**Pré-requisitos:**

Não há.

<b>Componente Curricular: Acessibilidade e Lazer</b>	<b>Carga Horária (hora-relógio): 66 horas</b>
<b>Carga horária presencial (hora-relógio): 66 horas</b>	<b>Carga horária a distância (hora-relógio): zero</b>
<b>Carga horária de extensão (hora-relógio): zero</b>	
<b>Objetivo geral do componente curricular</b> Conhecer a terminologia utilizada – pessoa com deficiência, inclusão, acessibilidade, desenho universal - identificando os principais elementos de acessibilidade e inclusão no segmento de desporto e lazer.	
<b>Ementa:</b> Terminologia: pessoas com necessidades especiais; pessoas com deficiência. Classificação das deficiências; inclusão e direitos humanos. O que é Acessibilidade; Acessibilidade Física e Virtual; Desenho Universal. Espaços Acessíveis para Lazer: equipamentos culturais, atividades turísticas, espaços esportivos: adaptação das edificações; adaptação de mobiliário; banheiros acessíveis; adaptação de espaços urbanos. Atendimento Prioritário. Tecnologias Assistivas para auxílio ao Atendimento (sites, bilheterias, terminais de auto-atendimento, guichê de informações, etc). Barreiras Atitudinais. Inclusão e acessibilidade no esporte e no lazer.	

**Referências:****Básicas:**

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS;. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos= Accessibility to buildings, equipment and the urban environment. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: ABNT, 2004

BAUER, Luiz Alfredo Falcão. Conselhos gerais de prevenção de acidentes, acessibilidade e mobilidade: NBR 9050/2004. [Goiânia: Falcão Bauer, FIEG/SESI/SENAI. [2004].

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

**Complementares:**

BORGES, Jorge Amaro de Souza. **Sustentabilidade e acessibilidade:** educação ambiental, inclusão e direitos da pessoa com deficiência: práticas, aproximações teóricas, caminhos e perspectivas. Brasília, DF: OAB, 2014.

BRASIL. **Viver sem limites:** Plano Nacional dos Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR). Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos - SDH, 2013.

CASTRO, Clarissa Meira F. de; FERNANDES, Idília; AZEVEDO, Rosane Arostegui de (Org.). **Condições de acesso das pessoas com deficiência aos bens sociais do estado do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, RS: Evangraf, 2014.

CONGRESSO BRASILEIRO DE ATIVIDADE DE AVENTURA, 5., 2010, São Bernardo do Campo, SP.; MARINHO, Alcyane ; COSTA, Eduardo Tadeu ; SCHWARTZ, Gisele Maria (Org.). **Entre o urbano e a natureza:** a inclusão na aventura . São Bernardo do Campo, SP: Lexia, 2011

RESOURCE: THE COUNCIL FOR MUSEUMS, ARCHIVES AND LIBRARIES; aut;. **Acessibilidade.** São Paulo: EDUSP, 2005.

VARGAS, Leandro Silva; PEREIRA NETO, João Francisco (Org.). **Educação física inclusiva:** diferentes olhares sobre a inclusão social através da educação física e do esporte. Porto Alegre, RS: IPA, 2014.

**Pré-requisito:**

Não há.

<b>Componente Curricular:</b> <b>Empreendedorismo</b>	<b>Carga Horária (hora-relógio):</b> 83 horas
<b>Carga horária presencial (hora-relógio):</b> 66 horas	<b>Carga horária a distância (hora-relógio):</b> zero
<b>Carga horária de extensão (hora-relógio):</b> 17 horas	
<b>Objetivo geral do componente curricular</b> Compreender a importância do empreendedorismo e da inovação, além da elaboração e avaliação de um Modelo de Negócio.	
<b>Ementa:</b> Empreendedorismo: conceitos e exemplos. Empreendedorismo no Brasil e no mundo: tendências. Competências empreendedoras. Ideias e oportunidades. Ecossistemas e habitat de inovação e empreendedorismo. Metodologias para estruturação de modelos de negócio. Canvas: definindo Modelo de Negócio e Proposta de Valor. Plano de Negócios: componentes básicos e fontes de informações. Noções de viabilidade do negócio. Fontes de financiamento. Inovação, mecanismos de transferência de tecnologia e incubadoras tecnológicas.	
<b>Extensão:</b> As atividades de extensão previstas neste componente ocorrerão durante 17 horas de atividades práticas no Projeto de Extensão denominado Incubadora Tecnológica e Social do Campus Restinga (ITS). A Incubadora tem por objetivo estimular a criação e o desenvolvimento de empreendimentos nascentes ou já existentes na comunidade. Durante as atividades os estudantes participarão dos processos de identificação, inserção, acompanhamento e consolidação dos empreendimentos pré-incubados no projeto.	

<p><b>Referências:</b></p> <p><b>Básicas:</b></p> <p>DORNELAS, José. Dicas essenciais de empreendedorismo sugestões práticas para quem quer empreender. São Paulo: Fazendo Acontecer 2020.</p> <p>HISRICH, Robert D.; PETERS, Michael P.; SHEPHERD, Dean A. Empreendedorismo. 9. ed. Porto Alegre: Bookman, 2014.</p> <p>OSTERWALDER, A. &amp; PIGNEUR, Y. Business Model Generation: Inovação em modelos de negócio. Rio de Janeiro: Alta Books, 2011.</p> <p><b>Complementares:</b></p> <p>DOLABELA, F. O segredo de Luísa. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.</p> <p>DRUCKER, Peter F. Inovação e espírito empreendedor (entrepreneurship): prática e princípios. 1. ed. São Paulo: Cengage Learning, 1986.</p> <p>HASHIMOTO, Marcos. Empreendedorismo: plano de negócios em 40 lições. 2. São Paulo Saraiva 2019.</p> <p>PESCE, B. A menina do vale: como o empreendedorismo pode mudar sua vida. São Paulo: Casa da Palavra, 2012.</p> <p>RIES, E. A startup enxuta: como os empreendedores atuais utilizam a inovação contínua para criar empresas extremamente bem-sucedidas. São Paulo: Leya, 2012.</p> <p>VIANNA, M. Et al. Design thinking: inovação em negócios. Rio de Janeiro : MJV Press, 2012.</p>
<p><b>Pré-requisitos:</b></p> <p>Não há.</p>

<b>Componente Curricular:</b> Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II)	<b>Carga Horária (hora-relógio):</b> 33 horas
<b>Carga horária presencial (hora-relógio):</b> 33 horas	<b>Carga horária a distância (hora -relógio):</b> zero
<b>Carga horária de extensão (hora-relógio):</b> zero	
<p><b>Objetivo geral do componente curricular</b></p> <p>Desenvolver competências para a execução de projetos de pesquisa, abrangendo a coleta, análise e interpretação de dados, a apresentação de resultados e a redação de artigos científicos, além do aprimoramento de habilidades de comunicação acadêmica.</p>	

<p><b>Ementa:</b></p> <p>Execução do projeto de pesquisa. Coleta, análise e interpretação de dados. Apresentação de resultados. Redação de artigo científico. Apresentação oral em banca examinadora.</p>
<p><b>Referências:</b></p> <p><b>Básicas:</b></p> <p>MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 297 p.</p> <p>ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2005.</p> <p>VERGARA, Sylvia Constant. Métodos de pesquisa em administração. 6. São Paulo: Atlas, 2015.</p> <p><b>Complementares:</b></p> <p>FLICK, Uwe. Introdução à metodologia de pesquisa um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penson, 2012.</p> <p>HAIR. Análise multivariada de dados. 6. Porto Alegre: Bookman, 2009.</p> <p>MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. NIQUE, Walter. Pesquisa de marketing. 2. São Paulo: Atlas, 2017.</p>
<p><b>Pré-requisitos:</b></p> <p>Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC I).</p>

### 6.9.6 Componentes Curriculares Optativos

<b>Componente Curricular: Língua Brasileira de Sinais</b>	<b>Carga Horária (hora-relógio): 66 horas</b>
<b>Carga horária presencial (hora-relógio): 66 horas</b>	<b>Carga horária a distância (hora-relógio): zero</b>
<b>Carga horária de extensão (hora-relógio): zero</b>	

**Objetivo geral do componente curricular**

Proporcionar ao estudante condições para o estabelecimento de comunicação em Língua Brasileira de Sinais, a partir do conhecimento dos fundamentos teóricos e práticos do aprendizado desta língua.

**Ementa:**

Aspectos históricos e conceituais da cultura surda; Fundamentos da gramática e da linguística da Língua Brasileira de Sinais; Alfabeto manual- treino datilológico. Numeral- números cardinais e quantidade. Expressão facial/corporal; Configurações de mão da Língua Brasileira de Sinais; Saudações em Língua Brasileira de Sinais. Sinais relacionados a dias da semana, meses do ano, profissões, meios de comunicação, cores, verbos, membros da família, vestuário, alimentação e objetos. Pronomes da Língua Brasileira de Sinais: pessoais, possessivos, demonstrativos e interrogativos; Advérbios de tempo; Tipos de frase em Língua Brasileira de Sinais; Pequenos diálogos em Língua Brasileira de Sinais.

**Referências:****Básicas:**

GESSER, Audrei. Libras?: que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

HONORA, Márcia. FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. Livro Ilustrado de língua de sinais: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. São Paulo: Ciranda Cultural, 2010.

QUADROS, Ronice Muller; KARNOPP, Lodenir. Língua de Sinais Brasileira: Estudos Lingüísticos. Porto Alegre: Editora Artmed, 2004.

**Complementares:**

FERNANDES, Eulália (Org.). Surdez e Bilingüismo. Porto Alegre: Mediação, 2005.

FIGUEIRA, Alexandre dos S.. Material de Apoio para o Aprendizado de Libras. Phorte. 2011. 340p.

GESSER, Audrei. O ouvinte e a surdez: sobre ensinar e aprender a libras. São Paulo: Parábola, 2012.

QUADROS, Ronice Müller de. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre, RS: Artmed, 1997 2011. 340p.

SANTANA, A. P. Surdez e linguagem: aspectos e implicações neurolingüísticas. São Paulo: Plexus / Summus, 2007.

**Pré-requisitos:**

Não há

<b>Componente Curricular: Turismo de aventura</b>	<b>Carga Horária (hora-relógio): 66h</b>
<b>Carga horária presencial (hora-relógio): 66</b>	<b>Carga horária a distância (hora-relógio): zero</b>
<b>Carga horária de extensão (hora-relógio):</b>	
<b>Objetivo geral do componente curricular</b> Conhecer, discutir e experimentar atividades de turismo de aventura, reconhecendo os riscos e cuidados associados a prática das diferentes modalidades.	
<b>Ementa:</b> Aspectos introdutórios da prática de atividades de aventura junto a natureza. Identificar as modalidades de esportes na natureza, suas características, e aplicações. Esportes de aventura e de lazer vivenciados na natureza e seu potencial para o desenvolvimento regional. Impactos ambientais x educação ambiental. Cuidados especiais na segurança de participantes e na manutenção de equipamentos. Aspectos legais do turismo de aventura.	
<b>Referências:</b> <b>Básicas:</b> ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. <b>42 Normas Técnicas ABNT NBR de Turismo de Aventura</b> . Junho de 2022. BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. <b>Turismo de aventura: orientações básicas</b> . Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2008. <b>FREITAS, J. Gestão de risco para turismo de aventura. Barueri: Manole, 2018.</b> <b>Complementares:</b> BRUHNS, Heloisa T. <b>A busca pela natureza: turismo e aventura</b> . Barueri, SP: Manole, 2009. BARBIERI, José Carlos. <b>Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da agenda 21</b> . 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. UVINHA, R. R. (org.). <b>Turismo de aventura: reflexões e tendências</b> . São Paulo: Aleph, 2005. WEARING, S. <b>Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades</b> / Barueri, SP:	

Manole, 2014. 2 ed
<b>Pré-requisitos:</b> Fundamentos do turismo

<b>Componente Curricular: Seminários em Gestão Desportiva e de Lazer</b>	<b>Carga Horária (hora-relógio): 66h</b>
<b>Carga horária presencial (hora-relógio): 66</b>	<b>Carga horária a distância (hora-relógio): zero</b>
<b>Carga horária de extensão (hora-relógio):</b>	
<b>Objetivo geral do componente curricular</b> Pesquisar e discutir estudos de caso de práticas profissionais e fenômenos sociais contemporâneos relacionados ao esporte, lazer, cultura e turismo.	
<b>Ementa:</b> Estudo e discussão de temáticas contemporâneas da prática profissional do gestor desportivo e de lazer observando as relações entre cultura, turismo, esporte e lazer na sociedade.	
<b>Referências:</b> <b><u>Básicas:</u></b> ARNDT, J.; CORREA, M.; PIMENTA, S. <b>Turismo, sustentabilidade e meio ambiente: contradições e convergências.</b> Autentica Editora, 2009. GOMES, Christianne Luce ; OSORIO, Esperanza ; PINTO, Leila ; ELIZALDE, Rodrigo (Org.). <b>Lazer na América Latina = Tiempo libre, ocio y recreación en Latinoamérica.</b> Belo Horizonte: UFMG, 2009. REPPOLD, A.R., PINTO, L.M., RODRIGUES, R.P., ENGELMAN.S. (Org.) <b>Olimpismo e Educação Olímpica no Brasil.</b> Ministério do Esporte, Porto Alegre: UFRGS, 2009. <b><u>Complementares:</u></b> GAYA, A. MAEQUES, A. TANI, G. <b>Desporto para Crianças e jovens: razões e finalidades.</b> Porto Alegre: UFRGS, 2004. 21 TRIBE, John. <b>Economia do lazer e turismo.</b> Manole, 2003.	

TUBINO, M. J. G. **Dimensões sociais do esporte**. 3 ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2011.  
 URRY, J. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. São Paulo: SESC Studio Nobel, 2001.

**Pré-requisitos:**

Não há

<b>Componente Curricular:</b> Elaboração de Projetos	<b>Carga Horária (hora-relógio):</b> 33h
<b>Carga horária presencial (hora-relógio):</b> 33	<b>Carga horária a distância (hora-relógio):</b> zero
<b>Carga horária de extensão (hora-relógio):</b>	
<b>Objetivo geral do componente curricular</b> Exercitar a prática de elaboração de projetos sociais, esportivos e culturais para fomento através de editais públicos e privados na área da gestão desportiva e de lazer.	
<b>Ementa:</b> Elaboração de projetos sociais, esportivos e culturais para submissão em editais de fomento observando as particularidades do público destinado, a área de interesse do estudante e práticas emergentes em gestão desportiva e de lazer na contemporaneidade.	
<b>Referências:</b> <b><u>Básicas:</u></b> CONTADOR, Claudio Roberto. <b>Projetos sociais: avaliação e prática</b> . 5. ed. São Paulo, SP: MINAYO, M. (Org.). <b>Pesquisa social: teoria, método e criatividade</b> . 32 ed. Petrópolis: Vozes, 2012. TRIBE, John. <b>Economia do lazer e turismo</b> . Manole, 2003 <b><u>Complementares:</u></b> ARNDT, J.; CORREA, M.; PIMENTA, S. <b>Turismo, sustentabilidade e meio ambiente: contradições e convergências</b> . Autentica Editora, 2009. TUBINO, M. J. G. <b>Dimensões sociais do esporte</b> . 3 ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2011.	

MEDEIROS, J. B. **Manual de redação e normalização textual: técnicas de editoração e revisão**. São Paulo: Atlas, 2002.

**Pré-requisitos:**

Não há

<b>Componente Curricular:</b>	<b>Primeiros Socorros</b>	<b>Carga Horária (hora-relógio):</b> 33h
<b>Carga horária presencial (hora-relógio):</b> 33		<b>Carga horária a distância (hora-relógio):</b> zero
<b>Carga horária de extensão (hora-relógio):</b> zero		
<b>Objetivo geral do componente curricular</b> Reconhecer os principais riscos em esporte e lazer, compreendendo os princípios gerais das medidas de suporte à vida, ações do socorrista e condutas adequadas em situações de emergência.		
<b>Ementa:</b> Estudo do ambiente e riscos de acidentes em eventos de esporte e lazer. Princípios gerais das medidas de suporte à vida. Material de primeiros socorros. Avaliação inicial da vítima e conduta. Noções gerais dos sintomas das lesões e acidentes mais comuns que possam ocorrer em eventos de esporte e lazer. Resgate e transporte de pessoas acidentadas.		
<b>Referências:</b> <b><u>Básicas:</u></b> BARTMANN, Mercilda; BRUNO, Paulo; SILVEIRA, José Márcio da Silva. <b>Primeiros socorros: como agir em situações de emergência</b> . Rio de Janeiro: SENAC, 2011 KARREN, K.J et al. <b>Primeiros socorros para estudantes</b> . Rio de Janeiro: Manole, 2002. FLEGEL, M.J. <b>Primeiros socorros no esporte</b> . Rio de Janeiro: Manole, 2002. <b><u>Complementares:</u></b> JARDIM, C. VARELLA, D. <b>Primeiros socorros: um guia prático</b> . Claro Enigma, 2007. KAWAMOTO, E. E. <b>Acidentes: como socorrer e prevenir</b> . São Paulo: LTr, 2002. ABREU, Lauro Barros de. <b>Pronto atendimento a acidentados de considerações gerais e normas de atendimento</b> . São Paulo: Imesp, 1993.		

NOVAES, Jefferson da Silva; NOVAES, Geovanni da Silva. **Manual de primeiros socorros em educação física**. Rio de Janeiro: Sprint, 1994.

RIBEIRO JÚNIOR, Célio et al. **Manual básico de socorro de emergência**. 2.ed.rev.atual. São Paulo, SP: Atheneu, 2007.

**Pré-requisitos:**

Não há

## 6.10 Prática Profissional

A prática profissional está inserida no modelo pedagógico do curso a partir do eixo da curricularização da extensão, da participação dos estudantes como bolsistas nos projetos indissociáveis de pesquisa, ensino e extensão, disponíveis no campus e dos estágios não obrigatórios realizados no decorrer do curso. Em todas as situações, o estudante é orientado por um docente da área escolhida para a prática. As ações podem ocorrer dentro e fora do campus de acordo com a proposta oferecida.

### 6.10.1 Curricularização da Extensão

A curricularização da extensão constitui um conjunto de estratégias didático-pedagógicas previstas no Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, meta 12, estratégia 12.7, e foi regulamentada pela Resolução nº 7 MEC/CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018 e, no IFRS, pela Resolução Consup nº 022, de 26 de abril de 2022, que aprova a regulamentação da Curricularização da Extensão do IFRS, e a Resolução nº 053 de 16 de agosto de 2022, que aprova as alterações nas diretrizes e procedimentos para a implantação e desenvolvimento da Curricularização da Extensão para cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, assim como a Resolução IFRS nº 064 de 29 de outubro de 2024, que altera a Resolução nº 053/2022.

As práticas Curriculares de Extensão têm como um dos seus principais objetivos promover uma interação dialógica dos estudantes com a comunidade da região onde o Campus está inserido, para que possam aprofundar sua

compreensão sobre a realidade, entre outras finalidades. Conforme legislação, o estudante deverá realizar atividades de extensão integralizando uma carga horária de no mínimo 10% do total das unidades curriculares do curso.

As ações curriculares extensionistas no CST em GDL serão implementadas no seguinte formato: por meio da definição de Componentes Curriculares Específicos de Extensão (CCEE) como parte da matriz curricular do curso, com carga horária correspondente a 166 horas, divididas em dois componentes denominados Extensão em Gestão Desportiva e Lazer I e Extensão em em Gestão Desportiva e Lazer II . As ações curriculares de extensão também estarão inseridas no componente curricular de Empreendedorismo num total de 17 horas. Estes CCEE, assim como o componente de Empreendedorismo, terão metodologias próprias, que promovam o diálogo da instituição com a comunidade externa para que os estudantes se apropriem da realidade e desenvolvam projetos de extensão aplicados à proposição de soluções para problemas da comunidade envolvida, articulando teoria e prática. O total de horas das práticas curriculares de extensão do CST no GDL corresponde a 183 horas-relógio.

Os componentes em Extensão em Gestão Desportiva e Lazer I e II pretendem viabilizar condições para o estudante compreender o que é a Extensão, apresentando o histórico, conceitos, o marco legal da extensão universitária além de exemplos de atividades de extensão e dinâmicas participativas para o trabalho junto às comunidades, entidades e organizações. Para efetivação dos componentes de forma prática e participativa serão realizadas visitas técnicas para fins de identificação de necessidades da comunidade que possuam relação ao objetivo geral do curso e perfil do egresso.

A avaliação da aprendizagem dos componentes curriculares que envolvem atividades extensionistas será realizada mediante diferentes instrumentos que poderão ser: trabalhos de grupo e/ou individuais, provas, elaboração, entrega e apresentação oral de relatórios das demandas identificadas e/ou das atividades desenvolvidas, seminários, relatos de experiências, entre outros considerados adequados pelo docente responsável

pelos componentes.

A avaliação da curricularização da extensão no CST em GDL será realizada por meio do instrumento de avaliação da Comissão Própria de Avaliação (CPA). Ainda, a cada atividade extensionista desenvolvida, os participantes envolvidos na mesma (estudantes, docente responsável, outros servidores envolvidos e comunidade externa) serão convidados a avaliar a atividade através de formulário específico para tal. Os dados serão tabulados e analisados para fins de identificação da efetividade e dos resultados alcançados, assim como para a identificação de possíveis melhorias.

Em síntese, as atividades de curricularização da extensão serão avaliadas conforme previsto na Resolução CONSUP nº 64 de 29 de outubro de 2024 do IFRS, Capítulo VI - Da Avaliação, Seção I e Seção II.

As práticas curriculares de extensão propostas buscam promover a interação do CST em GDL com as demandas da comunidade interna e externa, de forma a aprofundar a relação diagnóstica com as comunidades, oportunizando o protagonismo e o envolvimento discente, com vias a garantir a formação e a atuação transdisciplinar do discente. Por meio dessas práticas, objetiva-se o rompimento de práticas pedagógicas isoladas na Educação, de forma a envolver mais os estudantes através de mudanças na metodologia de ensino, tornando o currículo do curso um documento mais dinâmico.

Para o cumprimento da curricularização da extensão, será cadastrado no SIGAA (Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas) um programa para o CST em GDL, e semestralmente serão cadastrados os projetos atrelados a esse programa.

#### 6.10.2 Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão

O termo indissociabilidade remete à ideia da interligação existente entre o Ensino, Pesquisa e Extensão, refletindo um conceito de qualidade do trabalho acadêmico que favorece a aproximação entre a instituição e a sociedade, a autorreflexão crítica, a emancipação teórica e prática dos estudantes e o significado social do trabalho acadêmico. O planejamento dos componentes curriculares do Curso Superior de Tecnologia em Gestão

Desportiva e de Lazer articula o ensino, a pesquisa e a extensão. Assim, durante o desenvolvimento do curso, os acadêmicos deverão participar de atividades com objetivo de produzir ou sistematizar conhecimentos técnico-científicos da área, visando ampliar os horizontes de formação profissional, proporcionando uma formação sociocultural abrangente, composta de múltiplas visões sobre o mundo, que irão favorecer a sua consciência social, de cidadania, econômica, ecológica e profissional. Além disso, de acordo com a Organização Didática (2024) do IFRS, o curso proporciona ao estudante ações de indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão, que acontecerão através de componentes curriculares do curso como: atividades curriculares complementares, estágios e componentes curriculares optativos, que integram o conhecimento teórico e prático, tanto interna, quanto externamente a instituição de ensino. A articulação entre ensino, pesquisa e extensão está diretamente relacionada à organização curricular e à flexibilização dos tempos e dos espaços escolares e extraescolares. Os saberes necessários ao trabalho conduzem à efetivação de ações do ensino e aprendizagem (construção dialógica do conhecimento), da pesquisa (elaboração e reelaboração de conhecimentos) e da extensão (ação reflexão com a comunidade).

Para que exista a indissociabilidade entre essas dimensões, é preciso que o estudante e o docente assumam os rumos dessa trajetória formativa, trazendo para a sala de aula os problemas diagnosticados na sociedade e buscando suas próprias soluções por meio da pesquisa e da prática extensionista. Para auxiliá-los nesse caminho, o *Campus Restinga* apoia a realização de projetos de ensino, pesquisa e extensão.

### 6.10.3 Estágio Não obrigatório

Conforme a Lei nº 11.788, de 25 setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, Artigo 2º, parágrafo 2º, “estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória”. Para a realização do estágio não-obrigatório, devem ser observados os seguintes requisitos (Lei Nº 11.788, 25/09/08):

- Matrícula e frequência regular do educando em curso de Educação

Superior, de Educação Profissional, de Ensino Médio, da Educação Especial e nos anos finais do Ensino Fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos e atestados pela instituição de ensino;

- Celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino; e
- Compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

O Estágio Não Obrigatório é uma atividade individualizada pelo discente sendo a condução e a forma de avaliação determinadas por regulamento específico de estágio, disposto em lei. O estágio pode ser realizado em indústrias, instituições públicas e privadas, empresas prestadoras de serviços ou de pesquisa, compreendendo a aplicação de conhecimentos relacionados à Gestão Desportiva e de Lazer.

O Estágio Não Obrigatório pode ser realizado em qualquer dos cinco semestres do curso e deverá proporcionar ao estudante experiências profissionais, introduzindo-o em situações de trabalho que lhe assegurem possibilidades de sucesso por ocasião do exercício de sua profissão.

Entende-se por estágio as atividades de aprendizagem profissional, relacionadas à área de formação dos estudantes, em que os mesmos participem de situações reais de trabalho.

Como já explicitado, não existe a obrigatoriedade de estágio neste Projeto Pedagógico de Curso, entretanto, entende-se que o mesmo é um importante instrumento para a formação profissional do estudante, conforme a Lei 11.788/08 e em consonância com as normas deste documento, desenvolvido como atividade opcional e definido como atividade extracurricular.

Direitos e deveres dos discentes estagiários podem ser encontrados em sua íntegra na Lei 11.788/08.

A jornada de atividade em estágio é definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o estudante estagiário ou seu representante legal, devendo constar do termo de compromisso, ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar:

- 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, no caso de estudantes portadores de necessidades especiais; e
- 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, nos demais casos.

### **6.11 Trabalho de Conclusão de Curso – TCC**

O objetivo do TCC é dar aos estudantes a oportunidade de apresentarem, de forma sistematizada, os resultados de uma pesquisa teórico-empírica realizada na área de formação. Será exigida a elaboração de um trabalho acadêmico que deverá ser um artigo científico (teórico-empírico). O trabalho deverá seguir o padrão científico de produção acadêmica, atendendo a todos os requisitos formais, técnicos e de linguagem condizentes com um trabalho de cunho científico. O TCC deverá ser elaborado conforme as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Para a realização do trabalho, os estudantes deverão estar matriculados nos componentes curriculares de TCC I e TCC II, ambos com a carga horária de 33 horas relógio cada. Para tanto, a matrícula em TCC I tem como pré-requisito a aprovação no componente curricular Metodologia de Pesquisa. Já a matrícula em TCC II tem como pré-requisito a aprovação no componente TCC I. O projeto a ser executado no TCC II deve ser o mesmo que foi iniciado no componente de TCC I. Qualquer alteração na temática do TCC deverá ser formalmente justificada e aprovada pelo professor orientador.

O TCC constitui-se em uma atividade curricular obrigatória. As temáticas serão sugeridas e acordadas com os orientadores de TCC e conforme as linhas de pesquisa desenvolvidas pelos docentes do eixo Hospitalidade e Lazer do *Campus* Restinga. O TCC será orientado pelos professores do curso, designados de acordo com as respectivas temáticas.

A avaliação do componente curricular de TCC I será realizada mediante a entrega de um projeto de pesquisa que será avaliado considerando-se os seguintes elementos e respectivos pesos: resumo científico, introdução (questão de pesquisa, objetivo geral e específicos, justificativa), referencial teórico, metodologia e resultados esperados - peso 8,0; e apresentação oral do

projeto de pesquisa - peso 2,0.

A avaliação do componente curricular de TCC II se dará por meio do artigo elaborado que será avaliado por uma banca examinadora, composta por dois professores do curso, ou por um professor do curso e um profissional externo, de reconhecida experiência profissional ou formação acadêmica na área de desenvolvimento do objeto de estudo, e coordenada pelo(a) professor(a) orientador(a) do estudante. A composição da nota se dará da seguinte forma:

$$\frac{(NPO \times 4) + (NA_1 \times 3) + (NA_2 \times 3)}{10}$$

onde:

NPO: Nota do professor orientador;

NA1: Nota do avaliador 1;

NA2: Nota do avaliador 2.

Cada professor da banca irá avaliar e considerar os pesos conforme segue: resumo científico, introdução (questão de pesquisa, objetivo geral e específicos, justificativa), referencial teórico, metodologia, análise e discussão dos resultados, considerações finais - peso 7,0; elementos formais do texto - peso 1,0; defesa oral - peso 2,0.

As obrigações do orientador e do estudante, as formas de apresentação e o detalhamento da avaliação estão descritos em regulamento específico que consta no Apêndice I.

## **6.12 Avaliação do processo de ensino e de aprendizagem**

A avaliação se constitui como um processo contínuo e dinâmico, que tem início dentro de cada componente curricular e se completa a partir de atividades e práticas interdisciplinares não apenas entre os componentes curriculares, mas também entre outras atividades realizadas pelos estudantes, como projetos de ensino, pesquisa e extensão, estágios e atividades complementares.

As atividades discentes serão avaliadas atendendo a concepção do curso prevista pelo presente Projeto Pedagógico. Para isso, é implementado um processo contínuo e progressivo de avaliação, considerando o percurso dos estudantes, valorizando sua evolução e a busca de estratégias de superação de suas dificuldades, objetivando-se:

- Diagnosticar possíveis dificuldades e construir estratégias para sua superação ao possibilitar ao professor a compreensão do estágio de aprendizagem em que o estudante se encontra e detectar as causas de suas dificuldades;
- Acompanhar os resultados que estão sendo alcançados durante e ao final das atividades acadêmicas desenvolvidas;
- Possibilitar o replanejamento do trabalho docente; e
- Favorecer o desenvolvimento do estudante como profissional, indivíduo e cidadão, auxiliando-o no seu crescimento, na construção do conhecimento, no processo de interação e no desenvolvimento de suas responsabilidades sociais.

A avaliação da aprendizagem é entendida como um componente de diagnóstico e de reorientação do ensino e da aprendizagem, numa perspectiva de compreensão da prática docente e da trajetória acadêmica do estudante. Assim, para o diagnóstico e reorientação da aprendizagem, a análise de informações e o juízo de qualidade acerca dessas informações visam identificar os conhecimentos iniciais dos estudantes, com o objetivo de decidir como organizar, planejar e executar as atividades de ensino, bem como reconhecer o modo como os conhecimentos vão sendo reconstruídos.

A avaliação do rendimento escolar do estudante, em cada componente curricular é realizada no decurso do período letivo que será semestral, podendo ser materializada através dos seguintes instrumentos:

- Resolução de problemas em atividades de grupo;
- Avaliações escritas individuais;
- Desempenho nas aulas práticas;
- Seminários;
- Trabalhos de pesquisa bibliográfica;

- Levantamento de dados a campo;
- Relatórios de visitas técnicas;
- Projetos interdisciplinares.

Deverão ser usados no mínimo dois instrumentos avaliativos. Para galgar aprovação no componente curricular, o estudante deverá alcançar no mínimo a nota 7,0 (sete), calculada através da média aritmética das avaliações realizadas ao longo do semestre, resultando na sua média semestral (MS). O estudante que não atingir média semestral igual ou superior a 7,0 (sete) ao final do período letivo, em determinado componente curricular, terá direito ao exame final (EF). Após a realização do exame, calcular-se-á a média final (MF), a partir da nota obtida no exame (EF) com peso 4 (quatro) e da nota obtida na média semestral (MS) com peso 6 (seis), conforme a equação abaixo:

$$MF = (0,6 \cdot MS) + (0,4 \cdot EF) \geq 5,0$$

Cabe ressaltar, ainda, que o estudante deve obter média semestral (MS) mínima de 1,7 (um vírgula sete) para poder realizar exame final (EF). O exame final constará de uma avaliação dos conteúdos trabalhados no componente curricular durante o período letivo.

A aprovação do estudante no componente curricular dar-se-á somente com uma frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) e média semestral (MS) igual ou superior a 7,0 (sete) ou média final (MF) igual ou superior a 5,0 (cinco), após realização de exame.

Ao estudante que, por motivo justificado, previsto em lei, não puder realizar avaliações nas datas previstas, é permitido realizá-las, em data determinada pelo professor, desde que a justificativa seja protocolada no Setor de Ensino do *Campus* Restinga e apresentada à Coordenação de Curso, no prazo máximo de até 48 horas úteis após o fim do período de ausência e, quando exceder a quinze dias o estudante deverá encaminhar requerimento até 05 (cinco) dias úteis subsequentes ao início da ausência às atividades letivas. Uma vez entregue o formulário, ele será analisado pelo Setor de Ensino, que poderá considerar a justificativa não válida, válida, ou ainda que dê ao(a) estudante o direito de ter sua falta abonada. Se a justificativa do(a) estudante for considerada válida, ela será registrada como uma falta justificada,

ou seja, continuará sendo computada no registro do(a) estudante, mas os(as) professores(as) e o Setor de ensino saberão que não se trata de uma falta sem nenhum motivo. Se a justificativa do(a) estudante for considerada não válida, será registrada como uma falta normal.

Existem alguns casos em que a justificativa dá ao(a) estudante o direito de ter sua falta abonada. Essas situações são:

- i. Quando da participação do estudante em atividades e sessões do CONCAMP e/ou do CONSUP do IFRS, conforme o disposto em seus respectivos Regimentos Internos;
- ii. Quando o estudante matriculado servir em Órgão de Formação de Reserva, e for obrigado a faltar a suas atividades civis, por força de exercício ou manobras, terá suas faltas abonadas para todos os efeitos, conforme (Lei nº 4.375, de 17/8/64, Art.60, § 4º - Lei do Serviço Militar - com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 715, de 30/7/69), sendo que nesse caso as ausências deverão ser justificadas pela autoridade militar (Decreto nº 57.654, de 20/1/66, Art. 195, § 4º, regulador da Lei nº 4.375/64); Esse direito não se aplica aos militares de carreira;
- iii. Quando o estudante participar de representação desportiva nacional, conforme Art. 85 da Lei nº 9.615/98;
- iv. Quando o estudante representar o IFRS em eventos e/ou quando for convocado para audiência judicial;
- v. Demais casos previstos na legislação vigente.

### **6.12.1 Da Recuperação Paralela**

De acordo com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Resolução CONSUP-REI nº 1, de 23 de janeiro de 2024, que aprova a Organização Didática do IFRS, todo estudante, de qualquer nível ou modalidade de ensino, tem direito à recuperação paralela, dentro do mesmo trimestre/semestre. O documento de Organização Didática prevê que os estudos de recuperação “terão a finalidade de sanar as dificuldades do processo de ensino e aprendizagem e elevar o nível da aprendizagem e o respectivo resultado das

avaliações dos estudantes, oportunizando recuperar qualitativa e quantitativamente os conteúdos e práticas.” (pág. 48).

A realização dos estudos de recuperação respeitará minimamente as seguintes etapas:

1. Readequação das estratégias de ensino-aprendizagem;
2. Construção individualizada de um plano estudos;
3. Esclarecimento de dúvidas;
4. Avaliação.

Ficará a critério do docente, estabelecer os instrumentos que serão utilizados, de forma a atender às peculiaridades do componente curricular, respeitando as etapas anteriormente citadas, devendo ser oportunizadas novas situações de ensino e aprendizagem para que o estudante seja desafiado a formular e reformular conhecimentos, contribuindo para a sua aprendizagem.

A recuperação da aprendizagem será realizada ao longo do semestre e ficará a cargo do professor responsável pelo componente curricular. Os momentos de recuperação, considerando que o Curso prevê um processo avaliativo contínuo e dinâmico, serão variados e ocorrerão ao longo do semestre. Além disso, de acordo com a Organização Didática (2024) do IFRS, os estudos de recuperação poderão ser desenvolvidos também em horário de estudos orientados ou em outros momentos, a critério do docente responsável.

Ademais, o estudante que não atingir média semestral igual ou superior a 7,0 (sete) ao final do período letivo, em determinado componente curricular, terá direito a exame final (EF). Nos casos onde a nota da avaliação regular for superior à nota obtida na recuperação paralela, prevalecerá a nota original, conforme estabelecido nas normas da OD.

### **6.13 Metodologias de Ensino**

A metodologia parte do pressuposto de que o estudante é sujeito ativo e protagonista no processo de construção do seu conhecimento, que emerge da interação com o docente através do trabalho educativo intencionalmente construído pelos sujeitos do processo. Cabe a eles estabelecer a condução do processo ensino aprendizagem pelo permanente desafio do raciocínio crítico e pela progressiva integração de novos conhecimentos às experiências prévias.

As ações educativas baseiam-se na mobilização para o conhecimento, possibilitando o estabelecimento de vínculos significativos entre o sujeito e o objeto. A mobilização implica na clareza do assunto, na forma de trabalho, nas relações interpessoais entre os sujeitos, os objetos de conhecimento e o contexto em que se inserem.

A metodologia dialógica e dialética requer o estabelecimento de relações com as necessidades dos sujeitos, sejam elas: “intelectual, afetiva, ética, física, lúdica, estética, espiritual, econômica, política, social, cultural” (VASCONCELLOS, 1992, p. 8). Após essa elaboração inicial das representações mentais, passa-se à construção do conhecimento, que possibilita que os sujeitos captem as essências do objeto para construir novos conhecimentos através da elaboração de relações mais abrangentes e complexas. Esse processo implica no desenvolvimento operacional em que se estabelecem relações analíticas significativas entre as representações, ideias, conceitos do sujeito e do objeto em um determinado contexto sócio-histórico.

O curso tem como pressuposto pedagógico, no âmbito das metodologias de ensino, que a prática educativa deva ser orientada por uma didática ativa, em que o estudante deva ser desafiado à resolução de problemas práticos, consoantes às áreas de conhecimento em que se inscrevem os cursos do IFRS, em seus diferentes níveis e modalidades, privilegiando a relação com o mundo de trabalho e suas tecnologias, de modo pertinente ao conteúdo disposto na ementa dos componentes curriculares.

#### **6.14 Acompanhamento pedagógico**

O IFRS tem o compromisso de prever estratégias que garantam, a todos(as) e a cada um(a), a efetivação do direito à aprendizagem, à permanência, ao êxito e à conclusão do curso, sendo esse processo de atenção ao(à) estudante o resultado da interação entre ensino, pesquisa e extensão.

O Setor de Ensino conta com doze profissionais – assistente de alunos, assistente social, bibliotecário(a), intérprete de Língua Brasileira de Sinais, pedagogo(a), psicólogo(a), técnico em assuntos educacionais, entre outros – distribuídos em cinco microssetores de referência – orientação estudantil,

assistência estudantil, registros escolares, gestão escolar e biblioteca. Através de uma organização integrada, realiza o atendimento pedagógico especializado aos(as) docentes e discentes, com troca de informações permanentes entre os(as) profissionais sobre as situações escolares cotidianas e sobre as especificidades de aprendizagem individuais e coletivas.

Além do acolhimento a todas as demandas e do direcionamento ao seu atendimento de referência (horário de atendimento específico com o(a) docente, estudos domiciliares, acompanhamento pedagógico, psicológico e social, adaptações curriculares [quando necessário], monitoramento mensal da frequência e ações de busca ativa aos(as) infrequentes), o Setor de Ensino está representado nas reuniões pedagógicas de curso e do Colegiado, comissões e grupos de trabalho institucionais.

Os estudantes que possuem necessidades educacionais específicas devem ter o PEI (Plano Educacional Individualizado) conforme estabelecido pelas Instruções Normativas nº 07 de 04 de setembro de 2020 (regulamenta os fluxos e procedimentos de identificação, acompanhamento e realização do Plano Educacional Individualizado (PEI) dos estudantes com necessidades educacionais específicas do IFRS) e nº 08 de 05 de novembro de 2020 (regulamenta os fluxos e procedimentos de acompanhamento e realização do Plano Educacional Individualizado (PEI) para os estudantes indígenas do IFRS).

O Setor de Extensão responsabiliza-se pela orientação dos(as) estudantes no que diz respeito às questões relativas às atividades enquanto extensionistas e estágios curriculares e não curriculares. Além disso, os Núcleos que envolvem estudos afro-brasileiros e indígenas; de acessibilidade e inclusão; de discussões de gênero; arte e cultura; e memória, também estão vinculados à Extensão.

O Setor de Pesquisa tem como atribuição a orientação dos(as) estudantes no que se refere às atividades de iniciação científica e de bolsas direcionadas a projetos específicos.

O IFRS possui as Políticas de Assistência Estudantil, de Ações Afirmativas e de Inclusão que assumem um papel fundamental no cotidiano da

instituição. A Assistência Estudantil contribui para a promoção da inclusão social e da minimização dos efeitos das desigualdades sociais e regionais dos diferentes contextos da educação profissional e tecnológica. Por meio de programas, projetos e ações, oferece condições para a melhoria do desempenho acadêmico dos estudantes através de apoio pedagógico, psicológico e social às questões escolares dos(as) estudantes. A equipe age preventivamente nas situações de retenção e evasão, incluindo, desde ações de caráter universal, até programas de benefícios, atingindo, desse modo, diferentes públicos dentro da comunidade escolar. Os Programas de Benefícios – ações que envolvam iniciativas voltadas à equidade de oportunidades e à melhoria das condições socioeconômicas – têm, como seu público específico, os estudantes que preenchem os critérios de vulnerabilidade. A Assistência Estudantil promove, também, ações que garantam o êxito dos estudantes, além de auxiliar na elaboração de propostas com vistas à ampliação do acesso e permanência e da diplomação qualificada dos(as) estudantes do Instituto.

#### **6.15 Política de Assistência Estudantil do IFRS**

No que tange à Política de Assistência Estudantil do IFRS, instituída pela Resolução CONSUP nº 086, de 03 de dezembro de 2013, a mesma está baseada no Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), regulamentado pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, e na Portaria Normativa MEC nº 18, de 11 de outubro de 2012, que dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 e o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012. Tal política concede às Instituições Federais a condição de ampliar sua atenção aos estudantes no que diz respeito à sua permanência nos cursos.

A Política de Assistência Estudantil do IFRS tem entre os seus objetivos: promover o acesso e permanência na perspectiva da inclusão social e da democratização do ensino; assegurar aos estudantes igualdade de oportunidades no exercício de suas atividades curriculares; promover e ampliar a formação integral dos estudantes, estimulando a criatividade, a reflexão crítica, as atividades e os intercâmbios de caráter cultural, artístico, científico e tecnológico; bem como estimular a participação dos educandos, por meio de

suas representações, no processo de gestão democrática.

A Assistência Estudantil do IFRS possui um amplo escopo de atenção, oferecendo condições para a melhoria do desempenho acadêmico dos estudantes e agindo, preventivamente, nas situações de retenção e evasão, incluindo desde Ações de Caráter Universal, até Programas de Benefícios, atingindo, desse modo, diferentes públicos dentro da comunidade escolar. Entende-se por Ações de Caráter Universal aquelas oferecidas a todos os estudantes, independentemente de sua situação socioeconômica, promovendo a permanência mediante programas de promoção de saúde, apoio psicológico, apoio pedagógico, orientação familiar, mediação de relações de ensino e de aprendizagem, encaminhamentos realizados dentro da rede pública de serviços, intervenções nos processos institucionais de acolhimento ao estudante, atividades esportivas e culturais, entre outros. Por sua vez, os Programas de Benefícios, são ações que envolvem iniciativas voltadas à equidade de oportunidades e à melhoria das condições socioeconômicas, tendo estas como seu público específico, os estudantes que preenchem os critérios de vulnerabilidade.

A Política de Assistência Estudantil, bem como seus programas, projetos e ações, é concebida como um direito do estudante, garantido e financiado pela Instituição por meio de recursos federais. Para o desenvolvimento dessas ações, o *Campus* Restinga do Instituto Federal do Rio Grande do Sul possui em sua estrutura organizacional a Coordenadoria de Assuntos Estudantis (CAE), que está diretamente ligada à Diretoria de Ensino, que trabalha com uma equipe especializada de profissionais de forma articulada com os demais setores da Instituição. Nesse contexto, a CAE é composta por profissionais da área da educação, psicologia, serviço social, assistentes de alunos, nutrição e enfermagem e tem como objetivo promover o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes no processo de ensino e aprendizagem, buscando formas de participação social desses na perspectiva de vivência política e gestão democrática, em parceria com os diferentes setores do *Campus*, em intervenções interdisciplinares.

Os auxílios da Assistência Estudantil estão previstos, no Decreto nº

7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), na Política de Assistência Estudantil do IFRS, aprovada pela Resolução CONSUP nº 086, de 03 de dezembro de 2013, na Instrução Normativa PROEN nº 02, de 03 de maio de 2022, que normatiza as Diretrizes de apoio à/ao estudante da assistência estudantil do IFRS, e em edital específico de cada *Campus* do IFRS.

A finalidade dos auxílios, desta forma, é fortalecer as condições de frequência, aproveitamento e permanência do estudante nas atividades acadêmicas, beneficiando, prioritariamente, estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio. A distribuição dos auxílios é realizada conforme os recursos disponíveis para a Assistência Estudantil em cada *Campus* do IFRS. O recurso destinado à Assistência Estudantil é proveniente da Ação 2994 (Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica) e é centralizado na Reitoria, sendo disponibilizado mensalmente aos campi de acordo com quantitativo de auxílios (permanência e moradia). Assim, os estudantes que têm sua solicitação de auxílio deferida, após a análise socioeconômica, serão classificados em grupos e os valores dos diferentes grupos serão definidos a partir de critérios de renda e vulnerabilidade, de acordo com a Instrução Normativa PROEN, de 03 de fevereiro de 2020.

#### **6.16 Acessibilidade e adequações curriculares para estudantes com necessidades específicas**

Em consonância com a legislação vigente, relacionada ao ensino em perspectiva inclusiva, cabe às instituições assegurar aos estudantes com necessidades específicas, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, igualdade de condições para a aprendizagem através de adaptações curriculares, a fim de favorecer o desenvolvimento do estudante de forma que suas necessidades possam ser atendidas. Além disso, as ações transversais priorizam também a inclusão no âmbito da diversidade cultural, buscando contemplar atividades pedagógicas, artísticas e culturais, sob olhar focado na diversidade cultural do povo brasileiro. Nesse sentido,

pode ser necessário realizar adequações pedagógicas e de acessibilidade, adaptando currículos, métodos, técnicas, recursos educativos, avaliações, bem como os Planos de Ensino dos Professores. Para tanto, a criação de estratégias que reforcem as potencialidades dos estudantes e não suas limitações será uma prioridade, visando também a integração com as culturas locais voltadas para a inovação na educação. Para isso, é imprescindível que a instituição atue a partir de concepções que reconheçam e valorizem as diferenças.

No caso de estudantes com necessidades educacionais específicas que demandam acessibilidade curricular, deve ser elaborado um Plano Educacional Individualizado (PEI). O PEI é um recurso pedagógico com foco individualizado no estudante e tem por finalidade otimizar o processo de ensino e aprendizagem de pessoas com deficiência ou outras especificidades. É um plano e registro das estratégias que visam promover acessibilidade curricular e que são necessárias para o estudante alcançar as expectativas de aprendizagem definidas para ele.

Neste instrumento são registrados os conhecimentos e habilidades prévios que identificam o repertório de partida, para que seja possível acompanhar a evolução em direção aos objetivos, e planejar novas estratégias de ensino e aprendizagem. É uma proposta pedagógica compartilhada, que é construída de forma colaborativa pelos profissionais da instituição de ensino, pais e/ou responsáveis e, quando possível, pelo próprio estudante. Consideram-se pessoas com deficiência aquelas previstas no art. 2º da Lei 13.146/15, no art. 5º, § 1º do Decreto 5.296/04 e, para efeitos legais, aquelas com transtorno do espectro autista, conforme art. 1º da Lei 12.764/12

Ainda, o *Campus Restinga* conta com o Núcleo de Ações Afirmativas, composto por Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade (NEPGS) e Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígena (NEABI). Esses englobam os atendimentos às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, às Pessoas com Deficiências, os Estudos Afrobrasileiros e Indígenas, os Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade.

São desenvolvidos Fóruns de Debates no decorrer do curso com vista a integrar essas ações transversais ao currículo e às atividades voltadas para a cultura de paz e comunicação não violenta, viabilizando a inserção dessas concepções de inclusão e aceitação do outro como legítimo em sua diferença na prática profissional e estabelecendo a interdisciplinaridade como diretriz pedagógica das ações institucionais.

### **6.17 Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no processo de ensino e de aprendizagem**

O *Campus* Restinga atualmente possui cinco laboratórios de Informática, um laboratório de Hardware e Redes e um laboratório de Automação e Robótica, cada laboratório possui computadores com softwares e ferramentas específicas para uso. Todas as salas de aula e os laboratórios possuem projetores multimídia, que podem ser usados pelos professores para projetar slides e vídeos. Além disso, os estudantes contam com acesso à Internet, através da rede de Wifi, ou nos laboratórios de ensino, salas de aula, sala de estudo e na biblioteca.

Além do uso da informática nas aulas e na realização de trabalhos acadêmicos, o *Campus* Restinga está em um processo permanente de aperfeiçoamento dos chamados Ambientes Virtuais de Ensino e Aprendizagem (AVEAs), definidos como os componentes em que discentes e docentes participam de interações online. Pedagogicamente, as TIC's compreendem ferramentas de apoio a educandos e educadores, podendo ser empregadas tanto na apresentação de conteúdos quanto na fixação e recuperação dos mesmos.

De forma simples, AVEAs são websites onde professores disponibilizam conteúdos e atividades didáticas para estudantes matriculados em determinado componente curricular. O acesso a tais materiais não é público, sendo necessária a autenticação dos usuários por meio de login e senha. A persistência das informações é garantida por meio de um banco de dados e/ou logs. Assim, o *Campus* Restinga em seus laboratórios dispõe de uma gama de hardwares e softwares que possibilitam a criação e o exercício dos estudantes nos ambientes virtuais de ensino e aprendizagem (AVEAs).

Ambientes virtuais possuem integração com ferramentas de comunicação, possibilitando o diálogo síncrono e/ou assíncrono entre participantes de um componente curricular, mesmo presencial. Alguns exemplos de ferramentas incluem fóruns de discussão, chat e correio eletrônico.

Ao longo do curso, os AVEAs serão utilizados para propiciar: a) a interação entre o estudante e o computador; b) a atenção individual ao estudante; c) o controle do estudante sobre seu próprio ritmo de aprendizagem, assim como a sequência e o tempo; d) a apresentação dos materiais de estudo de modo criativo, atrativo e integrado, estimulando o estudante e motivando sua aprendizagem e e) o uso para avaliar os estudantes.

Os estudantes também possuem acesso ao sistema integrado de bibliotecas (Pergamum), no qual o estudante pode pesquisar, reservar e renovar os livros disponíveis na biblioteca do *Campus* e nos demais campi do IFRS.

#### **6.18 Material Didático**

Os materiais didáticos utilizados no curso são concebidos como instrumentos essenciais de apoio ao processo de ensino-aprendizagem, contribuindo diretamente para o desenvolvimento das competências previstas no Projeto Pedagógico do Curso (PPC). Podem ser apresentados em formato físico ou digital e incluem, entre outros, vídeos, apostilas, roteiros de estudos, infográficos, exercícios, animações e outros recursos multimídia.

A elaboração ou seleção desses materiais é responsabilidade do docente de cada componente curricular, que pode produzi-los diretamente ou exercer a curadoria de conteúdos previamente consolidados, priorizando fontes confiáveis, atualizadas e compatíveis com os objetivos do plano de ensino.

A produção de materiais didáticos considera a abrangência, o aprofundamento e a coerência teórica exigidos pela formação proposta no curso. Os conteúdos seguem as ementas dos componentes curriculares e se articulam com os objetivos de aprendizagem, promovendo o desenvolvimento do raciocínio crítico, da autonomia e da integração entre teoria e prática.

O curso adota políticas de acessibilidade metodológica, instrumental e comunicacional, de modo a atender às necessidades de todos os estudantes. Os materiais didáticos são elaborados com linguagem inclusiva e acessível, conforme as Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web (WCAG). Por exemplo:

- Imagens devem conter descrições alternativas (texto alternativo);
- Vídeos devem ser acompanhados de legendas e, quando necessário, tradução para Libras;
- Documentos e plataformas devem ser compatíveis com leitores de tela e outras tecnologias assistivas.

O Campus disponibiliza recursos tecnológicos e equipamentos para apoiar a produção de materiais didáticos acessíveis e inovadores, como estúdios de gravação, softwares de edição e banco de imagens e vídeos institucionais. Além disso, docentes são incentivados a participar de ações formativas promovidas pela instituição, voltadas ao uso pedagógico das tecnologias, à produção de conteúdos acessíveis e à adoção de recursos educacionais inovadores.

#### **6.19 Articulação com o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) e Núcleo de Estudos e Pesquisa em Gênero e Sexualidade (NEPGS)**

A Assessoria de Ações Afirmativas, Inclusivas e Diversidade, institucionalizada pela Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, por meio da Portaria do CONSUP nº 51, de 27 de fevereiro de 2012, é o órgão responsável pelo planejamento e coordenação das ações relacionadas à política de inclusão no IFRS. Sua finalidade é promover a cultura da educação para a convivência, a defesa dos direitos humanos, o respeito às diferenças, a inclusão, permanência e saída exitosa de pessoas com necessidades educacionais específicas para o mundo do trabalho, a valorização da identidade étnico-racial, a inclusão da população negra e da comunidade indígena, em todos os setores, e o combate à

homofobia, buscando a remoção de todos os tipos de barreiras e formas de discriminação.

Neste contexto, a Assessoria de Ações Afirmativas, Inclusivas e Diversidade atua ativamente no desenvolvimento da Política de Ações Afirmativas do IFRS, conforme estipula a Resolução CONSUP nº 022, de 25 de fevereiro de 2014, que orienta as ações de inclusão nas atividades de ensino, pesquisa e extensão do IFRS, considerando a promoção do respeito à diversidade socioeconômica, cultural, étnico-racial, de gênero e de necessidades específicas, e para a defesa dos direitos humanos. Esta política propõe medidas para o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes em todos os cursos oferecidos pelo Instituto Federal, prioritariamente para pretos, pardos, indígenas, pessoas com necessidades educacionais específicas, pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica e oriundas de escolas públicas.

Em consonância com a Resolução CONSUP nº 022, de 25 de fevereiro de 2014, o *Campus* Restinga tem na sua estrutura três núcleos que visam promover diversidade, inclusão e respeito a todas as formas de identidades dos cidadãos brasileiros, buscando fomentar a Política de Ações Afirmativas do IFRS. Estes Núcleos incentivam a comunidade acadêmica e a comunidade externa a elaborarem e participarem de ações de ensino, pesquisa e extensão, e estão divididos em: Núcleo de Estudos e Pesquisa em Gênero e Sexualidade (NEPGS), Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) e Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE).

Os núcleos destacam-se pelas ações inclusivas, e buscam:

- Inserir as Pessoas com Deficiência na instituição, a sua permanência e saída exitosa para o mundo do trabalho;
- A valorização étnico-racial, em especial à população negra e as comunidades indígenas, no âmbito da instituição e em suas relações com a comunidade externa;
- O combate às fobias, buscando o respeito à diferença e a diversidade e a remoção de todos os tipos de barreiras e formas de

discriminação, com ênfase nas temáticas de corpo, gênero e sexualidade.

O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades articula pessoas e setores para promover na instituição a cultura da “educação para a convivência”, que é a aceitação da diversidade e, principalmente, a busca pela quebra das barreiras arquitetônicas, educacionais, de comunicação e atitudinais. O NAPNE é responsável por adaptar materiais didáticos para estudantes com necessidades especiais; subsidiar servidores no que se refere a assuntos relacionados à educação inclusiva; promover acessibilidade física e virtual no *Campus Restinga*; pesquisar assuntos relacionados à acessibilidade; entre outras ações.

O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas é um espaço em que são discutidas a história e cultura afro-brasileira e indígena na sociedade brasileira. Busca fomentar estudos, pesquisas e extensão, a partir do desenvolvimento de programas e projetos em diversas áreas do conhecimento. O NEABI se constitui em um espaço acadêmico e de interface com a comunidade, no qual são realizadas atividades programadas – estudos e pesquisas, documentação e produção de textos. Além disso, a confecção de materiais, cursos, seminários, conferências e divulgação de ações afirmativas, diretas ou por meio de assessoria e apoio – dentro da temática da educação das relações étnico-raciais.

O Núcleo de Estudo e Pesquisa em Gênero e Sexualidade (NEPG) tem o compromisso de atuar em temáticas relacionadas a corpo, gênero, sexualidade e diversidade, por meio de programas e ações/atividades desenvolvidas entre os servidores, os estudantes e comunidade, através do estudo e produção científica; assessoramento e consultorias; discussões; debates.

O CST em Gestão Desportiva e de Lazer insere-se nos três núcleos de maneira sistemática, seja a partir da participação dos estudantes como membros e/ou bolsistas de forma orgânica. Também há uma participação ativa de docentes e estudantes nas ações desenvolvidas pelos núcleos, descritas no calendário acadêmico como: 29 de janeiro, Dia da Visibilidade Trans; 11 de

fevereiro, Dia Internacional das Mulheres e Meninas na Ciência; 8 de março, Dia Internacional da Mulher; 2 de abril, Dia Mundial de Conscientização do Autismo; 17 de maio, Dia de Combate a LGBTfobia; 28 de junho, Dia do Orgulho LGBTQIAPN+; 25 de julho, Dia da Mulher Negra Latinoamericana e Caribenha; 9 de agosto, Dia Internacional dos Povos Indígenas; 29 de agosto, Dia da Visibilidade Lésbica; 21 de setembro, Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência; 10 de outubro, Dia Nacional de Luta contra a Violência à Mulher; 20 de novembro, Dia da Consciência Negra; 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos; 13 de dezembro, Dia Nacional do Cego.

## **6.20 Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa**

A avaliação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Desportiva e de Lazer será feita regularmente, por meio da análise dos resultados, obtidos através de avaliação do curso. Esta avaliação, de acordo com as determinações legais vigentes, será realizada em dois níveis: o Interno e o Externo, em sintonia com o programa de avaliação institucional do IFRS – PAIFRS, que tem como referência o SINAES.

Os acompanhamentos das práticas de ensino e da implantação da proposta pedagógica são importantes, necessárias e estão previstas como atividades do colegiado do curso e do núcleo docente estruturante – NDE, que tem, entre outras funções, realizar avaliações periódicas do curso com o objetivo de verificar a adequação do PPC às constantes alterações da legislação e atos normativos, às diretrizes curriculares em harmonia com os documentos do IFRS, de detectar fragilidades e de apresentar propostas de melhorias na implementação deste ao colegiado do curso. O processo de avaliação do PPC deve servir de retroalimentação ao projeto do curso, permitindo atualizações mediante a relação com os docentes, discentes, egressos e setor produtivo.

O processo de Autoavaliação será coordenado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) Central e pela Comissão local do *Campus*. A autoavaliação prevê em suas ações a avaliação didática dos(as) docentes, dos componentes curriculares e do curso, através dos instrumentos de avaliação online. O objetivo é coletar dados relativos ao olhar de toda a comunidade acadêmica

envolvida com os cursos. Os instrumentos de autoavaliação que constituem o PAIFRS são disponibilizados no formato online para a comunidade interna, em programa desenvolvido pela DTI – Diretoria de Tecnologia da Informação, do IFRS. Para a comunidade externa, o instrumento é disponibilizado no formato offline e enviado, via correio eletrônico, para os(as) estudantes, bem como para as instituições públicas e privadas e parceiras ou mesmo em formato físico (impresso), quando necessário. Os instrumentos de avaliação são construídos pela CPA e aplicados para todos os cursos do IFRS.

### **6.21 Critérios de aproveitamento de estudos e certificação de conhecimentos**

Conforme a Organização Didática do IFRS (Resolução nº1/2024, CONSUP/REI) e a IN nº16/2024, PROEN/REI, o (a) estudante poderá solicitar o aproveitamento de estudos e a certificação de conhecimentos. É facultado ao (à) estudante solicitar o aproveitamento de componentes curriculares correspondentes aos cursados no mesmo nível do curso ou em outro mais elevado. As solicitações de aproveitamento de estudos deverão ser protocoladas na Coordenadoria de Registros Acadêmicos do *Campus Restinga* e encaminhadas à Coordenação do Curso.

Assim, caberá à Coordenação de Curso, o encaminhamento do pedido ao(à) docente atuante no componente curricular, objeto de aproveitamento, que realizará a análise de equivalência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) de conteúdo e carga horária e emitirá parecer conclusivo sobre o pleito.

O aproveitamento de estudos só poderá ultrapassar 50% da carga horária total do currículo do curso no qual o (a) estudante está matriculado, a critério do colegiado de curso, se os componentes curriculares apresentados tiverem sido cursados no IFRS. Também poderão ser solicitados documentos complementares, a critério da Coordenação de Curso e, caso se julgue necessário, o (a) estudante poderá ser submetido ainda a uma certificação de conhecimentos. Cabe ressaltar que é vedado o aproveitamento de um mesmo componente curricular, mais de uma vez no mesmo curso. Um aproveitamento deferido não embasa, necessariamente, novos aproveitamentos.

Os pedidos de aproveitamento de estudos e a divulgação das respostas

deverão ser feitos nos prazos determinados pelo calendário acadêmico, não excedendo o período de um mês após o início das aulas do respectivo componente curricular. A Coordenação do Curso deverá encaminhar o resultado do processo à Coordenação de Registros Escolares (CRE), cabendo ao(à) estudante informar-se sobre o deferimento. Ainda segundo a Organização Didática, os(as) estudantes dos cursos do IFRS poderão requerer certificação de conhecimentos adquiridos através de experiências previamente vivenciadas, inclusive fora do ambiente escolar, com a finalidade de alcançar a dispensa de um ou mais componentes curriculares da matriz do curso. Essa certificação se dará mediante a aplicação de instrumento de avaliação realizada por um(a) docente da área, ao qual caberá emitir parecer conclusivo sobre o pleito.

#### **6.22 Colegiado do Curso e Núcleo Docente Estruturante (NDE)**

O Colegiado de Curso é um órgão deliberativo e consultivo de cada curso, que tem por finalidade elaborar e acompanhar a implementação do Projeto Pedagógico, avaliar alterações dos currículos plenos, discutir temas ligados ao curso, planejar e avaliar as atividades acadêmicas do curso observando-se as políticas e normas do IFRS.

O Colegiado de Curso é constituído por:

- I. Coordenador do Curso;
- II. todos os professores em efetivo exercício no curso no semestre letivo;
- III. um técnico-administrativo vinculado à área do curso e eleito pelos pares;
- IV. um representante do corpo discente do Curso, eleito pelos pares;
- V. um representante da Equipe Multidisciplinar: Núcleo de Educação a Distância.

Os representantes dos técnicos-administrativos e dos discentes serão eleitos pelos seus pares dentro de cada segmento, tendo como suplente o candidato que obtiver a maior votação depois dos eleitos em cada segmento. Os mandatos terão a duração de 1 (um) ano, permitida a recondução por mais 1 (um) ano.

O representante discente, regularmente matriculado, deverá ter cursado

pelo menos 1 (um) semestre da carga horária obrigatória do Curso e não estar cursando o último semestre. O processo de escolha do representante dos discentes será coordenado pela Coordenação do Curso.

O representante dos técnicos-administrativos será eleito pelos seus pares em reunião específica, sendo um representante para cada curso superior.

O representante da Equipe Multidisciplinar: Núcleo de Educação a Distância será o coordenador do Núcleo, ou um membro permanente indicado por ele.

A definição dos novos representantes deverá ocorrer sessenta dias antes do término do mandato dos representantes.

O membro cuja ausência ultrapassar duas reuniões sucessivas ordinárias ou extraordinárias perderá seu mandato, se as justificativas apresentadas não forem aceitas pelo Colegiado.

O Colegiado de Curso deve observar os relatórios de Autoavaliação Institucional e de avaliação externa para a tomada de decisões em relação ao planejamento e ao desenvolvimento de suas atividades. As reuniões de Colegiado de Curso constituem-se na análise e reflexão sobre o andamento do curso, visando o aprimoramento do processo de ensino e aprendizagem.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é órgão deliberativo e de assessoramento, vinculado ao respectivo curso de graduação. Compete a cada NDE:

I. Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;

II. Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constante no Projeto Pedagógico do Curso;

III. Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades do curso, de exigências do mundo do trabalho e afinadas com às políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;

IV. Zelar pelo cumprimento das orientações curriculares, conforme legislação vigente;

V. Propor atualização, sempre que necessário, do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) ao Colegiado do Curso;

VI. Assessorar, dentro da sua área de competência, o Colegiado do Curso;

VII. Acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso;

VIII. Conduzir os trabalhos de reestruturação curricular no âmbito do *Campus*, sempre que necessário;

IX. Elaborar relatório referente às condições ofertadas no quesito acervo bibliográfico, seja físico, virtual ou misto;

X. Utilizar os resultados das avaliações do curso (CPA, avaliação in loco) como ferramentas para atualização/alteração de PPC.

O NDE tem como objetivos garantir a elaboração, o acompanhamento e a consolidação do PPC no âmbito do *Campus*, e participar da concepção, da avaliação e da atualização do curso, em âmbito sistêmico. As competências do NDE dos cursos de graduação deverão estar conforme a legislação vigente. Os NDEs são constituídos por professores do curso designados por Portaria do Diretor-geral do *Campus*, seguindo composição definida pela legislação vigente. A solicitação de portaria de constituição de NDE deverá ser feita pelo coordenador do curso ao Diretor-Geral do *Campus*, constando a nominata dos membros do NDE e a ata da reunião realizada para esse fim. A coordenação do NDE será exercida pela coordenação do curso e terá as seguintes atribuições:

I. Representar o Núcleo sempre que necessário;

II. Articular o desenvolvimento das atividades do Núcleo;

III. Registrar em ata própria as reuniões e as atividades do Núcleo;

IV. Coordenar as reuniões do Núcleo;

V. Realizar o Plano de Metas da Gestão do Curso, documentado e compartilhado.

O mandato do Coordenador do NDE terá duração vinculada à sua permanência à frente da Coordenação do Curso.

## **7. Certificados e diplomas**

Após a integralização dos períodos letivos organizados por componentes curriculares e da realização do Trabalho de Conclusão de Curso, que compõem o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Desportiva e de Lazer fará jus ao diploma de Tecnólogo ou Tecnóloga em Gestão Desportiva e de Lazer o(a) estudante(a) que:

- Obter aprovação em todos os componentes curriculares obrigatórios e optativos do curso;
- Obter aprovação no Trabalho de Conclusão de Curso;
- Participar da solenidade de formatura (podendo ser de gabinete) para a obtenção do grau pretendido.

## 8. Quadro de pessoal (docentes e técnicos)

<b>Servidor</b>	<b>Formação (informar a formação completa)</b>	<b>Vínculo</b>	<b>Atuação</b>
Alexandre Adriano dos Santos Lima	Mestrado	Docente DE	Administração
Amanda Correa de Lavra Pinto	Graduação	TAE	Técnica em Assuntos Educacionais
Anderson Hakenhoar de Matos	Doutorado	Docente DE	Idiomas
André Amaral Mendes	Ensino Médio	TAE	Auxiliar de Biblioteca
André Luiz Estrela	Doutorado	Professor Substituto	Educação Física
André Luiz Silva de Andrades	Ensino Médio	TAE	Auxiliar em Administração
André Marcelo Schneider	Doutorado	Docente DE	Informática
Andréia Meinerz	Doutorado	Docente DE	Filosofia
Angela Zanotelli Cagliari	Mestrado	Docente DE	Artes
Andreza Lima Marimon da Cunha	Mestrado	TAE	Jornalista
Antônio Luis Ramos Lopes	Mestrado	TAE	Administrador
Camila Camargo Estrazulas	Especialização	TAE	Assistente em Administração
Camila Ramalho Modena	Mestrado	TAE	Assistente de Alunos
Caren Rejane de Freitas Fontella	Doutorado	TAE	Técnica em Assuntos Educacionais
Carlos Fernando Rosa dos Santos	Graduação	TAE	Engenheiro-Área
Carolina Kruse Ramos	Mestrado	Docente DE	Administração

Caroline Pereira	Ensino Médio	TAE	Assistente em Administração
Cassiana Grigoletto	Doutorado	Docente DE	Idiomas
Cauê Haase Pacheco	Graduação	TAE	Assistente em Administração
Daniel Battaglia	Doutorado	Docente DE	Administração
Davi Jonatas da Silva	Ensino Médio	TAE	Assistente em Administração
Denise Elisabete da Silva Gorski	Especialização	TAE	Assistente em Administração
Diogo Silveira Terra	Graduação	TAE	Bibliotecário - Documentalista
Divane Floreni Soares Leal	Doutorado	Docente DE	Administração
Elenisse Camacho Mederos Torres	Especialização	TAE	Assistente em Administração
Felipe de Sousa Gonçalves	Doutorado	Docente DE	Geografia
Flávio Chaves Brandão	Ensino Médio	TAE	Técnico em Tecnologia da Informação
Gabriela Pinheiro Anhaia	Graduação	TAE	Auxiliar de Biblioteca
Gabriella Fraga da Ré	Especialização	TAE	Assistente de Alunos
Geovana Prante Gasparotto	Doutorado	TAE	Assistente Social
Gilberto João Pavani	Mestrado	Docente DE	Informática
Gisele Oliveira Fraga do Nascimento	Ensino Médio	TAE	Tradutora/ Intérprete de Língua Brasileira de Sinais
Janice Ribeiro de Souza	Graduação	TAE	Assistente em Administração
Jéssica Porciuncula lung da Silva	Mestrado	TAE	Assistente de Alunos
Jessie Ortiz Marimon	Mestrado	Docente DE	Idiomas
Leandro Bez Birolo	Graduação	TAE	Assistente em Administração

Lélien Fritsch Alban	Especialização	TAE	Tecnóloga em Processos Gerenciais
Lisandra Coromaldi	Especialização	Professora Substituta	Administração
Luana Goulart teixeira Ney	Mestrado	Docente DE	Produção Cultural
Lucas Maciaseki da Silva	Graduação	TAE	Técnico em Assuntos Educacionais
Luciano Barth Vieira	Graduação	TAE	Técnico em Laboratório - Área Eletrônica
Luiz Carlos de Almeida Batista Pustiglione	Mestrado	Docente DE	Educação Física
Marcelo Machado Barbosa Pinto	Doutorado	Docente DE	Administração
Márcia Pereira Pedroso	Doutorado	TAE	Psicóloga
Márcia Regina Ribeiro dos Santos	Especialização	TAE	Assistente em Administração
Matilde Cristiane Flores Carlotto	Especialização	TAE	Auditora
Mauro Maisonave Melo	Doutorado	Docente DE	Educação Física
Mikael Marques de Medeiros	Ensino Médio	TAE	Técnico em Audiovisual
Natália Dias	Especialização	TAE	Pedagoga
Orlando Albani de Carvalho	Mestrado	Professor Substituto	Geografia
Paula Porto Pedone	Especialização	TAE	Bibliotecária - Documentalista
Pedro Sérgio Mendes Leite	Especialização	TAE	Contador
Priscila Vieira Bastos	Especialização	TAE	Técnica em Assuntos Educacionais
Rafael Frois da Silva	Doutorado	Docente DE	Turismo
Roberto Domingues Souza	Mestrado	Docente 20h	Artes / Música

Robson Bierhals da Silva	Especialização	TAE	Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
Rossana Bisol Thome	Graduação	TAE	Assistente em Administração
Sabrina da Cunha Lamb	Graduação	TAE	Técnica em Secretariado
Sérgio Gambarra da Silva	Especialização	TAE	Técnico em Tecnologia da Informação
Silvia Szterling Munimos	Doutorado	Docente DE	Pedagogia
Susana Beatris Oliveira Szewczyk	Doutorado	Docente DE	Matemática
Suyane Lamari Cabral	Especialização	TAE	Assistente em Administração
Tanise Fernandes de Lima	Especialização	TAE	Assistente em Administração
Tatiana Teixeira Silveira	Doutorado	Docente DE	Educação Física
Thaiana Machado dos Anjos	Mestrado	TAE	Pedagoga
Thais Teixeira da Silva	Mestrado	TAE	Produtora Cultural
Tiane Pacheco Lovatel	Especialização	TAE	Técnica em Assuntos Educacionais
Tiago Bassani Rech	Doutorado	Docente DE	Geografia
Valesca Persch Reichelt	Doutorado	Professora Visitante	Administração
Vitor Rhoden Sperb	Especialização	TAE	Assistente de Alunos

## **9. Infraestrutura**

O *Campus Restinga* possui uma área total de 79.209,89 m<sup>2</sup> onde estão construídos 07 (sete) blocos, uma quadra poliesportiva, estacionamento e almoxarifado que oferecem, direta ou indiretamente, toda a infraestrutura necessária à realização do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Desportiva e de Lazer.

### **9.1. Biblioteca**

O IFRS – *Campus Restinga* conta com uma Biblioteca que atende os cursos superiores, os cursos técnicos e o ensino médio técnico. A Biblioteca iniciou suas atividades no dia 08 de outubro de 2010. Seus principais objetivos são dar subsídios informacionais para o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem, proporcionando o acesso dos estudantes e dos servidores a fontes de informação atualizadas, e oferecer espaço qualificado para estudo, com infraestrutura, recursos humanos, informacionais e tecnológicos adequados. A Biblioteca é aberta à comunidade em geral, sendo o empréstimo restrito aos docentes, discentes e técnicos administrativos do *Campus*; ficando disponível para a comunidade externa a consulta local aos documentos. O horário de funcionamento é de segunda a sexta-feira, das sete e trinta às vinte duas e trinta, e conta com um bibliotecário, um auxiliar de administração e dois auxiliares de Biblioteca. Em relação à infraestrutura, a Biblioteca está dividida em duas salas, uma para o acervo, com espaço de aproximadamente 313 m<sup>2</sup>, e outra para a sala de estudos, que tem aproximadamente 43m<sup>2</sup>. A Biblioteca dispõe de 17 (dezesete) baias de estudo individual, 2 (duas) mesas de estudo em grupo e 2 (dois) terminais de consulta ao acervo e de pesquisa em bases de dados. A sala de estudos dispõe de 3 (três) mesas com 6 (seis) cadeiras.

#### **9.1.1. Acervo**

O acervo físico é composto por mais de 5.650 (cinco mil seiscentos e cinquenta) títulos e 12.000 (doze mil e trezentos) exemplares de livros. O acervo virtual, em 2023, conta com aproximadamente 29.000 (vinte e nove mil) livros eletrônicos e mais de 18.000 (dezoito mil) normas nacionais e do

Mercosul. A atualização do acervo é realizada conforme disponibilidade orçamentária e atendendo às solicitações dos servidores e estudantes. Os recursos informacionais disponibilizados abrangem as áreas dos cursos e seus eixos, literatura, dicionários, etc. A composição do acervo se dá por meio de compras, doações e assinatura de bibliotecas virtuais. Em relação à metodologia de compra, utilizam-se os instrumentos do INEP para avaliação de cursos superiores, como base para o investimento em acervo para os cursos de todas as modalidades de ensino regular ofertadas. Também são consideradas as avaliações institucionais realizadas pela comunidade escolar, que apontam demandas para o acervo. Além dos livros, também contamos com doações dos seguintes periódicos:

- IEEE Spectrum
- Gestão Escolar (Fundação Victor Civita)
- Nova Escola (Fundação Victor Civita)
- Cálculo: matemática para todos (editora Segmento)
- Carta na Escola (editora Confiança)
- Presença Pedagógica (editora Dimensão)
- Filosofia: ciência e vida (editora Escala)
- Língua Portuguesa (editora Segmento)
- Revista de História da Biblioteca Nacional

#### **9.1.2** Relação de livros por área do conhecimento:

- Ciências Exatas e da Terra: 2632 exemplares, 840 títulos
- Ciências Biológicas: 224 exemplares, 104 títulos
- Engenharias: 750 exemplares, 156 títulos
- Ciências da Saúde: 386 exemplares, 193 títulos
- Ciências Agrárias: 340 exemplares, 146 títulos
- Ciências Sociais Aplicadas: 1271 exemplares, 612 títulos
- Ciências Humanas: 2012 exemplares, 1244 títulos
- Linguística, Letras e Artes: 4055 exemplares, 2117 títulos

#### **9.1.3** Serviços oferecidos

Empréstimo domiciliar, renovações e reservas online de materiais do acervo online e presencial;

- Catálogo online para consulta ao acervo;
- Orientação no uso do acervo;
- Orientação quanto à normalização de trabalhos acadêmicos, de acordo com as normas da ABNT;
- Espaço de leitura e pesquisa em grupo e individual;
- Terminais de computadores para pesquisa;
- Acesso à rede de internet por wi-fi;
- Treinamento para aos serviços do sistema automatizado da Biblioteca;
- Capacitação para uso do Portal Capes e acesso CAFe;
- Armários guarda-volumes.

#### **9.1.4 Portal de Periódicos da CAPES**

O IFRS – *Campus* Restinga conta com acesso ao portal de periódicos da CAPES. O Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) é uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza a instituições de ensino e pesquisa no Brasil o melhor da produção científica internacional. Ele conta com um acervo de mais de 38 mil títulos com texto completo, 134 bases referenciais, 11 bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual.

#### **9.2 Equipamentos e Laboratórios**

O *Campus* possui 18 (dezoito) laboratórios estruturados e distribuídos entre os blocos 4 e 5. Onze desses laboratórios serão utilizados pelo curso conforme definido pelo catálogo nacional de cursos do MEC. O quadro a seguir mostra a infraestrutura dos blocos concluídos e estruturados. Estes blocos atenderão diretamente ou indiretamente o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Desportiva e de Lazer.

Infraestrutura	Infraestrutura utilizada pelo Curso
----------------	-------------------------------------

<b>BLOCO 1</b>	
8 (oito) salas administrativas (Ensino, Pesquisa/Extensão, Recepção, Direção Geral/Gabinete, Auditoria/Desenvolvimento Institucional, Gestão de Pessoas, Diretoria de Administração, Coord. Licitação e Contratos)	x
1 (uma) sala de atendimento	x
8 (oito) salas de professores	x
1 (uma) copa	x
1 (um) laboratório de informática para uso da comunidade externa *	x
1 (uma) sala de reuniões	x
<b>BLOCO 2</b>	
Biblioteca	x
1 (uma) sala de estudos *	x
5 (cinco) salas administrativas e de núcleos (processamento técnico da biblioteca, setor de comunicação, NEPGS/NEABI, sala dos lanches, sala da equipe da limpeza)	x
1 (uma) sala dos estudantes	x
<b>BLOCO 3</b>	
11 (onze) salas de aula	x
<b>BLOCO 4</b>	
4 (quatro) laboratórios de informática *	x
1 (um) laboratório de arquitetura de computadores e redes	
1 (um) laboratório de eletrônica de potência	

1 (um) laboratório de eletricidade básica	
1 (um) laboratório de controle e instrumentação	
1 (um) laboratório de eletrônica digital e microprocessadores	
2 (duas) salas administrativas (tecnologia da informação e NAPNE)	x
<b>BLOCO 5</b>	
1 (um) laboratório de inovação (Inovalab)	
1 (um) laboratório de gestão e negócios *	x
1 (uma) sala de robótica	
1 (uma) sala de humanidades	x
1 (uma) laboratório de educação em matemática (LEM)	x
1 (um) laboratório de ciências	
1 (um) laboratório de idiomas e informática *	x
1 (um) laboratório de jogos e dinâmicas de grupo	x
1 (uma) sala da Incubadora Tecnológica e Social	x
1 (uma) sala de artes	x
1 (um) laboratório de turismo, hospitalidade e lazer	x
1 (uma) sala de música	x
1 (sala) dos núcleos: Núcleo de Arte e Cultura (NAC) e Núcleo de Memória (NuMem)	x
1 (uma) sala de aula	x
1 (um) mini-auditório	x

1 (um) auditório	x
1 (uma) sala de arquivo e 1 (uma) sala de som e equipamentos do auditório	x
<b>BLOCO 6</b>	
8 (oito) salas administrativas e operacionais (garagens, depósitos, sala de manutenção, depósito de agroecologia, sala de jardinagem, almoxarifado e coordenação de infraestrutura)	x
Área de lazer com churrasqueira	x
<b>BLOCO 7</b>	
1 (um) laboratório de solos	
1 (uma) sala de professores	
1 (uma) sala multiuso	
1 (um) depósito	
<b>Quadra Poliesportiva</b>	x
<b>Quadra de Areia</b>	x

Além do Laboratório de Turismo, Hospitalidade e Lazer, o Campus Restinga conta com outros espaços que contribuem diretamente para a formação prática dos estudantes do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Desportiva e de Lazer. Entre eles destacam-se:

Quadra Poliesportiva: utilizada para o desenvolvimento de componentes curriculares, oficinas, projetos de extensão e práticas de lazer e recreação, possibilitando vivências pedagógicas relacionadas ao esporte e à gestão de atividades coletivas;

Quadra de Areia: espaço destinado à realização de práticas esportivas e de lazer em modalidades específicas, permitindo experiências que integram a dimensão corporal, recreativa e comunitária;

Sala de Artes: ambiente pedagógico voltado a atividades culturais, criativas e expressivas que dialogam com o lazer, a hospitalidade e as práticas de integração social;

Sala de Música: utilizada para atividades de expressão sonora e corporal, oficinas de música, canto coletivo e projetos que articulam cultura e lazer;

Outros espaços especializados do Bloco 5 (como o Laboratório de Jogos e Dinâmicas de Grupo e a Sala da Incubadora Tecnológica e Social): que possibilitam a articulação de metodologias participativas, inovação social e experiências interdisciplinares vinculadas ao turismo, hospitalidade, cultura e lazer.

Esses ambientes, em conjunto com o Laboratório de Turismo, Hospitalidade e Lazer, formam uma rede integrada de infraestrutura pedagógica, cultural e esportiva do Campus Restinga, favorecendo a articulação entre teoria e prática, ensino e extensão, gestão e intervenção social.

## **10. Casos omissos**

Os casos omissos a este projeto pedagógico serão analisados pela Direção de Ensino em consulta à Coordenação de Curso, que poderá consultar o Núcleo Docente Estruturante e o Colegiado de Curso.

## 11. Referências

ALONSO, K.M (2008). Tecnologias da informação e comunicação e formação de professores: sobre rede e escolas. Campinas: **Educação e Sociedade**, 29, n. 104, p. 747-768.

CONAES (2010). Resolução nº 01, 17 de junho de 2010. Disponível em: [http://www.ceuma.br/cpa/downloads/Resolucao\\_1\\_2010.pdf](http://www.ceuma.br/cpa/downloads/Resolucao_1_2010.pdf). Acesso em 27 de setembro de 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE 2014). Cadastro Central de Empresas 2014. Disponível em <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=431490&idtema=155&search=rio-grande-do-sul|porto-alegre|estatisticas-do-cadastro-central-de-em-presas-2014;>

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (IFRS 2023). Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal do RS 2024 – 2028. Disponível em: [https://pdi.ifrs.edu.br/?\\_gl=1%2A1fsfdq1%2A\\_ga%2AMTU0NTYwMzU0OC4xNjU0NTQ3Mjc0%2A\\_ga\\_F5GDL7KJVK%2AMTcyNzQ4MjkwNS42NS4xLjE3Mjc0ODI5MjkuMC4wLjA](https://pdi.ifrs.edu.br/?_gl=1%2A1fsfdq1%2A_ga%2AMTU0NTYwMzU0OC4xNjU0NTQ3Mjc0%2A_ga_F5GDL7KJVK%2AMTcyNzQ4MjkwNS42NS4xLjE3Mjc0ODI5MjkuMC4wLjA). Acesso em 27 de setembro de 2024.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (IFRS 2024). Organização Didática. Disponível em: [https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2024/01/ANEXO\\_RES\\_1-2024\\_OD\\_VE RSAO\\_FINAL\\_JAN.2024.pdf](https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2024/01/ANEXO_RES_1-2024_OD_VE RSAO_FINAL_JAN.2024.pdf). Acesso em 27 de setembro de 2024.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (IFRS 2015a). Projeto Pedagógico Institucional. Disponível em: [http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201226102555931ppi\\_versao\\_final.pdf](http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201226102555931ppi_versao_final.pdf). Acesso em 05 de Julho de 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (2015). Disponível em: [http://portal.inep.gov.br/web/guest/lista-de-publicacoes?p\\_p\\_id=122\\_INSTANCE\\_DsQFgskt4vWp&p\\_p\\_lifecycle=0&p\\_p\\_state=normal&p\\_p\\_mode=v](http://portal.inep.gov.br/web/guest/lista-de-publicacoes?p_p_id=122_INSTANCE_DsQFgskt4vWp&p_p_lifecycle=0&p_p_state=normal&p_p_mode=v)

iew&p\_p\_col\_id=column-1&p\_p\_col\_count=1&p\_r\_p\_564233524\_resetCur=true&p\_r\_p\_564233524\_categoryId=408631Acesso em 15 de março de 2025;

MARTINS, V. (2004). **A Educação em valores na Lei de Diretrizes e Bases.**

Disponível em:

[http://www.educacaoonline.pro.br/index.php?option=com\\_content&id=201:a-educacao-](http://www.educacaoonline.pro.br/index.php?option=com_content&id=201:a-educacao-). Acesso em : 10 de março de 2025.

OBSERVAPOA (2025). Disponível em:

<http://portoalegreemanalise.procempa.com.br/?regioes=9,0,0>. Acesso em: 29 de abril de 2025.

VYGOTSKY, L. S. (1989) **Pensamento e Linguagem.** São Paulo, Martins Fontes, 1989.

## 12. Apêndices

### **APÊNDICE I: Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Desportiva e de Lazer**

#### TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – (TCC)

A Coordenação do Curso Superior de Tecnologia (CST) em Gestão Desportiva e de Lazer, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Projeto Político de Curso e o que foi deliberado na reunião do Colegiado de Curso, realizada em 08 (oito) de abril de 2015, institui o Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso, doravante chamado TCC, do CST em Gestão Desportiva e de Lazer Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – *Campus Restinga*.

#### I - DA NATUREZA E DAS FINALIDADES

Art. 1º O TCC é componente curricular obrigatório do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Desportiva e de Lazer e constitui-se em atividade acadêmica que tem como objeto de estudo as áreas de conhecimento relacionadas ao curso, devendo ser desenvolvido com orientação, acompanhamento e avaliação docentes.

Art. 2º O TCC deverá ser desenvolvido de modo a produzir conhecimento ou desenvolver metodologias, processos e produtos relacionados à área de formação do estudante.

Art. 3º O TCC será desenvolvido individualmente.

Art. 4º O TCC não será passível de certificação de conhecimento, tampouco aproveitamento de estudos, pelo seu caráter de produção pessoal inédita e pela necessidade do desenvolvimento ser estruturado de acordo com os conhecimentos adquiridos na matriz curricular vigente do curso.

#### II - DA ELABORAÇÃO E DA ORIENTAÇÃO DO TRABALHO DE TCC

Art. 5º A elaboração do trabalho de TCC é de responsabilidade do estudante do CST em Gestão Desportiva e de Lazer, que será orientado por docente da área de conhecimento do curso que se mostre interessado e apto, observando-se ainda o seguinte:

a) O(s) professor(es) das componentes curriculares de TCC I e TCC II serão responsáveis pelo acompanhamento dos alunos no desenvolvimento e execução do projeto;

b) O professor orientador será responsável pela orientação metodológica e de conteúdo do trabalho, sendo o mesmo nos dois semestres.

Art. 6º A orientação do TCC será formalizada por meio de documento em que o Professor Orientador compromete-se a orientar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento do trabalho em todas as suas etapas. (ANEXO 1)

a) Orientações feitas por docentes do IFRS que não lecionaram no curso deverão ser autorizadas pela coordenação do curso.

§ 1º - É permitido ao aluno ter um co-orientador interno ou externo à Instituição, mediante aprovação do Professor Orientador e comunicação oficial à Coordenação do Curso.

§ 2º - A substituição do orientador, quando necessária, deverá ser solicitada à Coordenação do Curso mediante justificativa por escrito.

Art 7º Cada professor orientador poderá orientar concomitantemente até cinco trabalhos de conclusão de curso.

### III - DA EXECUÇÃO DO TCC

Art. 8º As componentes curriculares de orientação para o desenvolvimento de TCC estão incluídas nos 02 (dois) últimos semestres previstos para a integralização do curso.

§ 2º - A componente curricular de TCC I destinar-se-á a elaboração do projeto e submissão ao comitê de ética (caso necessário) e a componente curricular de TCC II ao acompanhamento da execução do projeto e da apresentação do trabalho final.

§ 3º - O aluno deverá inscrever-se nas componentes curriculares TCC1 e posteriormente quando concluído, no componente TCC 2, para submeter-se ao processo de elaboração, desenvolvimento e defesa do TCC, respeitados os pré-requisitos previstos na matriz curricular do curso.

Art. 9º São condições de matrícula na componente curricular de TCC I:

a) Que o aluno tenha cursado o componente curricular de Metodologia de Pesquisa.

b) Que o aluno siga os procedimentos especificados pela Coordenadoria de Registros Escolares para efetivação de sua matrícula.

Art. 10. O projeto de TCC, quando pertinente, será confeccionado nos termos da Resolução CNS 466/2012, que trata das Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas envolvendo Seres Humanos, e será submetido à avaliação, preferencialmente, do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do IFRS, ou outro regulamentado pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), respeitados os prazos e o trâmite determinados para sua aprovação.

Art.11. O TCC será concluído e avaliado dentro dos prazos formais do calendário acadêmico, respeitando-se o período máximo admitido para a integralização de cada curso.

Art. 12. O TCC será apresentado na forma de trabalho escrito e apresentado oralmente frente a uma Banca Examinadora.

§ 1º - A apresentação do trabalho escrito deverá obedecer às normas da ABNT, seguindo padrão disponibilizado pela Coordenação de Curso;

#### IV - DA APRESENTAÇÃO E DA AVALIAÇÃO DO TCC

Art. 13. A avaliação do TCC será realizada através de uma Sessão Pública de Defesa.

Parágrafo Único – É de responsabilidade da Coordenação do Curso a organização das Sessões Públicas de Defesa.

Art. 14. A Banca Examinadora será presidida pelo professor orientador que indicará, os outros 2 (dois) membros que a comporão, cabendo ao Coordenador do Curso aprovar ou não as indicações.

§ 1º - A critério do Professor Orientador e do aluno, um membro da Banca poderá ser convidado externo, desde que não haja qualquer ônus para o IFRS.

§ 2º - No caso da existência de um co-orientador, ele poderá compor a Banca Examinadora, que será, então, composta por quatro avaliadores.

Art.15. O aluno ficará responsável pela reprodução e encaminhamento da versão escrita e encadernada do TCC, aos membros da Banca Examinadora, para leitura e avaliação, com antecedência de pelo menos 15 dias da defesa do trabalho.

Art. 16. A Sessão Pública de Defesa ocorrerá com um mínimo de 02 (dois) membros presentes, sendo um deles o orientador ou o co-orientador.

§ 1º - Não ocorrendo o comparecimento do número mínimo de membros fixado neste artigo, deverá ser marcada nova data para Sessão Pública de Defesa.

Art. 17. A Sessão Pública de Defesa será composta pela apresentação do trabalho pelo estudante, seguida pela análise, questionamentos e comentários dos integrantes da Banca Examinadora.

Parágrafo Único – A apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso pelo estudante terá a duração mínima de 20 (vinte) e máxima de 30 (trinta) minutos, sendo que os componentes da Banca Examinadora terão até 10 (dez) minutos cada para fazer seus comentários e/ou questionamentos.

Art. 18. Após a defesa do Trabalho de Conclusão de Curso, cada integrante da Banca Examinadora emitirá sua nota em ficha individual, considerando-se os critérios estabelecidos no Anexo 2.

§ 1º - A nota final do estudante será a média aritmética das notas dos membros da Banca Examinadora.

§ 2º - Orientador e co-orientador, quando presentes simultaneamente na banca, atribuirão uma única nota, resultado da média aritmética de suas notas individuais, sendo essa nota utilizada, junto com a dos demais componentes, para o cálculo do grau final.

Art. 19. A banca poderá requerer alterações a serem efetivadas no Trabalho Escrito.

Parágrafo Único – A divulgação da nota será condicionada à realização destas alterações.

Art. 20. O estudante deverá entregar na Coordenação do Curso uma versão definitiva do Trabalho Escrito, em meio digital, em formato definido pela Coordenação do Curso, em prazo anteriormente definido.

§ 1º – No caso de a banca ter requerido alterações, a versão definitiva deverá ser acompanhada de parecer do professor orientador atestando a realização satisfatória das alterações.

§ 2º – Caso a versão definitiva do Relatório Escrito não seja entregue no prazo, o estudante será considerado REPROVADO na componente curricular.

Art. 21. Será considerado APROVADO o estudante que obtiver nota final igual ou superior a 07 (sete), observando o estipulado no Art. 20 e em consonância com a Organização Didática do IFRS, aprovada pela Resolução Consup-REI/IFRS nº 01, de 23 de janeiro de 2024, .

#### V - DOS CASOS OMISSOS E TRANSITÓRIOS

Art. 22. O Colegiado do Curso resolverá os casos omissos e transitórios deste regulamento.

## CST em Gestão Desportiva e de Lazer

### ANEXO 1

Declaro aceitar o (a) aluno (a) \_\_\_\_\_  
como meu orientando, na elaboração do seu Trabalho de Conclusão de Curso  
cuja \_\_\_\_\_ temática \_\_\_\_\_ será  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

Outrossim, comprometo-me a orientar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento do trabalho em todas as suas etapas.

Porto Alegre, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Nome do (a) Professor (a)/Orientador (a)

\_\_\_\_\_

Assinatura do (a) Professor (a)/Orientador (a)

\_\_\_\_\_



## CST em Gestão Desportiva e de Lazer

### ANEXO 2

#### FICHA DE AVALIAÇÃO DOS TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO

<b>Nome do Trabalho:</b>			
<b>Nome do Aluno:</b>			
<b>Nome do Orientador:</b>			
<b>NOTAS TRABALHO ESCRITO</b>			
	<b>Nota Orientador</b>	<b>Nota Avaliador 1</b>	<b>Nota Avaliador 2</b>
<b>Estrutura do Trabalho</b> (máximo 2,0 ponto)			
<b>Abordagem inovadora</b> (máximo 1,0 pontos)			
<b>Qualidade e profundidade do conteúdo</b> (máximo 2,5 pontos)			
<b>Relevância social e aplicabilidade prática do projeto</b> (máximo 1,5 ponto)			
<b>APRESENTAÇÃO DO TRABALHO</b>			
<b>Organização da apresentação</b> (máximo 1,0 ponto)			
<b>Domínio do conteúdo</b>			

(máximo 1,0 ponto)			
<b>Tempo de apresentação e capacidade de síntese</b> (máximo 1,0 ponto)			
<b>Média FINAL</b>			

Desta forma, o estudante  
\_\_\_\_\_ teve

seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ com média final \_\_\_\_\_.

Porto Alegre, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
**Estudante:**

\_\_\_\_\_  
**Orientador:**

\_\_\_\_\_  
**Avaliador 1:**

**Instituição:**

---

**Avaliador 2:**  
**Instituição:**

## **APÊNDICE II: Regulamento do Colegiado de Curso**

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 05, de 01 de dezembro de 2016.

Regulamenta os Colegiados de Cursos Superiores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul do Campus Restinga.

O Diretor Geral do IFRS - Campus Restinga, no uso das suas atribuições legais, resolve:

regulamentar os Colegiados de Cursos Superiores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul do Campus Restinga.

### **CAPÍTULO I**

#### **DA NATUREZA E COMPOSIÇÃO**

Art. 1º - O Colegiado de Curso de Graduação é um órgão normativo e consultivo de cada curso que tem por finalidade acompanhar a implementação do projeto pedagógico, avaliar alterações dos currículos, discutir temas ligados ao curso, planejar e avaliar as atividades acadêmicas do curso, observando-se as políticas e normas do IFRS.

Art. 2º - O Colegiado de Curso é constituído por:

- I. Coordenador do Curso;
- II. Pelos Professores em efetivo exercício que compõem a estrutura curricular do curso;
- III. Um representante do Setor de Ensino da Instituição;
- IV. Dois representantes do Corpo Discente do Curso;
- V. Pelos Técnico-Administrativos em Educação da Instituição vinculados ao curso.

§1º - Os representantes relacionados no inciso IV serão eleitos pelos seus pares, tendo como suplente o candidato que obtiver a maior votação depois dos eleitos.

§2º - O mandato de que trata o inciso IV será de 1 (um) ano, permitida reeleição por mais um mandato.

§3º - O representante discente, regularmente matriculado, deverá ter cursado pelo menos 1 (um) semestre da carga horária obrigatória do Curso e

não estar cursando o último semestre.

§4º - O processo de escolha dos representantes dos discentes será coordenado pelo respectivo Diretório Acadêmico.

§5º - Os técnico-administrativos que participarão do Colegiado serão os vinculados ao curso através do Projeto Pedagógico do Curso.

§6º - A definição dos novos representantes deverá ocorrer sessenta dias antes do término do mandato dos representantes.

Art. 3º - O membro cuja ausência ultrapassar duas reuniões sucessivas ordinárias ou extraordinárias perderá seu mandato, se as justificativas apresentadas não forem aceitas pelo Colegiado.

Parágrafo Único - Em caso de vacância ocorrerá a substituição pelo suplente e na inexistência deste a indicação pelo Segmento.

## CAPÍTULO II

### DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

#### SEÇÃO I - DAS COMPETÊNCIAS DO COLEGIADO DE CURSO

Art. 4º - Compete ao Colegiado de Curso:

I. Analisar e deliberar propostas de alteração do Projeto Pedagógico do Curso;

II. Acompanhar o processo de reestruturação curricular;

III. Propor e/ou validar a realização de atividades complementares do Curso;

IV. Acompanhar os processos de avaliação do Curso;

V. Acompanhar os trabalhos e dar suporte ao Núcleo Docente Estruturante;

VI. Acompanhar o cumprimento das decisões do Colegiado de Curso;

VII. Propor alterações no Regulamento do Colegiado do Curso.

#### SEÇÃO II - DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE

Art. 5º - A presidência do Colegiado de Curso será exercida pelo(a) Coordenador(a) do Curso.

Parágrafo Único - Na ausência ou impedimento do Coordenador de Curso, a presidência das reuniões será exercida por um membro por ele designado.

Art. 6º - São atribuições do Presidente:

- I. Convocar e presidir as reuniões; Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
- II. Representar o Colegiado junto aos demais órgãos do IFRS;
- III. Encaminhar as decisões do Colegiado;
- IV. Designar relator ou comissão para estudo de matéria do Colegiado;
- V. Submeter à apreciação e à aprovação do Colegiado a ata da sessão anterior;
- VI. Dar posse aos membros do Colegiado;
- VII. Designar o responsável pela Secretaria do Colegiado;
- VIII. Cumprir e fazer cumprir este Regulamento.

### CAPÍTULO III

#### DO FUNCIONAMENTO

Art. 7º - O Colegiado de Curso reunir-se-á ordinariamente três vezes por semestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou por solicitação de 2/3 de seus membros, com antecedência mínima de 2 dias.

§1º - O Colegiado somente reunir-se-á com a presença mínima de 50% (cinquenta por cento) mais um de seus membros.

§2º - O calendário de reuniões ordinárias deve ser aprovado pelo Colegiado, na última reunião ordinária do período letivo anterior a sua vigência.

Art. 8º - As decisões do Colegiado serão tomadas por maioria de votos, com base no número de membros presentes.

Art. 9º - De cada sessão do Colegiado de Curso lavra-se a ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo(a) Presidente, pelo(a) Secretário e pelos(as) presentes.

§1º - As reuniões do Colegiado de Curso serão secretariadas por um de seus membros, designado pelo Presidente.

§2º - As reuniões serão sessões públicas, permitindo a participação de convidados para prestação de esclarecimentos sobre assuntos específicos, sem direito a voto.

§3º - As atas do Colegiado, após sua aprovação, serão publicadas.

### CAPÍTULO IV

## DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10º - Os casos omissos serão resolvidos pelo próprio Colegiado ou órgão superior, de acordo com a competência dos mesmos.

Art. 11º - A presente Instrução Normativa entra em vigor a partir desta data.

Prof. Gleison Samuel do Nascimento  
Diretor Geral IFRS - Campus Restinga  
Portaria nº 317/2016-IFRS

## **APÊNDICE III: Regulamento do Núcleo Docente Estruturante**

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001, DE 08 DE JANEIRO DE 2026

Regulamenta os Núcleos Docentes Estruturantes dos Cursos Superiores do *Campus* Restinga do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO EVENTUAL DO *CAMPUS* RESTINGA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria IFRS nº 141, de 23/02/2024, publicada no DOU de 28/02/2024, considerando a Resolução da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) nº 01, de 17 de junho de 2010, que normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências, RESOLVE promulgar o presente

### **CAPÍTULO I**

#### **DA NATUREZA E COMPOSIÇÃO**

Art. 1º O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é um órgão deliberativo, vinculado ao Colegiado do Curso, que tem por finalidade acompanhar e atuar no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso, observando-se as políticas e normas do IFRS.

Art. 2º O Núcleo Docente Estruturante é constituído por 05 (cinco) membros titulares e 02 (dois) suplentes:

I - O(A) Coordenador(a) do Curso ou seu respectivo Substituto Eventual,

formalmente designados; e

II - Representando o quadro docente permanente da área do curso, e que atua efetivamente sobre o desenvolvimento desse, 04 (quatro) docentes como titulares e 02 (dois) docentes como suplentes, sendo no mínimo 60% deles com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto-sensu*.

§ 1º Os representantes docentes serão eleitos em reunião específica, convocada pelo Coordenador do Curso, tendo como suplente o candidato que obtiver a maior votação depois dos eleitos.

§ 2º No mínimo, 60% dos membros de NDE devem ter regime de trabalho de dedicação exclusiva.

§ 3º O mandato será de 02 (dois) anos, permitida uma recondução por igual período.

§ 4º A definição dos novos representantes deverá ocorrer 60 (sessenta) dias antes do término do mandato dos representantes.

Art. 3º O membro cuja ausência ultrapassar 02 (duas) reuniões sucessivas ordinárias ou extraordinárias, sem apresentar justificativa ou se as justificativas apresentadas não forem aceitas pelos demais membros do NDE, perderá seu mandato.

Parágrafo único. Em caso de vacância ocorrerá a substituição pelo suplente e, na inexistência deste, a indicação pelos membros do NDE.

## CAPÍTULO II

### DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

#### SEÇÃO I - DAS COMPETÊNCIAS DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 4º Compete ao NDE:

I - Elaborar o Projeto Pedagógico do Curso, definindo sua concepção e fundamentos;

II - Propor atualização periódica do projeto pedagógico do curso;

III - Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;

IV - Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes

atividades de ensino constantes no currículo;

V - Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho, e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;

VI - Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação;

VII - Coordenar a elaboração de materiais técnicos e didáticos e recomendar a aquisição de bibliografia e outros materiais necessários ao curso;

VIII - Indicar e acompanhar a elaboração de infraestrutura e recomendar a aquisição de equipamentos e materiais de consumo necessários ao curso; e

IX - Propor alterações no Regulamento do NDE.

## SEÇÃO II - DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE

Art. 5º A presidência do Núcleo Docente Estruturante será exercida pelo(a) Coordenador(a) do Curso.

Parágrafo único. Na ausência ou impedimento do Coordenador do Curso, a presidência das reuniões será exercida pelo Substituto Eventual da Coordenação de Curso.

Art. 6º São atribuições do Presidente:

I - Convocar e presidir as reuniões;

II - Representar o NDE junto aos demais órgãos do IFRS;

III - Encaminhar as decisões do NDE;

IV - Designar relator ou comissão para estudo de matéria do NDE;

V - Submeter à apreciação e à aprovação do NDE a ata da sessão anterior;

VI - Dar posse aos membros do NDE;

VII - Designar o responsável pela Secretaria do NDE; e

VIII - Cumprir e fazer cumprir este Regulamento.

## CAPÍTULO III

### DO FUNCIONAMENTO

Art. 7º O NDE reunir-se-á ordinariamente 03 (três) vezes por semestre e,

extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou por solicitação de  $\frac{2}{3}$  (dois terços) de seus membros, com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis.

§ 1º As solicitações de reunião do NDE, sejam ordinárias ou extraordinárias, possuem caráter de convocação.

§ 2º O NDE somente reunir-se-á com a presença mínima de  $\frac{2}{3}$  (dois terços) de seus membros.

Art. 8º As decisões do NDE serão tomadas por maioria de votos, com base no número de membros presentes.

Art. 9º De cada sessão do NDE lavrar-se-á a respectiva ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo(a) Presidente, pelo(a) Secretário e pelos(as) presentes.

Parágrafo único. As reuniões do NDE serão secretariadas por um de seus membros, designado pelo Presidente.

#### CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10º Os casos omissos serão resolvidos pelo próprio NDE ou órgão superior, de acordo com suas respectivas competências.

Art. 11º Este regulamento entra em vigor na data de sua aprovação.

## **APÊNDICE IV – Regulamento do Laboratório de Jogos e Dinâmicas de Grupo**

### **Orientações para o uso do Laboratório de Jogos e Dinâmica de grupo**

O laboratório de Jogos e Dinâmica de Grupo constitui-se em espaço de apoio pedagógico, que visa estimular os estudantes para o desenvolvimento de habilidades psicomotoras e sócio-afetivas. O laboratório é voltado para atividades que envolvam movimento corporal, bem como favoreçam atividades de integração entre os alunos.

### **Utilização do laboratório**

O laboratório deverá ser utilizado prioritariamente para as atividades ligadas ao ensino, mas também pode ser utilizado para desenvolvimento de atividades de extensão e pesquisa, desde que não haja conflito com horários de componentes curriculares que o utilizem; A utilização do laboratório pelos alunos está condicionada à presença de servidores do *Campus* acompanhando as atividades desenvolvidas; O laboratório deverá permanecer trancado na ausência de pessoas responsáveis (servidores do *Campus*).

### **Utilização dos equipamentos**

O laboratório de Jogos e dinâmica de grupo apresenta vários materiais voltados para jogos, brincadeiras e atividades físicas, sendo que muitos ficam expostos nas prateleiras. Dessa forma, o uso dos equipamentos durante as aulas deve ser coordenado pelo servidor responsável.

### **Normas de convivência**

Os usuários do laboratório são responsáveis pelo cuidado com os materiais utilizados;

Não utilizar materiais ou equipamentos que não fazem parte da aula prática;

Retornar o(s) material(is) ao lugar de origem, após seu uso;

Não é permitida retirada dos materiais do laboratório, a não ser para atividades desenvolvidas na quadra poliesportiva e/ou em outros laboratórios do *Campus*,

desde que supervisionada por um servidor responsável; É proibido consumir alimentos dentro do laboratório de Jogos; a ingestão de água é permitida desde que seja realizada em garrafas plásticas apropriadas.

## **APÊNDICE V – Regulamento dos Laboratórios de Informática**

Os Laboratórios de Informática do *Campus* Restinga do IFRS são de natureza instrumental, destinando-se, prioritariamente, ao desenvolvimento de atividades curriculares a todos os alunos. Esses estão equipados com computadores e *softwares* necessários ao desenvolvimento das atividades de ensino, e ligados em rede com acesso à Internet, que deve ser usada como forma de maximizar o acesso à informação para fins de pesquisa acadêmica.

As Normas de Utilização aqui apresentadas têm por finalidade definir uma estrutura organizacional e regulamentar para as atividades desenvolvidas nos Laboratórios de Informática (aulas, pesquisa, digitação de trabalhos e outros).

### **Normas gerais para utilização dos laboratórios**

- 1 Os equipamentos do laboratório de informática estão à disposição de todos os alunos desta instituição, exclusivamente, para fins de ensino e aprendizagem.
- 2 O laboratório de informática estará reservado, prioritariamente, para os professores ministrarem as aulas referentes aos cursos regulares. Havendo disponibilidade de horário, o mesmo poderá ser utilizado pelos demais usuários desde que esteja presente um responsável (funcionário, bolsista, professor ou coordenador).
- 3 No intervalo entre a troca de aulas, o laboratório não estará disponível para alunos.
- 4 O uso das caixas de som será restrito a casos específicos por solicitação dos professores e com antecedência.
- 5 A solicitação de instalação de *softwares* deverá ser feita com no mínimo 15 dias de antecedência.
- 6 A reserva dos Laboratórios com o objetivo de ministrar aulas extracurriculares deverá ser feita junto ao Setor de Apoio Acadêmico.
- 7 É dever de cada usuário ler as informações deste documento, estando qualquer tipo de infração ausente de atenuantes sob alegação de não

conhecimento das regras.

8 O não cumprimento do disposto nos deveres dos usuários e a infração às proibições aos usuários acarretará no bloqueio da conta do usuário responsável e nas punições disciplinares cabíveis.

9 As Normas podem ser alteradas de acordo com as necessidades dos Laboratórios de Informática sem prévio aviso.

### **Deveres dos usuários**

- Submeter-se às normas instituídas para a utilização dos Laboratórios de Informática e ler estas informações.
- Zelar pela manutenção de um ambiente limpo e organizado nas dependências dos Laboratórios.
- Respeitar o silêncio no ambiente dos Laboratórios.
- Responsabilizar-se pelas cópias de segurança de todos os seus arquivos.
- Comunicar qualquer problema técnico nos equipamentos ao Setor de Suporte Técnico de TI, responsável pelos laboratórios ou, se em horário de aula, ao professor.
- Ligar e desligar as máquinas dentro dos procedimentos indicados e nunca abandonar aberta uma sessão de acesso aos computadores.
- Manipular os equipamentos com o cuidado necessário.
- Ao término do uso, desligar o computador e colocar a cadeira utilizada em seu devido lugar.
- Em caso de utilização do ar condicionado, manter portas e janelas fechadas.

### **Proibições aos usuários**

- Utilizar ou entrar no laboratório em horários destinados às aulas de outra turma que não a do usuário.
- Consumir bebidas e/ou alimentos, bem como fumar ou ter comportamento não compatível com o ambiente acadêmico.
- Utilizar celulares, salvo mediante expressa autorização do professor.
- Utilizar aparelhos sonoros que possam perturbar o bom andamento das atividades.
- Efetuar login/logon em mais de uma máquina ao mesmo tempo.
- Alterar as configurações dos programas instalados nos computadores;

- Abrir e/ou remover qualquer tipo de equipamento dos Laboratórios.
- Sentar-se sobre as bancadas, bem como colocar os pés sobre as mesmas ou sobre as cadeiras.
- Utilizar-se de qualquer meio para apoderar-se das senhas de outros usuários.
- Alterar a disposição dos equipamentos ou removê-los, bem como colocar as mãos nas telas dos monitores.
- Navegar em *sites* com conteúdo ofensivo, pornográficos, hacker, bate-papo, jogos, charges, piadas/humor, novelas, esporte, tv, música, música *on-line*, mensagens, cartões e fazer download de qualquer tipo de *software*. No entanto, o uso de *sites* de bate-papo, jogos, charges, piadas/humor, novelas, esporte, TV, música e música *on-line* será permitido quando estiverem atrelados à prática pedagógica e à proposta do professor no devido momento de utilização do laboratório.
- Bloquear os computadores com senha na proteção de tela (programas do tipo *lockscreen*).
- Reiniciar as máquinas.
- Instalar qualquer programa nos computadores.
- Utilizar os computadores para fins pessoais ou para qualquer outro tipo de atividade incompatível com as tarefas acadêmicas.
- Desenvolver, manter, utilizar ou divulgar dispositivos que possam causar danos aos sistemas e às informações armazenadas, tais como criação e/ou propagação de vírus, criação e utilização de sistemas de criptografia que causem a indisponibilidade dos serviços e/ou destruição de dados.
- Utilizar os serviços e recursos para fins comerciais ou políticos, tais como mala direta ou propaganda política.
- Utilizar os serviços e recursos para ganho pessoal.
- Utilizar os serviços e recursos para intimidar, assediar, difamar ou aborrecer qualquer pessoa.
- Desperdiçar os recursos computacionais de forma intencional.
- Usar os computadores para a prática de qualquer ato ilícito com penalidade prevista em lei.

- Alterar, criar ou remover arquivos fora da área particular do usuário que venham a comprometer o desempenho e funcionamento dos sistemas.
- Permitir que outra pessoa utilize sua conta para acesso aos computadores, bem como o acesso a sua área pessoal no servidor e seu conteúdo.
- Desenvolver qualquer outra atividade que desobedeça às normas apresentadas acima.

### **Deveres dos docentes**

- Fazer cumprir as normas descritas neste documento e zelar pela correta utilização dos equipamentos durante o período no qual estiver utilizando os Laboratórios.
- Comunicar imediatamente problemas técnicos e/ou de configuração ao Setor de Suporte Técnico de TI.
- Verificar, ao término de suas atividades, a organização geral do Laboratório, apagar o quadro branco, além de orientar os alunos para organizar o mobiliário e os equipamentos.
- Devolver, ao final da atividade, os materiais solicitados ao Setor de Apoio Acadêmico (pincéis atômicos, apagador, controles do ar condicionado, etc.).
- Nunca se ausentar do Laboratório durante o período de suas aulas, nem sair do Laboratório antes de todos os alunos.

### **Equipe de Informática**

- Manutenção, testes e instalação de qualquer software são de responsabilidade da Equipe de Informática do Setor de Suporte Técnico de TI.
- A Diretoria de TI não se responsabiliza pela segurança de dados copiados para dispositivos pessoais (HDs externos, pen drive, cds, etc), de alunos e/ou professores, bem como de objetos esquecidos nas dependências dos Laboratórios.
- Digitação, preparação e impressão de materiais para alunos não são atribuições do Setor de Suporte Técnico de TI.
- O Setor de Suporte Técnico de TI poderá a qualquer momento pedir para um aluno fechar um *website*, caso julgue impróprio ou comprovar que estão sendo ignoradas as normas pré-estabelecidas, podendo até pedir/solicitar que o estudante se retire do laboratório.

- O Setor de Suporte Técnico de TI dará suporte a professores e alunos na execução das atividades, quando solicitado.

### **Punições disciplinares**

Atitudes consideradas agressivas, grosseiras ou inadequadas, bem como danos físicos aos equipamentos e/ou danos lógicos aos *softwares* instalados serão motivos de advertência e até mesmo da suspensão do usuário no caso de reincidência, que será comunicada pela equipe do Suporte Técnico de TI a Diretoria de TI ou a Direção Geral do *Campus*, dependendo da gravidade da ação. Quando constatado equipamento com problemas por uso incorreto ou atos de violência provocados deliberadamente por um ou mais usuários, este(s) será(ão) responsabilizado(s) e será(ão) obrigado(s) a ressarcir a Instituição pelas respectivas despesas de manutenção dos equipamentos e materiais danificados. O não cumprimento das regras estabelecidas implica, ao usuário infrator, penalidades que se diferenciam pela gravidade da ação, reincidência, dolo ou culpa podendo ir de uma simples repreensão oral, proibição da utilização do Laboratório até a suspensão das atividades escolares, conforme descrito a seguir:

- a repreensão oral é feita pelo responsável pelo Laboratório (bolsista, funcionário ou professor) e, em caso de reincidência, pelo Coordenador do Curso;
- a repreensão por escrito é decidida pela Diretoria de TI, ouvido o responsável pelo laboratório no momento do fato ocorrido (bolsista, funcionário, professor ou coordenador).
- a suspensão de utilização compete ao Diretor Geral, ouvido o Diretor de TI, Coordenador do Curso e o Setor de Suporte Técnico;
- no que couber, são aplicadas as penalidades previstas no Regimento Geral da Instituição; e a Diretoria de TI não concederá exceções nas penalidades.

## **APÊNDICE VI – Regulamento do Laboratório de Turismo, Hospitalidade e Lazer**

O Laboratório de Turismo, Hospitalidade e Lazer do IFRS – Campus Restinga constitui-se em um espaço pedagógico, científico e cultural destinado ao desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação vinculadas ao Eixo Tecnológico de Turismo, Hospitalidade e Lazer. Seu objetivo é possibilitar experiências práticas integradas à formação acadêmica, promover o diálogo com a comunidade e apoiar projetos que contribuam para o desenvolvimento social, cultural e econômico da região.

### **Capítulo I – Das Disposições Preliminares**

Art. 1º O presente regulamento estabelece normas e orientações para o uso do Laboratório de Turismo, Hospitalidade e Lazer, vinculado ao Eixo Tecnológico de Turismo, Hospitalidade e Lazer do IFRS – Campus Restinga.

Art. 2º O Laboratório integra a infraestrutura pedagógica do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Desportiva e de Lazer e demais cursos do Eixo Tecnológico ofertados pelo Campus, visando articular ensino, pesquisa, extensão e inovação.

### **Capítulo II – Da Finalidade**

Art. 3º O Laboratório de Turismo, Hospitalidade e Lazer tem como finalidades:

I – apoiar o desenvolvimento dos componentes curriculares que demandam atividades práticas em turismo, hospitalidade, eventos, recreação e lazer;

II – oferecer suporte às atividades de extensão e pesquisa em consonância com as demandas sociais, culturais e econômicas da comunidade da Restinga e região metropolitana;

III – estimular a realização de projetos e práticas que integrem esporte, cultura, turismo e lazer, alinhados ao perfil do egresso do curso;

IV – favorecer experiências acadêmicas voltadas à diversidade cultural,

sustentabilidade, acessibilidade e direitos humanos, conforme diretrizes institucionais.

Art. 3º- A equipe do Laboratório de Turismo, Hospitalidade e Lazer será composta por docentes e técnico-administrativos em educação vinculados ao Eixo Tecnológico de Turismo, Hospitalidade e Lazer, que estejam ministrando componentes curriculares e/ou desenvolvendo projetos de ensino, pesquisa ou extensão na área.

Parágrafo único. Poderão integrar a equipe, de forma complementar, bolsistas vinculados a projetos autorizados, sob supervisão de servidores do Campus.

### **Capítulo III – Da Utilização do Espaço**

Art. 4º O uso do Laboratório será autorizado exclusivamente para atividades acadêmicas, práticas curriculares, projetos de ensino, pesquisa, extensão, cultura e eventos formativos previamente agendados no sistema institucional.

§ 1º O Laboratório deverá ser utilizado prioritariamente para as atividades ligadas ao ensino.

§ 2º O uso para ações de extensão e pesquisa poderá ocorrer desde que não haja conflito com os horários destinados às atividades curriculares.

Art. 5º Poderão utilizar o Laboratório:

I – estudantes regularmente matriculados nos cursos ofertados pelo IFRS – Campus Restinga vinculados ao Eixo Tecnológico de Turismo, Hospitalidade e Lazer;

II – servidores docentes e técnico-administrativos do Campus, desde que suas atividades estejam relacionadas à finalidade do Laboratório;

III – membros da comunidade externa, em projetos, oficinas e cursos autorizados pela equipe do Laboratório, em acordo com a Direção do Campus.

Art. 6º As atividades deverão ser acompanhadas por um servidor responsável (professor ou técnico-administrativo em educação) ou por bolsista designado.

§ 1º A utilização do Laboratório pelos estudantes está condicionada à presença de servidores do Campus acompanhando as atividades ou por bolsista designado.

§ 2º O Laboratório deverá permanecer trancado na ausência de pessoas

responsáveis.

§ 3º A permanência de estudantes no Laboratório somente será permitida durante atividades pedagógicas previamente autorizadas, sendo vedada a utilização do espaço como alternativa ao comparecimento às aulas regulares.

#### **Capítulo IV – Das Normas de Conduta**

Art. 7º Constituem deveres dos usuários:

- I – zelar pela conservação dos equipamentos, utensílios, mobiliário e instalações;
- II – respeitar as orientações dos responsáveis pelo espaço;
- III – manter o Laboratório organizado e limpo ao término de cada atividade;
- IV – comunicar imediatamente falhas ou danos em equipamentos.

Art. 8º É vedado:

- I – utilizar o Laboratório para fins particulares, comerciais ou políticos;
- II – consumir alimentos e bebidas, exceto em atividades pedagógicas específicas de hospitalidade/gastronomia;
- III – permitir o acesso de pessoas não autorizadas;
- IV – alterar configurações de equipamentos ou retirar materiais sem autorização;
- V – utilizar aparelhos de telefone celular para fins não pedagógicos.

Parágrafo único. O uso de celular no interior do Laboratório somente será autorizado para fins pedagógicos, conforme orientação do responsável pela atividade, de acordo com a legislação federal vigente.

#### **Capítulo V – Das Responsabilidades**

Art. 9º O responsável pela atividade deverá:

- I – verificar as condições do espaço antes e após o uso;
- II – garantir a devolução dos materiais e utensílios ao local de origem;
- III – solicitar e devolver a chave do espaço junto ao setor de recepção.

Art. 10º O(s) usuário(s) será(ão) responsabilizado por danos ocasionados por uso inadequado dos equipamentos ou instalações, incluindo ressarcimento à Instituição.

## **Capítulo VI – Das Penalidades**

Art. 11º O descumprimento deste regulamento acarretará, de acordo com a gravidade da infração e reincidência:

I – advertência verbal;

II – advertência escrita;

III – suspensão temporária do direito de uso do Laboratório;

IV – encaminhamento à Direção de Ensino ou à Direção-Geral para providências disciplinares cabíveis.

## **Capítulo VII – Das Disposições Finais**

Art. 12º Casos omissos serão deliberados pelas Coordenação dos Cursos vinculados ao Eixo de Turismo, Hospitalidade e Lazer, em conjunto com a Direção de Ensino do IFRS – Campus Restinga.

Art. 13º Este regulamento entra em vigor após aprovação pelo Conselho de Campus.